

ATA DA 307ª PLENÁRIA ORDINÁRIA do CEAS-MG, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025. Aos 23 de maio de 2025, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a tricentésima sétima plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo vice-presidente Elder Carlos Gabrich Junior. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Jennifer Danielle de Souza Santos representante do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND. Mayra de Queiroz Camilo representante da APAE, BH. Rosalice Tassar de Almeida representante do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Andrezza dos Reis Pimenta, representante Lar dos Idosos José Justino Rocha. Luiz Carlos de Castro Fernandes, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI. Lais Alexandre da Silva representante do CMAS de Ipatinga. Fernanda Regina da Silva, representantes do CMAS de Campanha. Simone Maria da Penha de Oliveira representante do Coletivo Flores de Resistência. Isac dos Santos Lopes representante da Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce. Elder Carlos Gabrich Junior representante da SEDESE. Erica Pereira Alves Beltrame, representante da SEDESE. Solimar de Assis, representante da SEPLAG. Cleuza Maria de Oliveira representante da Secretaria de Estado de Educação. Alexandre Soares Moreno Filho representante da SEAPA. Karla Martins Carvalho representante do CMAS de Coronel Fabriciano. Flavio Christian de Assis Miranda representante do CMAS de Ipatinga. Juliana Coelho representante do COGEMAS. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Ludmilla Lamartine de Souza representante do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG. Matheus Borges Gonçalves representante do Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Anália Romeiro de Paula representante do Abrigo São Vicente de Paula de Coluna. Patrícia Pinto Valadares representante da Feapaes. Juscelina Mamedes Nunes representante do CMAS de Guanhães. Letícia Dufloth Bianchini representante da Secretaria de Estado de Saúde. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes:** Sandra Regina Ferreira Barbosa representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF. Macielle Cristina Botelho Vital representante do CMAS de Teófilo Otoni. João Paulo Freire Jardim representante da SEDESE. Thomás Pereira de Sá Carvalho, representante da SEPLAG. Ernane Gonçalves Maciel representante do CMAS de Montes Claros. **Estavam presentes como convidados:** Cristiano de Andrade, Tatiane Patrícia dos Reis, Leticia Mayra Moreira representantes da SEDESE. **Elder, Sedese:** Bom dia... Oh! Bom dia, conselheiras. Bom dia, conselheiros. Estamos começando a nossa 307ª Plenária do CEAS. Já são 9h15, então podemos começar com qualquer quórum. Peço que conselheiros que estejam em condições de titularidade venham para a Mesa, se não estiverem vindo, mas acho que todo mundo veio. E vamos começar com a chamada. Por favor, Secretaria Executiva. **Poliana, Secretária Executiva:** Poliana, bom dia. Secretaria Executiva. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle Souza Santos. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. Está em período de férias. Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla, Cress/MG:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Poliana, Secretária Executiva:** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae/BH:** Presente. **Poliana,**

**Secretária Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. Também justificou ausência no período da manhã. Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. Justificou ausência no período da manhã. Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz, Armi:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** ABVAS, o Altair Rabelo. Ele também justificou a ausência. Abrigo São Vicente de Paulo de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. **Poliana, Secretária Executiva:** Federação das APAES, Patricia Pinto Valadares. **Patricia, Feapaes:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais, CMAS Ipatinga:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. CMAS de Guanhões, Juscelina Mamedes Nunes. **Juscelina, CMAS Guanhões:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Teófilo Otoni, Macielle Cristina Botelho Vital. **Macielle, CMAS Teófilo Otoni:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. Ela justificou a ausência também no período da manhã. Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima, Leon. Também justificou a ausência. Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** SEDESE, Ester Rodrigues. Justificou a ausência. SEAPA, Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, Seapa:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. Também justificou a ausência. Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. Justificou também, que vai chegar um pouco atrasada. Secretária de Estado da Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. Justificou a ausência. SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** SEPLAG, Thomás Pereira de Sá Carvalho. Secretaria Estadual de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. Justificou ausência. Secretaria de Estado de Saúde, Letícia Dufloth Bianchini. **Letícia, SES:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. COGEMAS, Juliana Coelho. **Juliana, Cogemas:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** COGEMAS, Paulo Henrique Souza. Justificou também a ausência. CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flavio, CMAS Ipatinga:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho. **Karla, CMAS Coronel Fabriciano:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, CMAS Campanha:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. Dezoito conselheiros compostos na Mesa. **Elder, Sedese:** Obrigado, Poli. Agora vamos para apreciação e votação da Ata da Plenária 306. A Ata foi enviada, não foi? Secretaria Executiva, para os conselheiros e conselheiras? Alguém tem alguma consideração sobre a Ata enviada? Podemos colocar para votação? Conselheiros que aprovam a Ata da Plenária 306 se manifestem, por favor. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ata

aprovada. Hoje não tem... hoje não tem nenhum conselheiro para tomar posse, certo?

**Poliana, Secretária Executiva:** Nenhum. **Elder Sedese:** Então vamos para a leitura... justificativas de ausência já fizemos. Vamos então para a leitura da nossa pauta de hoje. Primeiro, resolução sobre cotas e alteração da idade mínima para as Pré-Conferências de Assistência Social; segundo, aprovação do Regimento Interno das pré-conferências; terceiro, aprovação da resolução sobre a organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; quarto, aprovação da resolução que altera a resolução sobre apuração de denúncias nos CEAS; quinto, apresentação do planejamento da Comissão de Ética e novo Código de Ética; sexto, apresentação de pesquisa sobre utilização do Piso Mineiro de Assistência Social; sétimo, apresentação da campanha Venha Ser Família Acolhedora em Minas Gerais; oitavo, apresentação dos resultados parciais da pesquisa sobre acordos e parcerias entre municípios para a oferta de serviços de proteção social especial em Minas Gerais; nono, alteração da data da Plenária 309. Algum conselheiro tem alguma sugestão de pauta? Eu só sugerir que o Ponto 9 passe a ser o Ponto 1, porque ele é muito rapidinho. Que é alteração da data da Plenária 309. Então o Ponto 9 passaria a ser o primeiro ponto. Além disso, ontem a conselheira Simone, ela disse que ela queria relatar uma situação da eleição do Conselho Municipal. Vai ser como informe. Ok. Então, ótimo. É, um informe sobre a eleição do Conselho Municipal de Assistência Social de Tiradentes. Beleza. Então, pode ir. **Lais, CMAS Ipatinga:** É só nos informes a gente registrar o ofício que o CEAS recebeu da Executiva em defesa do SUAS. **Elder, Sedese:** Ok. Então, na hora dos informes, você pode ler esse informe, Lais? **Lais, CMAS Ipatinga:** Posso. **Elder Sedese:** Tá. **Lais, CMAS Ipatinga:** **Lais, CMAS Ipatinga:** O ofício que eu te mandei, você até divulgou no grupo. É só para registrar em Ata. **Elder, Sedese:** Então a sugestão seria de o Ponto 9 passar a ser o Ponto 1, os demais pontos continuam na ordem. Todos de acordo? Todos prontos para votar? Conselheiros que aprovam a pauta, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Pauta aprovada. Agora vamos então para os informes. O primeiro informe aqui está “capacitação on-line entre CEAS e CMAS de Três Pontas”. Quem vai fazer esse informe? Isac ou Macielle, por favor. **Isac, Ccqamrd:** Bom dia, pessoal. Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Só passar rapidinho. A gente recebeu, na Comissão de Apoio, uma solicitação de capacitação ao Conselho Municipal de Assistência Social de Três Pontas. Tem muito tempo que a gente recebeu essa solicitação. De início, era uma solicitação para capacitação presencial, acabamos não conseguindo atender dessa forma, e aí passamos a capacitação para ser no formato on-line. E na plenária passada a gente até chegou a discutir uma outra possibilidade, que seria de fazermos presencial durante... próximo a conferência deles, já que eu estarei lá na da conferência do município, e isso foi dialogado com o município, o município, por a conferência estar longe ainda, ele preferiu que fizessemos on-line mesmo agora a capacitação. E aí ela foi feita nesse mês, né? Estivemos Macielle e eu fazendo a apresentação, com o apoio da Secretaria Executiva do CEAS, e foi uma estratégia que o município adotou, enquanto conselho, de disponibilizar uma sala para os conselheiros que não tinham acesso à internet em casa ou que queriam estar lá presentes, ficaram assistindo juntos, e outros conselheiros que tinham acesso à internet acompanharam de casa. A capacitação foi durante três horas, né? A gente teve uma explanação bacana e tivemos também um momento de diálogo, com bastante

interação dos conselheiros e da Secretaria Executiva do município. Acho que basicamente é isso. A gente achou positiva a capacitação da forma que foi. **Elder Sedese:** Obrigado, Isac. **Isac, Ccqamrd:** E se Macielle quiser completar... **Elder, Sedese:** Obrigado, Isac. Próximo informe então está “Plano Estratégico do Fortalecimento do Controle Social”. Eu imagino que esse informe vai... quem vai dar é o João, da SEDESE. Como ele não chegou ainda, vamos passar para o próximo informe, CIB. Que é Matheus ou Jennifer, né, que também não chegaram. Então, próximo. FONACEAS. Simone não chegou. **Patrícia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu sugiro que a gente coloque os informes depois que a gente analisar a pauta... os pontos da pauta, porque a maioria das pessoas vão chegar à tarde. **Elder, Sedese:** Sim. Todos concordam então? A gente faz os informes na parte da tarde? Ok. Então vamos para a pauta mesmo. Primeiro ponto de pauta, resolução sobre cotas e alteração da idade mínima para as pré-conferências. Perdão. Primeiro ponto de pauta é a alteração da data da Plenária 309, que vai acontecer no mês de julho. O pedido de alteração foi que na mesma semana nós vamos ter FONACEAS, e o FONACEAS vai até o dia 17 de julho, e a plenária... até o dia 18, e a plenária seria 19 e 20. Está correto? Então, seriam muitas atividades para fazer na mesma semana. Então, foi sugerido que a plenária de julho mude para os dias 24 e 25 de julho. **Mayra, ApaeBH:** Mayra, APAE-BH. Dentro dessa proposta, a sociedade civil, caso seja aprovada, né, essa alteração para os dias 25 e 26, a gente gostaria de pedir um dia, o dia 24, aprovação para o dia 24 ser um dia... 23, desculpa, o dia 23, que seria quarta-feira, para a sociedade civil se reunir o dia todo. E aí a gente precisaria dessa aprovação e do apoio da Secretaria Executiva. **Elder, Sedese:** E aí a reunião seria para falar de FONACEAS? Só adiantar a pauta. Só adiantar a pauta. **Mayra, ApaeBH:** Não, a reunião da sociedade civil, de alinhamentos... de pautas de alinhamentos nossas, que não está dando para discutir naquele período que a gente tem, então a gente tirou esse encaminhamento. **Elder, Sedese:** Então a proposta seria 23, reunião da sociedade civil, o dia todo, 24 e 25 a plenária normal? **Mayra, ApaeBH:** Isso. **Elder, Sedese:** Ok? Todos esclarecidos para votar? Então, conselheiros que aprovam a proposta de alteração da plenária para os dias 24 e 25 de julho e a reunião da sociedade civil no dia 23 de julho, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ok. Aprovado. Vamos lá para a próxima. Então agora, sim, o próximo ponto de pauta, que é a resolução sobre cotas e alteração da idade mínima para as Pré-Conferências de Assistência Social. Aí podem abrir a resolução, por favor. Só já adiantando, na nossa última reunião do GT das conferências, a gente discutiu essa resolução, que, primeiro, ela vai alterar a idade mínima das conferências de 18 para 12 anos, e, segundo, ela traz também a questão das cotas e ela fala quais são os documentos que as pessoas têm que apresentar para que os adolescentes possam participar da conferência. A princípio, a ideia seria que os municípios escolhessem, dentro da sua delegação, um conselheiro que seria responsável pelo acompanhamento do adolescente. Durante a reunião do GT e durante as discussões, a gente chegou à conclusão que esse não seria o melhor caminho; que o melhor caminho seria que o adolescente ou a adolescente fosse acompanhado por um pai ou responsável. E na impossibilidade do pai ou responsável legal acompanhá-lo, que os pais indicassem uma pessoa para que pudesse acompanhar esse adolescente. Aí a resolução foi feita com base nessa discussão, e aí eu vou ler para vocês agora. Então,

“Resolução CEAS. Aprova...”. Antes disso, gente, a conselheira Rosalice, ela trouxe vários exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente para os conselheiros e conselheiras e demais. Foi a Rosa. Então, além desses exemplares que a Rosa trouxe, a Patricia também falou que solicitou várias cópias do Estatuto da Criança e do Adolescente. Está ali na caixa. Quem quiser pegar o seu exemplar, pode pegar à vontade. “Resolução CEAS. Dispõe sobre reserva de cotas de no mínimo 30% para eleição das delegadas e dos delegados para a 10ª Conferência Estadual de Assistência Social”. Aí eu vou pular os considerandos. Considerandos são todas as resoluções que falam sobre a conferência. “Resolve. Art. 1º: Fica assegurada a reserva de cotas de no mínimo 30% do total de vagas nas eleições de delegadas e delegados para a 10ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais dos segmentos governamental e sociedade civil aplicada a: I, pessoas negras, autodeclaradas pretas ou pardas; II, pessoas com deficiência; III, pessoas LGBTQIAPN+; IV, pessoas idosas, mais de 60 anos; V, jovens de 18 a 29 anos”. [Pode passar.] Essa versão está correta? Porque não tem os adolescentes. E a versão que a gente fez já teria os adolescentes ali em cima. É, eu acho que vocês estão com uma versão antiga. É. Desce o arquivo, só para ver se tem o... Não, não é essa versão, não. Eu vou mandar para você, Poli. Esse ano tem a Conferência Nacional. Aí sair uma diretriz de como vai ser o uso oficial da sigla, quais letras... Pronto. Pode ir direto para o artigo lá. Então vamos lá. Pode subir, por favor. “Pessoas negras, autodeclaradas pretas ou pardas; pessoas com deficiência; pessoas LGBTQIAPN+; pessoas idosas, maiores de 60 anos... mais de 60 anos; adolescentes, 12 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; migrantes, refugiados e apátridas; atingidos por barragens; Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs). São considerados Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos indígenas, quilombolas, ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades de terreiros, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), acampados, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua e outros que venham a ser atualizados conforme a normativa pertinente. § 2º: As cotas devem ser aplicadas a delegadas e delegados, eleitas ou eleitos, do segmento governamental e sociedade civil, respeitando-se na composição total da delegação a paridade e a proporcionalidade”. Isso é importante, gente. É que as cotas é para o total do segmento, então não é cota para o usuário, cota para o trabalhador, cota para a entidade. No total do segmento, 30% das pessoas tem que pertencer a todos esses grupos que a gente falou aí em cima. “Art. 2º: A candidata delegada ou o candidato delegado, no âmbito das cotas, deve-se inscrever identificando apenas um dos grupos listados no art. 1º que pretende representar, sem prejuízo do registro das demais características pessoais e identitárias na ficha de inscrição de delegada ou delegado no processo das Conferências Municipais de Assistência Social de Minas Gerais 2025 para as Pré-Conferências Regionais de Assistência Social”. A ficha que eles estão preenchendo já tem essa pergunta, para o pessoal se identificar. § 3º... Art. 3º, desculpa. “A comissão organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais tomará as providências necessárias para adequada destinação das cotas mencionadas no art. 1º durante a eleição das delegadas e dos delegados para a referida conferência, a serem

realizadas durante as Pré-Conferências Regionais de Assistência Social. Art. 4º: Na hipótese de inexistência de delegadas e delegados suficientes para o preenchimento das cotas mencionadas no art. 1º, as vagas remanescentes poderão ser ocupadas pelos demais delegados e delegadas, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos no Capítulo 4 da Resolução CEAS nº 882, de 21 de março de 2025”. O Capítulo 4 fala da eleição dos conselheiros para a Conferência Estadual. “Art. 5º: O art. 24 da Resolução CEAS nº 882, de 21 de março, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 24: A idade mínima para participar como delegada ou delegado nas Pré-Conferências Regionais é de 12 anos. Art. 6º: Os delegados e delegados e delegadas com idade inferior a 18 anos devem ser acompanhados do pai ou responsável legal. § 1º: Na impossibilidade de acompanhamento do adolescente pelos pais ou responsável legal, estes poderão autorizar expressamente a viagem e hospedagem e a efetiva participação do adolescente no evento por escritura pública ou documento particular, com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade, conforme modelo de autorização anexo a esta resolução”. Depois eu vou pedir até à Letícia só para explicar essa questão da firma reconhecida por autenticidade para todo mundo entender. “§ 2º: O responsável pelo acompanhamento do adolescente deverá permanecer com ele durante todas as atividades de conferência, inclusive naquelas que demandarem a divisão dos participantes em grupos, além da hospedagem, conforme estabelece o art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”. Bom que hoje todo mundo tem aí um Estatuto da Criança e Adolescente, pode conferir se é esse artigo mesmo. “§ 3º: O documento de autorização a que se refere o § 1º deve contemplar ainda o direito de uso de imagem do adolescente ou da adolescente para fins não lucrativos, vinculados à 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, resguardadas as recomendações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 7º: Os casos excepcionais relativos à participação e acompanhamento de adolescentes das Pré-Conferências Regionais e na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social serão analisados pela comissão organizadora da conferência. Art. 6º (sic): Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. [Pode descer.] Só um minuto, que eu vou terminar de ler. Documentos de autorização de hospedagem, acompanhamento dos adolescentes. Nome do adolescente ou da adolescente, depois município, nome do pai e da mãe responsável legal, nome do delegado responsável por acompanhar o adolescente... Acho que tem... pode até trocar esse “nome do delegado” e pôr “nome da pessoa responsável por acompanhar o adolescente”, porque não é necessariamente o delegado. Acho que ficou do modelo antigo. Fica o “nome da pessoa responsável”. Formulário de autorização de viagem, hospedagem e utilização de Imagem para adolescentes. “Em atendimento às disposições constantes nos arts. 82 e 83 do ECA, válido até dia tal, eu, cédula de identidade, expedida para, na data de, CPF número, endereço, contato, telefone, na qualidade de mãe, pai, tutor ou guardião, autorizo a circular livremente, a se hospedar em hotel, estabelecimento congênere, dentro do território estadual, para fins de participação da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais o adolescente”, aí vem os dados todos do adolescente, os dados da pessoa que vai acompanhá-lo. [Pode descer. Pode descer mais.] “Autorizo ainda que sejam captadas, utilizadas e veiculadas imagens fotográficas e audiovisuais do adolescente durante o processo conferencial, desde que em conformidade com o Estatuto

da Criança e do Adolescente. Assinatura, assinatura da mãe, pai ou responsável”. Pode.

**Alexandre, Seapa:** Alexandre, SEAPA. Meu questionamento... eu gostaria de saber o seguinte: quem daqui é mãe de adolescentes?. É o seguinte: adolescente hoje, pelo menos na maioria, eles não têm uma capacidade de entendimento desses assuntos. Eu entendo a situação porque eu acompanho meu filho. Qual é a visão que tem hoje? É YouTube, rede social e jogos. Pode ser que eu esteja... seja diferente lá em casa, mas eles não têm uma capacidade de entendimento de uma situação... de um... um entendimento tão importante de como é o CEAS, porque se adolescente... eles não podem... não respondem criminalmente, assim, de que não pode ser preso, onde que vai tem que... qualquer coisa que participe tem que ter a assinatura dos pais... Pode ser poucos adolescentes que leem livros para terem um entendimento da língua portuguesa, e às vezes não dá conta nem das escolas, e a gente coloca adolescentes ali... Eu acho que é tumultuar o processo, porque eles ainda não têm a maturidade. Não que ele não pode... Um dia eles vão poder participar, mas tem que respeitar a maturidade das pessoas para entender o processo, porque isso é muito importante. Vamos inserir para eles entenderem? Ou vamos esperar ter a maturidade necessária para o entendimento? Isso que eu gostaria de deixar claro para os conselheiros.

**Elder, Sedese:** Patricia.

**Patrícia, Feapaes:** Patricia FEAPAES. Essa foi uma discussão que a gente fez, assim, em várias reuniões anteriores, em relação à participação ou não dos adolescentes. Por mais que a gente tenha desafios, isso é uma normativa que veio do CNAS, para que a gente abra o campo, para que tenha a participação dos jovens, igual o CONANDA faz, as Conferências da Criança e do Adolescente fazem, né? É um estímulo para que a gente possa ter os nossos jovens dentro das conferências. Tem uma mobilização das entidades que trabalham com jovens para que os jovens possam participar das Conferências Municipais, pré-conferências, e a gente não pode deixar de fora, uma vez que já foi feita uma mobilização até do Conselho Nacional de Assistência Social. E a gente está aqui para a gente tentar regular como é que a gente vai estar recebendo os nossos jovens de 12 a 18 anos... a 17 anos dentro da nossa conferência. Não sei se cabe a gente, né, agora, nesse momento, falar assim: “Eles vão ou não vão”, porque é uma normativa que veio lá de cima e que a gente tem que dar uma justificativa de por que a gente não está aceitando, por que a gente não cumpriu a cota de jovens dentro da conferência. Foi colocado isso, foi discutido muito na sociedade civil, discutiu-se na plenária, nas anteriores, discutiu-se também no GT da Conferência em relação a isso, a gente fez uma pesquisa... Eu faço parte do GT da Conferência, a gente fez uma pesquisa até do CMDCA, do CONANDA, do Conselho Nacional da Criança, para a gente saber como é que a gente colocaria isso, a gente trouxe o formulário de autorização de viagem. E a gente sabe que a Polícia Rodoviária pede um formulário também para que o acompanhante leve a criança, né? Mas essa é a nossa organização diante da própria conferência, né? Eu acho que a gente está tentando realizar uma normativa que nos foi colocada. Agora, eu, pessoalmente... Se a gente for pensar somente na maturidade... Quando a gente fala do desenvolvimento cerebral, maturidade cerebral para que tenha uma decisão, 29 anos. Então, o nosso jovem, a gente vai trabalhar, ele lá em cima? Então, eu acho que a gente tem que ter... trabalhar os jovens desde cedo, né? É essa dificuldade.

**Alexandre, Seapa** Só uma pergunta. **Eder, Sedese:** Alexandre, espera aí,

que tem lista de inscrição aqui. Você quer colocar seu nome? Agora, Sandra. Gente, é porque tem que seguir a lista. **Sandra, Sintibref:** Então, bom dia. Sandra. **Eder, Sedese:** Sandra, depois... Ó, Sandra, depois Matheus, aí depois Alexandre. **Sandra, Sintibref:** Bom dia. Sandra, SINTIBREF. É justamente complementando o que Patricia já disse. A gente avançando, assim, no pensamento, na compreensão, no mês passado, né, na plenária passada teve essa discussão, saiu até uma sugestão até de consultar o CEDCA, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, mas que a gente... Quando colocam-se as cotas, né, isso já vem sendo trabalhado em outros temas, é porque senão esse público não chega. E lá na... Eu vou falar enquanto hoje membro do CONANDA, né, recentemente... estou no CONANDA, e também a gente apoia, enquanto Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CEDCA. Deixa eu falar com vocês. O adolescente... Hoje a gente já está em uma luta, e quase todos os estados já têm o CTA... CPA, que é o Comitê de Participação de Adolescente. Nada sem nós para nós... nada para nós sem nós. Eles não admitem mais. Eles... a gente tem... Primeiro que a prioridade absoluta a gente ainda não conseguiu dar conta, e depois, eles são sujeitos de direitos, então eles têm que ser os verdadeiros protagonistas da política que vai para eles, porque a questão da criança e do adolescente, ela atravessa todas as políticas: saúde, assistência social, educação. Então está tendo todo um movimento de a gente ir avançando. Estamos fazendo o plano decenal para os próximos dez anos e a gente está avançando nisso. Então, assim, é um pouco de compreensão que se eles ainda... Tem grupos que, concordo com você, nem sabem do que a gente está falando, mas está na hora de chamá-los, como a gente chamou outros grupos para participarem com a gente da luta. É política pública. E eles vão ser os destinatários dessa política pública. Eles têm muito a dizer. Vocês não imaginam o que a gente está escutando dos adolescentes na ponta, que a gente está percorrendo o Brasil e fazendo avaliação do plano decenal e os regionais. É cada coisa que sai que você fica assim. Depois de 35 anos do ECA, que vai fazer agora, dia 13 de julho, a gente ainda não garantiu prioridade absoluta. Então, assim, só falar para reforçar que as cotas... Agora, a execução, gente, aí é todo mundo, a gente vê o que nós vamos estar fazendo, uma força-tarefa e compreensão para dar conta de esses adolescentes estarem participando. Obrigada. **Eder, Sedese:** Matheus, depois Alexandre, depois Isac, depois eu. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Primeiro, cumprimentar as pessoas do GT da Conferência, todas as pessoas membras, dizer que a resolução, ela demonstra o resultado dos diálogos que a gente teve tanto dentro da sociedade civil quanto na plenária, tanto a compreensão do que a resolução do CNAS traz, esse aceno tão significativo não só para os adolescentes, mas para todas estas populações, esses públicos que precisam ter essas garantias de representação, de representatividade em um espaço tão significativo e tão importante para a política, que é a conferência, e é registrar realmente o quanto houve um esforço... A resolução, acho que ela demonstra isso, houve um esforço do GT para construir de uma forma qualificada, de uma forma que a gente tente assegurar direitos em um espaço onde a gente vai discutir garantia de direitos, o que logicamente não é fácil. É realmente um desafio. Na última plenária eu até trouxe a reflexão de a gente problematizar: Nossa, se a conferência não é um espaço para adolescentes, não é um espaço para todo o conjunto dessas populações que estão

nessas cotas, a gente tem que pensar que é um processo que a gente tem que reavaliar, reavaliar por que não é. E dizer então que foi... é uma formação muito importante. Acho que o CEAS e o estado de Minas Gerais, eles, nesse aceno tão significativo da resolução e desse processo organizativo, se colocam também novamente como referência a nível nacional de entender os desafios, mas não falar... mas não se furtar de se comprometer de fato com esses desafios, e pensar uma forma organizada de a gente fazer uma conferência histórica, principalmente trazendo essas populações que já estão nos nossos serviços. O nosso serviço, ele não tem uma idade lá na ponta falando que não pode. Elas estão dentro do serviço, elas são participantes da política e elas precisam de voz e trazer as suas observações nesse espaço da conferência. E com certeza vai ser um desafio, mas a forma como a resolução mostra o comprometimento do GT já nos dá uma segurança de pensar que vai ser um desafio, mas a gente vai dar conta, a gente vai se comprometer de fato, e é isso. A gente é um espaço de garantia de direito. A conferência, ela não pode cercear a participação de ninguém, de nenhum público, e é isso que a gente vai entender e está entendendo hoje, a partir dessa resolução e do trabalho do GT da Conferência. **Elder, Sedese:** Alexandre, depois Isac, depois eu. **Alexandre, Seapa:** Eu respeito... Alexandre, SEAPA. Eu respeito totalmente a posição de vocês, mas eu ainda acho que essas coisas são muito sérias para ter adolescentes que não têm negócio, de tal modo que nós estamos chegando na sociedade... Só para fazer uma comparação, a nossa sociedade é assim... Eu acho que tudo tem seu tempo, né? Mas como eu sou voto vencido aqui, eu não vou ficar... [Todo mundo é a favor, eu sou voto vencido, então (ininteligível) seja a vontade de vocês. **Elder, Sedese:** Isac. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Eu vou muito na linha do Matheus, assim. Acho que se a gente comparar o agora com o momento em que essa discussão chegou no CEAS, chegou no GT... Eu queria reconhecer o avanço que esse colegiado teve no sentido de dar garantia de direitos mesmo, né? Quando a gente está discutindo sobre esses públicos, esse direito de participação, ele foi conquistado com muito tempo de luta, né? E como eu disse na plenária anterior, fiquei muito feliz que o Conselho Nacional tomou a iniciativa de priorizar esses públicos a... indo no caminho contrário do que o CEAS estava fazendo inicialmente. Acho que o nosso papel, enquanto garantidores de direitos, não é cassar os direitos dessas pessoas; é, sim, garantir e fazer com que a participação deles seja o mais positiva possível, né? E entendo que a resolução, ela foi nesse sentido também. Agora, se a gente for partir para a discussão de que tal público está maturo e tem conhecimento, segurança para participar desses espaços e tomar decisões, a gente vai ver essa dificuldade com as decisões, essa insegurança nas decisões em diversos públicos. A gente vai ver também diversos públicos de usuários e também a gente vai ver entre trabalhadores e entre entidades e conselheiros também, a dificuldade, a insegurança de participar desses espaços e tomar decisões. E eu entendo que o caminho para a gente superar essa dificuldade, essa imaturidade, é justamente proporcionar cada vez mais esses espaços de deliberações e de informação para que essas pessoas participem com qualidade. Agora, uma outra coisa que eu acho que o CEAS precisa também tentar trabalhar é de a gente tentar deixar muito nítida mesmo para os municípios a questão da inviabilidade de um delegado ser acompanhante de adolescente. Acho que o CEAS precisa, de alguma forma, tornar muito nítido para os

municípios, não sei se se fazer vídeos recomendando que os municípios não indiquem delegados para serem acompanhantes de adolescentes, porque não é viável isso. A discussão no GT, na sociedade civil, ela foi muito nesse caminho, e eu sei que alguns municípios têm a ideia de fazerem isso. Acho que, de alguma forma, o CEAS precisa fazer capacitações mesmo, se for necessário, para os municípios e deixar bem nítido para eles que isso não é viável, que um delegado acompanhe outro delegado nas conferências, porque não dá para participar... acompanhar o delegado em todas as atividades, se ele for delegado também. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Pela resolução, Isac, o pai ou o responsável é acompanhante. Se ele não puder acompanhar, eles que indicam outra pessoa. Então não tem como a própria delegação ou indicar o delegado. Pode ser que ele indique alguém que de fato é delegado, mas aí é alguém que tem afinidade, tem proximidade com o adolescente. Então, pela resolução... a resolução não dá a entender isso; é o próprio pai ou responsável. Eu ia só pedir, gente, para a gente não... A Mayra trouxe um ponto, é verdade: essa discussão, se aceita ou não aceita, a gente já fez essa discussão no mês passado. Então vamos focar no texto da resolução, assim. Eu acho que é o mais importante, para que a gente consiga caminhar. Eu pedi só à Letícia para ela explicar a questão daquele artigo sobre a autenticação. Depois da Letícia, a Sandra pediu fala, aí a gente caminha. **Letícia, Sedese:** Letícia, SEDESE. Bom dia, gente. Então, na verdade, a gente... o artigo da resolução, ele observa a resolução do CNJ, que fala da viagem para crianças e adolescentes. Então, a gente baseou a autorização com base na resolução CNJ. Vocês vão ver que a gente padronizou hospedagem, viagem e participação das conferências em uma autorização só para evitar retrabalho mesmo de ter que autorizar para uma coisa e para outra. E aí, o que acontece? Se vocês virem na legislação, a autorização para viagem para o adolescente menor de 16 anos, ela precisa de autenticação em cartórios. Para viagem para o adolescente maior de 16, não precisaria. Porém, o adolescente entre 16 e 17 anos também precisa de autorização para hospedagem, então não faria... a gente entendeu que não faria sentido tirar uma autorização diferente para quem tem mais de 16 e menor de 18 e outra para quem tem menos de 16, porque, na verdade, ele também precisa de uma autorização para hospedar. Então, com uma autorização só, a gente consegue obedecer a resolução do CNJ, o Estatuto da Criança e Adolescente e a gente consegue responsabilizar o pai também, né, por autorizar alguém a levar o filho dele. Então, a responsabilidade é dos pais de autorizar uma pessoa que ele confia de acompanhar aquela criança nas atividades da conferência. Mas qualquer dúvida sobre a legislação, a gente pode conversar depois. **Elder, Sedese:** Sandra, depois Patricia. **Sandra, Sintibref:** Não, não ia falar mais, não, mas quando você... Só para poder estar conversando um pouquinho aqui com o nosso colega. É o seguinte: tudo a seu tempo. Sandra, SINTIBREF. Veja bem, nós estamos na semana do 18 de maio, todo mundo ficou aí na campanha do 18 de maio contra o abuso e exploração sexual, certo? Agora, deixa eu te falar com você, você, assim, especificamente, como é que é essa questão do tempo. E eu falei isso quando eu tomei posse no CONANDA, está lá como suplente, e eu fui indicada pela federação, e eu contei esse caso. A minha neta de cinco anos, o ano passado, que ontem ela fez seis anos, minha neta... Eu fazendo gelatina, brincando com ela na cozinha, “vamos fazer bolo”, “vamos fazer gelatina”, e ela falou: “Vovó, você sabia que ninguém pode pegar na

‘pepeca’ da gente? Você sabia que ninguém pode pegar nas partes íntimas?”. Aí eu falei assim: Verdade, tem que ficar de calcinha e tudo. Mas aí acendeu a luzinha amarela: de onde é que essa menina está tirando isso? Quem falou? Cinco anos e meio. E eu tive uma resposta até do representante do Ministério da Educação, que estava lá na plenária do CONANDA. Aí ela falou assim... aí rodiei, tal, tal, tal, né, para não... “Não, vovó, foi lá na escola. Fizemos a rodinha, e teve a professora falando tanto para os meninos, para as meninas”, começou a me contar, e eu puxando ludicamente. Eu fiquei estarecida. Por um lado, eu fiquei feliz. A minha neta tem cinco anos e meio e esse tema já está nas escolas, o abuso e a exploração sexual de criança e adolescente. Então, essa coisa de “cada um a seu tempo”... O tempo foi ontem. O aumento do caso de pedofilia, casos de exploração... Então, assim, eu contei isso, e aí eu falei assim: Eu sou uma privilegiada, que a minha neta, ela pode estudar em uma escola particular, ela está... já teve isso tudo. Aí o representante do Ministério da Educação, a partir da minha fala, ele falou: “Já tem um projeto e um plano, as escolas públicas vão ter que trabalhar esse tema”. Algumas possivelmente já estão trabalhando. Mas eu fiquei estarecida, porque minha neta... Já tem que estar incluindo esse tema para uma criança de seis anos? Tem. Tem, porque eu escutei de especialistas: “Onde tem uma criança, ali tem um estuprador e abusador em potencial”. Você sai para a casa triste... É, é onde, tem uma criança — clube, academia, escola —, ali pode ter um abusador, um estuprador em potencial. Então, assim, todo mundo tem que ficar alerta. Então o tempo não é agora. Quando você falou: “Cada coisa a seu tempo”, o tempo já foi ontem. Os dados, né, a gente vai poder socializar mais, mas só, assim, para poder te falar que a gente está na discussão, e eu vim trazer esse exemplo porque aconteceu com a minha neta, que já está no Colégio Nossa Senhora das Dores trabalhando isso ludicamente. Aí você fica assim... te pega até na surpresa, né? Puxa vida! Mas é verdade. Infelizmente, é isso. Então eles têm que estar junto às políticas públicas, os adolescentes. Nós já vamos começar a campanha contra o trabalho infantil, contra o trabalho infantil aí. Vai ser no mês que vem. Então, assim, é muita coisa que está acontecendo, e a gente tem que colocá-los no centro como sujeitos para dizer das dores, entendeu, das lacunas, dos vazios, que a gente ainda não deu conta nesse país de colocá-los como prioridade absoluta. **Elder, Sedese:** Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. É só para reforçar, porque a gente... A Letícia colocou da questão do CNJ, mas isso aí é da viagem, que é responsabilidade do CEAS. Os municípios são responsáveis pela viagem deles até o ponto que... né? Então, os municípios têm que se preocupar com essa... A gente tem que, na hora que for fazer uma explicação, orientar que o município... na hora que sair da cidade dele tem que ter uma autorização de viagem desse adolescente para chegar onde o CEAS é responsável, porque a autorização que vem para a gente, que a gente está pedindo, é só de onde o CEAS vai responsabilizar pelo transporte. **Elder, Sedese::** Ok? Gente, alguma dúvida sobre a resolução? Podemos votar? Então ok. Conselheiros que aprovam o texto da resolução, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenção? Uma abstenção. Então, aprovado. Vamos para o próximo ponto então? Próximo ponto, aprovação do Regimento Interno das Pré-Conferências de Assistência Social. Pós-consulta pública. Muito bem lembrado. Rememorando, a gente colocou o Regimento Interno das pré-conferências para consulta pública. Ele ficou de consulta pública, se eu não me engano, de 21 de março até o dia 5

de maio. Recebemos mais ou menos 20 contribuições, foi um pouco menos de 20. E aí, já até explicando para vocês: a gente vai apresentar agora um relatório com todas as contribuições e se foram aceitas ou não. Muitas pessoas confundiram. Elas acharam que era para elas fazerem sugestões no texto da resolução, e não no Regimento Interno. Então, às vezes a pessoa falava: “Quero que no art. 1º da resolução tenha essa palavra”, só que a resolução não estava sob consulta pública, então não tinha como aceitar essa manifestação. Tanto é que se você pega o art. 1º do Regimento Interno, ele não tem... ele fala coisas que não têm nada a ver com a manifestação da pessoa. Não. O que aconteceu? Na consulta pública... É até uma coisa que a gente tem que melhorar para o Regimento Interno da Conferência estadual. Na consulta pública estava lá: “Segue texto...”, o formulário para a consulta pública e estava escrito assim: “Para ler o texto do regimento, segue link com a resolução. O regimento está anexo”. As pessoas não perceberam. Elas acharam que era consulta pública de todo documento. Então para consulta pública do regimento da Conferência Estadual, vamos colocar só o regimento, não vamos colocar a resolução, porque isso leva à confusão mesmo. Você pode abrir o relatório, Poli, por favor? Então, algumas não puderam ser acatadas por causa disso. Tiveram outras manifestações que as pessoas simplesmente colocaram: “Concordo com tudo”. Então, ótimo, né, se concorda com tudo está muito bom. E outras que de fato eram contribuições mesmo, que a gente vai colocar aqui. Esse relatório, gente, eu fiz com base nas contribuições. Ele não está assinado ainda. Então, o que está escrito aí é uma sugestão, não quer dizer que vai ficar dessa forma. Então, foram 11 contribuições, sendo que quatro das contribuições apresentadas não se aplicavam ao texto do Regimento Interno. Eu falei que chegou a quase 20 porque várias contribuições eram: “Eu concordo com tudo”, “aceito todos os termos”. Das contribuições acatadas, das sete contribuições que referiam ao texto do regimento, cinco foram acatadas, duas não foram, a gente vai explicar o porquê. A primeira é aquele caso que eu falei, no art. 1º a contribuição recebida é: “Acrescentar ‘ajudar na organização’”. Vai no Regimento Interno só um momento, para vocês verem o que está escrito no art. 1º do Regimento Interno. “As pré-conferências, considerando...”. Não, não é art. 1º, não, é? É isso mesmo, desculpa. “As Pré-Conferências Regionais, considerando o tema da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social — 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência — e o lema ‘construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação’, terão por objetivos”, aí vem os objetivos. Então vocês veem aí que nem tem onde a gente acrescentar “ajudar na organização”. É, não faz sentido. Mas se você ler o art. 1º da resolução, aí faria sentido que o art. 1º fala: “Esta resolução tem o objetivo de organizar e orientar a Conferência Estadual de Assistência Social”. Então, faria sentido. E ajudar na organização. Então por isso que não tem como acatar, porque foi uma sugestão para o texto da resolução, e não para o Regimento Interno, ok? Todos de acordo? Próximo. O próximo exemplo vai ser a mesma coisa, é o mesmo problema. O segundo, art. 2º: “Acrescentar ‘representantes de trabalhadores’”. A representação... a definição dos representantes de trabalhadores, ela está inclusa na alínea “b” do inciso II do art. 11 da minuta de Regimento Interno. O art. 2º do Regimento Interno não trata absolutamente nada sobre usuário, trabalhador e entidade. Mais uma vez eu percebi que a pessoa, ela estava achando que estava fazendo consulta pública da resolução, e não do regimento.

Então, essa também não tem como ser acatada. Art. 3º: “Acrescentar ‘participar dos espaços de discussão’”. É, ao que parece, a sugestão apresentada foi para o art. 3º da resolução, e não para o art. 3º da minuta do Regimento Interno. Se quiser ir lá no Regimento Interno, para a gente ver o art. 3º. Só um momento. O art. 3º fala: “São delegadas e delegados das pré-conferências, com direito à voz, bem como voto no processo de eleição de delegados para a 10ª Conferência de Assistência Social, aquelas e aqueles eleitos e eleitas nas Conferências Municipais de Assistência Social e devidamente credenciados ou credenciadas na pré-conferência”. [Aí pode voltar lá.] Então aí não... onde a gente colocaria “participar dos espaços de discussão”? Não faria sentido. Então, mais uma vez, a pessoa provavelmente, equivocadamente, achou que estava fazendo consulta pública da resolução, e não do regimento. [Pode passar.] Art. 4º não teve contribuição, art. 5º não teve contribuição. O art. 6º teve uma contribuição, e a contribuição foi: “Alterar o horário da votação para a Conferência Estadual para logo depois do almoço, 13h30, inverter com o ato de conferir, pois alguns delegados precisam ir embora mais cedo para as suas cidades e, assim, não poderão participar da eleição”. Esse foi até um ponto discutido no GT, e o texto inicial estava dessa forma, 13h30 a eleição de delegados, 15h30, ato de conferir. Só que aí foi até um ponto que a conselheira Rosa trouxe, que as pessoas geralmente participam da eleição e depois vão embora, e se a gente deixasse a eleição antes, poderia ter um esvaziamento da conferência. Porém, esta pessoa que fez... que apresentou a sugestão, ela traz outro ponto que também é relevante: muitos municípios, eles estão muito longe do município da pré-conferência. Aí às vezes eles vão de carro e eles têm que voltar mais cedo porque senão eles não conseguem chegar na cidade deles no horário considerável, assim, vai chegar muito tarde. E aí até no outro processo conferencial isso foi uma demanda de delegados, para fazer essa eleição logo depois do almoço, porque aí as pessoas todas teriam possibilidade de participar. Eu até achei positivo fazer depois do almoço, porque com isso as pessoas não se atrasam. Se a gente marcar 13h30, todo mundo chega às 13h30 em ponto porque quer concorrer para a Conferência Estadual. Então a minha sugestão é que acate essa sugestão de alterar e fique a eleição às 13h30 e o ato de conferir, 15h30. Aí o que vocês acham? Então, conselheiros que aprovam? Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ok. Art. 7º não teve contribuição, arts. 8º, 9º e 10º também não tiveram. O art. 11... vamos ver. [Pode descer.] “Considerando o grande número de trabalhadores do SUAS, deveria ser considerado um número maior de participantes”. Primeiro que o art. 11, ele não trata do número de delegados por município; isso foi definido na resolução CEAS. Então, mais uma vez imagino que foi uma confusão. Mas, de toda forma, eu acho que tem que deixar claro no relatório que “ressalta-se que o número definido de delegados e delegadas para as pré-conferências e para a Conferência Estadual considerou o total de municípios de Minas Gerais, o porte dos municípios, a capacidade logística do CEAS e a capacidade máxima dos locais necessários para a realização da conferência”. Isso é muito importante. Quando as conferências têm mais de 500 delegados, as pré-conferências, a gente tem muita dificuldade de encontrar locais nos municípios para fazer essas conferências. Municípios não costumam ter locais tão grandes para isso. Desse modo, o total de delegados para as Pré-Conferências Regionais é de 5.340, a serem eleitos para a Conferência Estadual é de 1.008. Tal número permite a participação

de representante de todos os municípios no processo conferencial. Então, se a gente... primeiro que o art. 11 não trata disso, e se a gente só aumentasse trabalhador, tinha que aumentar entidade, tinha que aumentar usuário, tinha que aumentar governo, e com isso o evento fica muito maior. A gente já está em processo de contratação, então não teria como a gente fazer essa alteração agora. Então a minha sugestão é que a gente não acate essa sugestão, porque a gente não tem capacidade logística para isso. Ok? Podemos votar? Conselheiros que aprovam? Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ok. Vamos seguir. Art. 12: “Deveriam participar das pré-conferências os titulares e os suplentes”. A participação dos delegados e delegadas suplentes só é permitida quando houver ausência do delegado titular, devido a capacidade máxima dos locais onde são realizadas as pré-conferências. É a mesma coisa, se a gente deixar participar titular e suplente, por mais que vai ser... vai dobrar a participação, a gente não conseguiria locais para realizar nem as nossas pré-conferências, nem a Conferência Estadual. Hoje, em Minas Gerais, a gente já tem dificuldade para achar locais para fazer a Conferência Estadual com 1.050 delegados. Se a gente passasse para 2,1 mil delegados, com titulares e suplentes, seria praticamente impossível a gente encontrar um local em Belo Horizonte no modelo que a gente tem desenvolvido. Então, por isso que a sugestão é não acatar. O suplente só participa no caso de o titular não poder participar. Todos de acordo? Então, conselheiros que aprovam? Conselheiros que reprovam? Abstenções? Aprovado. Arts. 13, 14, 15 e 16 não tiveram contribuições. Art. 17 teve uma contribuição interessante: “Minha contribuição refere-se à participação de pessoas com deficiência e povos prioritários, de acordo com a Resolução 87/2025. Segue as sugestões a serem trabalhadas”. Aí, na verdade, o que... quando a gente fez esse Regimento Interno, não tinha saído a resolução das cotas. Então, realmente, o Regimento Interno, ele não tinha o artigo falando que teriam as cotas, que seriam priorizadas. Agora, nesse novo texto do Regimento Interno, já tem as cotas, então essa contribuição já está atendida. [Pode descer.] E aí a pessoa traz os públicos, exatamente são os públicos que eu li para vocês. Além disso, fala de adolescentes também, a gente já vai fazer isso. [Pode descer.] Que até sugere um texto para a gente colocar, fala do Estatuto da Criança e do Adolescente, do termo de responsabilidade... Foi uma contribuição bastante completa essa. A gente até usou ela para fazer a nossa resolução. E também: “A Pré-Conferência Regional de Assistência Social do estado de Minas Gerais garantirá, em conformidade com os princípios da acessibilidade e da inclusão social, a disponibilização de audiodescrição para pessoas cegas e com baixa visão, assegurando a plena compreensão das discussões e deliberações, a elaboração de documentação específica para pessoas do espectro do autismo, com linguagem clara e adaptada às necessidades sensoriais e cognitivas, bem como adequação de materiais e recursos para atender as pessoas com outras deficiências. Os materiais da Pré-Conferência Regional deverão ser adaptados de acordo com as necessidades das pessoas cegas, com baixa visão e demais deficiências citadas, sendo sinalizados no campo das Conferências Municipais, a fim de atender às demandas específicas de cada pessoa com deficiência. Deverá ser disponibilizado um campo específico para que as pessoas com deficiência possam escolher as formas de acessibilidade, como documento em Braille, PDF, formato TXT, conforme cada necessidade, possibilidade, visando a amplitude tecnológica e a autonomia das pessoas

com deficiência para que tenham assegurado o direito de participar de forma acessível e plena no âmbito desta conferência”. Essa pessoa foi muito além, assim, ela já até trouxe quais são os exemplos de acessibilidade. Sobre acessibilidade, de fato, o Regimento Interno, ele não tinha nenhum artigo falando sobre acessibilidade. O Regimento Interno, na hora que a gente lê, a conferência já está estruturada, né? Então, se, infelizmente, não tivesse condições de acessibilidade, não conseguiria ser resolvido daquela forma. Mas como foi uma sugestão de consulta pública, eu acho que a gente deveria colocar. Então eu tentei sintetizar tudo isso em um artigo, que é um artigo mais genérico, para falar que vão ter todas as contribuições de acessibilidade. Então seria... [Pode subir um pouquinho. É, subir, por favor.] Primeiro falando que as sugestões apresentadas foram sintetizadas no art. 15 da minuta de Regimento Interno. “Será garantido intérprete de Libras e demais condições de acessibilidade adequada para participação qualificada de todos os delegados e delegadas nas Pré-Conferências Regionais”. Coloquei mais genérico porque se a gente for entrar nas especificidades das deficiências, fica muito grande, né? A gente teria que colocar muita coisa. [Pode descer.] Além disso, a ficha de inscrição dos delegados... ele já pode se identificar como pessoa com deficiência, pode identificar qual é a deficiência e quais são as necessidades específicas dele. Então a gente vai ter essas informações antes e vai conseguir providenciar tudo necessário para adequada participação, ok? Pode falar, Poli. **Poliana, Secretária Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Só para ressaltar, essa contribuição foi do Bruno, e ele é do Fórum dos Usuários, né, e ele é também deficiente visual. Então, foi uma contribuição dele. **Elder, Sedese:** Então a sugestão é que a gente acate o texto com essas ponderações, coloque o artigo e acate também, o que a gente já vai fazer, a questão das cotas. Então, conselheiros que aprovam? Conselheiros que reprovam? Abstenções? Pode passar. Aí teve... tiveram algumas contribuições em artigos não específicos. Eram... muitas vezes eram dúvidas, não eram contribuições de fato. A primeira dúvida: “As despesas de delegados, representantes governamental, eleitos nas pré-conferências para participar da estadual, serão custeadas pelo estado ou serão de responsabilidade do município?”. Eu coloquei “não” porque, na verdade, é uma dúvida, não é nem uma contribuição. A contribuição refere-se à dúvida de questão não abarcada pelo Regimento Interno. O Regimento Interno não fala sobre quem vai arcar com as despesas; isso não é assunto de Regimento Interno. De toda forma, conforme a resolução de organização da 16ª Conferência Estadual, deliberada na Plenária 306, as despesas com hospedagem e alimentação de todos os delegados serão custeados pelo estado. As despesas de transporte para o local da conferência ficam a cargo do município. [Pode continuar.] Artigo não específico também: “Usar espaço de conferência para esclarecer e educar a população quanto aos serviços ofertados pela política de assistência”. Considero que já foi... essa contribuição, ela já foi acatada, porque as informações, elas vão ser tratadas durante o Painel 1, Diagnóstico Sobre o SUAS na Regional SEDESE. Já está previsto na nossa programação. [Pode continuar.] Outro artigo não específico: “Gostaríamos de sugerir outras alternativas para substituir a leitura tradicional do Regimento Interno. Entendemos a importância de que todos conheçam as regras e funcionamento das conferências, porém, poderia se ver a possibilidade de publicá-lo em tempo hábil em sites oficiais com QR Code, ou não, para consulta ou recomendações, ou ainda disponibilizado

de forma física em diversos espaços de conferência para facilitar o acesso dos participantes ao mesmo. Outra sugestão seria explicar... uma explicação resumida ao invés de somente leitura, resumindo os principais pontos de atenção que os participantes devem ter para efetivar sua participação na referida etapa”. A resposta seria que o Regimento Interno, depois que ele vai ser aprovado por nós, ele vai ser enviado por e-mail a todas delegadas e delegados municipais eleitos para conhecimento e leitura. Como a gente tem e-mail de todo mundo, a gente pode mandar para todo mundo com antecedência, para que as pessoas leiam, bem como publicado no site do CEAS. Lá na aba da conferência vai ter a publicação do Regimento Interno para todo mundo ler. O regimento vai ser entregue de forma física aos delegados e delegadas no dia da pré conferência, o CEAS também vai desenvolver... a gente pode desenvolver maneiras de tornar essa apresentação do Regimento Interno mais dinâmica e de fácil entendimento. Às vezes a gente não faz a leitura, faz slides falando o tempo de fala, programação, eleição. Às vezes pode ser mais interessante. É um ponto para o GT discutir uma nova maneira de fazer isso. É, podemos fazer também uma *live* sobre o Regimento Interno das pré-conferências. É isso. Então, a proposta é que essa... que não é uma alteração no texto basicamente, mas entendo que já está acatado. Pode continuar. Acabou. Então seriam essas as contribuições. Vamos lá para o Regimento Interno agora? Aí está... a assinatura está com o meu nome porque o Marcelo está de férias. Aí eu que estou assinando os documentos do CEAS. Podemos ir para o Regimento Interno? Eu... se eu não me engano, eu marquei o que mudou para a gente não ter que ler tudo de novo. Olha se eu marquei. Ou eu esqueci? Ah, talvez eu tenha esquecido. [Não, essa aí... isso aí é outra coisa. É isso. Pode ir descendo.] Eu não vou ler o texto todo porque a gente já leu da outra vez e não teve alteração. Vou ler só o que mudou. [Pode descer. Pode descer.] É, esses amarelinhos é a Resolução CEAS 882, que trata das pré-conferências. Aí, ó, na programação, vocês vão ver que a programação já está alterada. Pode descer. Então às 13h30... Foi rápido de mais. Sobe mais um pouquinho. “13h30, orientações e votação para eleição de delegadas e delegados para a 16ª Conferência; e 15h às 15h30, ato de conferir, apresentação da situação de cumprimento das deliberações aprovadas na 15ª Conferência, com debate de 15h30 às 16h”. Então já foi alterado. Pode continuar. A outra, que seria sobre as cotas, o tempo de fala ficou de três minutos. Pode continuar. Aí nessa parte a gente traz a informação das cotas com todos os públicos, incluindo os adolescentes de 12 a 17 anos. Já está registrado aí também. Pode continuar. Aí são os artigos que falam de como vai ser a eleição, a eleição, como é que vão ser distribuídas as cotas. É o mesmo texto que a gente acabou de ler na nossa resolução. Pode ir. E temos, finalmente, o art. 15. Pode seguir.] “Art. 15: Será garantido intérprete de Libras e demais condições de acessibilidade adequadas para a participação qualificada de todos delegados e delegadas nas Pré-Conferências Regionais”. Então foram essas alterações. Já está com todos os pontos abarcados que a gente votou. Alguma dúvida ou questão? Podemos partir para a votação? **Mayra, Apae-BH:** Só uma. Mayra, APAE-BH. Não é em relação à resolução, mas é em relação... Todos esses que fizeram a consulta, vocês responderam para eles terem a devolutiva, né? **Elder, Sedese:** Eu não... Poli, a consulta coletava e-mail? Eu vou sugerir então que pegue esse relatório e mande por e-mail para todas as pessoas que apresentaram, que aí já resolve isso. Ok. Então vamos para a

leitura da resolução. **Elder, Sedese:** É a resolução de aprovação do Regimento Interno. “Resolução CEAS. Aprova o Regimento Interno das Pré-Conferências de Assistência Social”. Eu vou pular o considerando, mas pedir que coloque os mesmos considerandos da resolução das cotas, tá, por favor. “Resolve. Aprovar o Regimento Interno das Pré-Conferências Regionais, por favor, de Assistência Social de 2025, conforme Anexo I”. Anexo Único, que só tem um. “Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Essa aí só tem esses dois artigos. Mas no outro eu tinha feito isso. Mas é bom (ininteligível). É bom, gente, conferir também no Regimento Interno, toda vez que for “pré-conferência”, é “Pré-Conferência Regional”. Bem lembrado, Patricia. Corrigiu? E “Anexo Único”, não “Anexo I”. E lembrar de colocar no nome do anexo, de “Anexo Único” também. Anexo Único. Todos os conselheiros estão em condições de votar? Ok. Então, conselheiros que aprovam o Regimento Interno das pré-conferências, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? E só para constar: conselheiros que aprovam a resolução de aprovação, que eu não falei isso antes, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Próximo ponto. Ai, eu estou ficando cansado. É muita coisa. Aprovação da resolução sobre organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Vou pedir para abrir a minuta, por favor. Gente, essa resolução, ela é enorme e nós lemos ela na última plenária, então não vou reler. Eu vou reler só os pontos que alteraram, que estão marcados de verde. [Pode passar.] Que ela fala de tudo da Conferência Estadual. Só os pontos em verde, por favor. Aí. “Art. 11: A idade mínima para participar como delegado ou delegada da 16ª conferência é de 12 anos”. O que está escrito ali? “Iniciais regionais”? Ah, não. É, tem... Esse texto aí pode tirar, por favor. “§ 1º: Os delegados e delegadas com idade inferior a 18 anos devem estar acompanhados dos pais ou responsáveis. § 2º”. Na verdade, é o mesmo texto que a gente acabou de aprovar na nossa outra resolução. Pode descer. O § 2º é o mesmo, § 3º é o mesmo, § 4º é o mesmo. Pode descer. E acho que no final tem a mesma autorização que a gente também aprovou. Pode ir lá para baixo. É o Anexo 2. É a mesma... Adolescente de 12 a 17 anos já está aí na previsão das cotas, que não estava antes. Pode continuar. Está 12 a 17. É 17. É 18 incompletos, que é igual a 17. Eu nunca entendi O Anexo 2 da resolução é justamente o documento de autorização, que a gente já leu também. É o mesmo. Aí só lembrar de alterar ali, ó, no Item 4. [Pode descer.] Item 4. Ao invés de “nome do delegado” é “nome da pessoa responsável”. Isso. Isso poderia gerar confusão. É o mesmo documento. Então, conselheiros, alguma dúvida, alguma questão sobre essa resolução? A gente já discutiu lá na plenária anterior. **Patricia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Na plenária anterior, a gente fez uma observação que teria que acrescentar alguns itens sobre os 12 a 17 anos. **Elder, Sedese:** Exatamente. Todos os conselheiros estão em condição de votar? Ok. Conselheiros que aprovam a resolução de organização da 16ª Conferência, se manifestem. Ok. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Uma abstenção. Então, resolução aprovada. Próximo ponto, apresentação da resolução que altera a resolução sobre apuração de denúncias no CEAS. **Elder, Sedese:** Pode falar. Fala aí. Oi? Quem... Ah, o João. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Eu queria sugerir a alteração, passar ela para o final, porque a Rosa vai estar aqui na parte da tarde, da Comissão de Normas também. Aí, assim, é só mudança da ordem da pauta mesmo. **Elder, Sedese:** Todos de acordo?

**João Paulo, Sedese:** Se estiverem de acordo. **Elder, Sedese:** Ok. Então, próximo ponto, apresentação do planejamento da Comissão de Ética e novo Código de Ética. Jennifer?

**Jennifer, Psind:** Eu queria uma cópia, mas pode ser para depois. **Elder, Sedese:** Qualquer coisa a gente passa para frente. **Jennifer, Psind:** Não, a gente só vai... Jennifer, PSIND. Bom dia a todas e todos, 'todes'. Pessoal, então, nós fizemos nas últimas... os últimos três meses, se eu não me engano, reuniões conjuntas aqui para poder fechar o texto do novo Código de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social. Nós já vínhamos trabalhando nele, né, no ano passado, então nós tivemos alguns meses aí, não vou lembrar quantos, mas muitas reuniões entre a Comissão de Ética e a Comissão de Política? De Normas, desculpa. Mas, assim, então foi um texto muito bem trabalhado, com pontuações muito relevantes. Então, destacar aqui que não tem como, né... Até... o Elder até falou, assim, da participação do nosso presidente, que foi muito importante ter a visão do Marcelo, da OAB, mas, assim, eu tenho que agradecer e falar de que todas as contribuições de todos que estavam lá foram muito importantes. Então, às vezes, por exemplo, a gente vê... Não sei se o Altair... o Altair não está aqui, né? Mas o Altair, o Luizão, que às vezes fala menos... Mas dentro da do grupo, assim, e dessa construção conjunta, todos participaram muito ativamente. Então não tem como reconhecer só um. Eu acho que foi um trabalho coletivo, foi um trabalho muito bem-feito. E quando veio também para as comissões conjuntas, né, a gente aprimorou com a participação de todos. Então, hoje a gente vai trazer a resolução, a resolução para aprovação do Código de Ética, eu imagino que todos já estejam cientes, mas vai ser enviado também. Nós vamos trazer também... Aí eu vou ler... vou tentar ler ali... O plano da Comissão de Ética 2025. Você aumenta para mim, Poli, por favor? Esse plano, né, a gente precisa enviar para o... E o... tanto o plano quanto a gente precisa enviar também o novo texto do Código de Ética para a aprovação do CONSET. Tem algumas coisas que ontem mesmo nós seguimos, né, o que está lá, o que é mais importante, mas algumas coisas nós trouxemos a mais do que o CONSET... do que é o regimento padrão do CONSET. Então, é importante a gente enviar para essa validação também, mas faremos isso o mais rápido possível. Então, o plano, né, vou seguir aí: "Convocar a primeira reunião da Comissão de Ética". Aqui quem vai fazer? A própria comissão. O início, né? Então nós colocamos todas as reuniões que já aconteceram, inclusive as conjuntas, desde o início do ano, né, porque a gente está considerando aí que tudo foi reunião da Comissão de Ética. Escolheu o coordenador e responsável pelo monitoramento do plano. Nós colocamos toda a comissão, né, então os cinco titulares que vão fazer parte da comissão. Então, lembrando que essa comissão, ela é diferente, ela tem uma diferença das outras. Então, as pessoas que estão na suplência, elas não participarão ativamente da comissão, né, nem das discussões a partir de agora, né? A gente... durante o Código de Ética participamos todos, mas no trabalho da comissão são só os titulares que participam. Avaliar... E nós colocamos a data de hoje... do dia que nós criamos o plano, 20/5. Avaliar e aprovar o plano da Comissão de Ética, a plenária, né, que faremos hoje, o término disso, né, que é a aprovação. "Reunir semestralmente ordinariamente". Isso aqui a gente vai precisar trocar, Poli, por causa da orientação do CONSET, que é mensalmente, a cada 30 dias. Então, ordinariamente a gente vai se reunir a cada 30 dias e, extraordinariamente, conforme a necessidade. "Receber denúncias e propostas para

averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, instaurar procedimento sobre auto ou matéria de acordo com o Código de Ética”. Então, todo esse procedimento já está lá no Código de Ética, né? A comissão também... Então, isso aqui durante todo o processo de execução até o final do nosso mandato, no final do ano. “Avaliar o Código de Ética”, isso a comissão e a plenária, nós já fizemos. “Participar das reuniões do CONSET”, então a gente também tirou como encaminhamento a gente solicitar o calendário do CONSET para que a comissão possa começar a participar ativamente. “Apoiar as comissões temáticas do CEAS sobre os dispositivos do Código de Ética”, então a comissão, e esse também é contínuo. “Orientar os conselheiros em relação ao Código de Ética do CEAS”. Isso aqui é importante, porque nós vamos fazer... Ah, não, tem uma outra coisa aqui. É, isso, também é contínuo, e “fazer relatório do ano de 2025”. Nós colocamos para a última reunião, né, que seria de 11... dia 25/11. Porém, nós vamos considerar também a questão da plenária, né? Então pode ser que isso aqui também seja uma data que precisamos alterar, pensando aí no final do nosso mandato. Mas colocamos a última data. E a capacitação do Código de Ética. Então, nós colocamos duas datas aqui, que é julho e dezembro, porque uma vai ser com o novo Código de Ética, então nós colocamos na plenária de julho para aprovação, presidente. Colocamos aqui para aprovação da plenária a gente fazer essa primeira capacitação presencial, então... na data anterior à reunião, então seria na quarta-feira. A Poli vai falar a data para a gente.

**Elder, Sedese:** Pode. Elder, SEDESE. É porque a gente acabou de pactuar que dia 23 de julho vocês vão fazer a reunião da sociedade civil. É, sociedade civil. Então sugiro passar para agosto.

**Jennifer, Psind:** É, eu acho que, assim... Como é que vai ser? Qual... O dia todo. O dia todo? O dia todo. Deixa aberto e a gente traz até à tarde?

**Elder, Sedese:** É, vamos discutir.

**Jennifer, Psind:** Deixa eu pensar mais, que aí a gente pensa com a comissão até mais tarde. É porque eu penso que também é importante a gente estar capacitado para ir para a conferência já com essa capacitação. Vai que surjam questões, né? Eu acho que todos nós que estivermos nas conferências, por mais capacitados que a gente estiver para falar sobre tudo, é melhor. Mas a gente pensa. E aí, qualquer coisa a gente altera aqui, tá bom? O responsável pelo monitoramento desse plano de ação, a comissão. Dá o meu papel aqui. Esse nós vamos colocar para votação então, tá, gente, a aprovação desse plano. A minuta do Código de Ética você colocar para a gente, Poli? Quer falar ou posso falar? Pode falar. Posso falar? Pessoal, sobre o plano, tem alguma dúvida? Alguém quer pontuar alguma coisa? Não? Certo. Ah, e dezembro, que eu esqueci de falar, é porque nós temos que capacitar os novos conselheiros, tá bom? Então a gente vai ter uma nova capacitação em dezembro para os conselheiros que estiverem chegando a partir da eleição. O nosso mandato vai até quando? Tem que ser on-line.

**Jennifer, Psind:** Ou presencial. Eu acho que sempre... É, a gente vê, né? Vamos ver como é que vai ser então. Eu acho melhor, mas vamos ver. A minuta então aprova o Código de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social. “Conselho de Assistência Social de Minas Gerais (CEAS-MG), no uso das atribuições conferidas na Lei Estadual nº 12.262, de 28 de julho de 1996, e em conformidade...”. Vocês aumentam um pouquinho? A minha lente, ela não está... acho que não está adequada, não. Aí! “Com a deliberação de sua 307 Sessão Plenária...” “Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de maio de 2025, considerando a necessidade de resgatar e enfatizar a função pública dos conselheiros e

conselheiras do CEAS-MG e de suas relações com o público em geral, organizações de usuários da assistência Social, bem como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Considerando os princípios éticos que orientam a conduta das pessoas comprometidas com a verdade, honestidade, justiça, dignidade humana e com respeito à lei, que são elementos que devem presidir o relacionamento dos conselheiros e conselheiras entre si, com as autoridades públicas, com as organizações, com a população em geral. E considerando o Decreto Estadual 46.644, de 6 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética do Agente Público e da alta administração estadual, resolve. Art. 1º: Aprovar o Código de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais". Conselho Estadual... É, CEAS-MG, "conforme o Anexo Único. Art. 2º: Fica revogada a Resolução CEAS nº 825, de 15 de dezembro de 2023. E art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação". **Elder, Sedese:** Gente, a gente não vai fazer a leitura do Código de Ética de novo, porque a gente fez a leitura durante as nossas resoluções conjuntas... nossas reuniões conjuntas, desculpa, e ele é muito grande. Pedir só para corrigir o meu nome, que é Elder Carlos Gabrich Junior. Está "Junior Gabrich". É o quê? Elder Carlos Gabrich Junior. Está "Elder Carlos Junior Gabrich". **Elder, Sedese:** Vamos votar essa, depois a outra. É porque tem três. É, mas tem que ser uma por uma. Primeira aprova o plano, depois aprova a resolução, depois (ininteligível). **Jennifer, Psind:** Não, não. Vamos lá, gente. Então tem mais uma minuta de resolução, que é a alteração da composição da Comissão de Ética, tá? Então vai ser... A gente discutiu ontem, então colocamos de forma regular, né, com... de acordo com o decreto que foi citado e com as orientações do CONCET. Então, ela vai ter uma alteração aí na... não vai ser na quantidade de pessoas da resolução... que vão ser citadas na resolução de conselheiros, mas na quantidade de titulares e suplentes. Então, antes a gente tinha quatro titulares e quatro suplentes; hoje a gente vai contar com cinco titulares e três suplentes. A indicação, né... Você quer fazer a indicação? **Elder, Sedese:** Sim. Obrigado. Elder, SEDESE. Pelo governo, os quatro indicados vão ser: eu, Elder; a Érica, representando a SEDESE; Ester, representando a SEDESE; e Juliana, representando o COGEMAS. Elder e Érica como titulares, Juliana e Ester como suplentes. **Jennifer, Psind:** Certo. Pela sociedade civil, continuam os quatro que já estavam na comissão. E os três titulares somos eu... Abaixa aí. Vai lá embaixo. Isso. Eu, Matheus e o Luizão. É isso? E Lais na suplência, tá? Como titulares, eu, Matheus e Luizão, tá? A gente também tinha conversado na reunião da comissão sobre a recondução, minha recondução na coordenação da comissão, né? Foi validado isso na comissão, e também na sociedade civil a gente gosta sempre de levar, então fizemos uma discussão e também isso foi validado. Então, é algo também de ser colocado aqui na plenária, tá? Ali então vai ficar.... **Elder, Sedese:** Eu sugiro que o art. 1º fique: "A Comissão de Ética", e tira o "decoro", porque não tem decoro. Não tem decoro aí, tá, gente, mas... **Jennifer, Psind:** É, tira esse decoro, gente. **Elder, Sedese:** "A Comissão de Ética do Conselho Estadual será composta pelos seguintes conselheiros, sob a coordenação da primeira", que aí já fala que a coordenadora é a Jennifer. E Ester suplente. Tem alguém que quer falar alguma coisa, fazer alguma sugestão, correção? Estamos todos de acordo então, né? Pode ir? Então, Matheus... Ó **Jennifer, Psind:** Está faltando a Ester. **Elder, Sedese:** Jennifer, Matheus e Luizão como titulares, Lais como suplente. Está certo. **Jennifer, Psind:** Ah, está aí. Não, está certo. **Elder, Sedese:** E

depois eu e Érica como titulares, Juliana e Ester como suplentes. **Jennifer, Psind:** A Ester está lá embaixo. Está certo. Então, a gente lê? [Volta lá em cima para a gente ler a resolução toda.] “Dispõe sobre a composição da Comissão de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG). Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na Lei Estadual nº 12.262, de 26 de julho de 96. Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social 2012 (NOB-SUAS 2012). Considerando o Código de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social, instituído pela Resolução tal, de 23 de maio de 2025. Considerando o Decreto 46.644, de 6 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual. E considerando a deliberação de sua 306 Plenária Ordinária, realizada em 23 de maio de 2025, resolve. Art. 1º: A composição (sic) de Ética do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG), gestão 2023-25, será composta pelos seguintes conselheiros, sob a coordenação da primeira”. Então a gente já falou, né? Vou passar por ela. Art. 2º. [Coloca lá embaixo.] “Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. É isso. Obrigada. **Elder, Sedese:** Obrigada, Jennifer. Então, agora a gente vai fazer as votações, gente. Vamos fazer as votações separadas. Primeira votação. Conselheiros que referendam a indicação da conselheira Jennifer para a coordenação da Comissão de Ética, por favor, se manifestem. Ok. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Então, aprovada a indicação da conselheira Jennifer como coordenadora da Comissão de Ética. Segundo: conselheiros que aprovam o planejamento da Comissão de Ética para 2025, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Patricia. Ok. Abstenções? Aprovado por unanimidade. Conselheiros que aprovam a aprovação do novo Código de Ética do Conselho de Assistência Social, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Conselheiros que aprovam a nova composição da Comissão de Ética do CEAS, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Agora, o próximo ponto seria... Como a gente passou o ponto das denúncias... da resolução de denúncias para a tarde, a apresentação da pesquisa sobre utilização do Piso Mineiro, que vai ser feita pelo João Paulo. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Bom dia novamente, pessoal. Só para... enquanto a Poli coloca ali, só para contextualizar, nós tivemos, né, nos últimos anos, como é de conhecimento do CEAS e dos conselheiros, o aumento do Piso, né, alguns aumentos do Piso Mineiro, que é o cofinanciamento estadual que a SEDESE repassa para os municípios mensalmente. Então, nos últimos anos, nós tivemos algumas atualizações e reajustes, e aí em janeiro foi colocado como demanda, né, a Mariana, nossa subsecretária, junto com a equipe, a gente conversando, a necessidade de pensarmos uma pesquisa para a gente tentar avaliar, né, avaliar se isso está gerando algum efeito, algum resultado, algum impacto, né, que esse é o nosso objetivo. Então, pensamos em fazer uma pesquisa, aplicar uma pesquisa com os municípios para coletar dados sobre, né? Então, tem dados de percepção dos municípios, tem questões de percepção dos municípios com relação a isso, dos gestores e das gestoras com relação ao impacto, ao resultado, à melhoria, enfim, como esse aumento impactou no município, e também dados de produtos, né, então o que o município está utilizando, e por aí vai. Então, o objetivo dessa pesquisa era coletar dados sobre isso, justamente para subsidiar, nós lá na SEDESE e na gestão

subsidiar tomada de decisão, poder avaliar, pensar como... outras estratégias, pensar como ampliar, se estamos em um caminho que tem gerado resultado e impacto, subsidiar também o CEAS nas suas avaliações, enfim, nas pautas, nos pleitos, enfim. O objetivo de ter dados e informações é esse, que possamos tomar decisões melhores, podermos avaliar, aprofundar nas discussões. Então, o contexto da pesquisa foi esse, tá? Aí já adiantando, né, que a primeira parte da apresentação é justamente sobre a pesquisa. Foi aplicada para todos... Aí já está na tela, quem quiser acompanhar pela tela. Aqui... e aqui é importante destacar que aqui é o resultado da pesquisa, dos números, então não tem uma avaliação nossa qualitativa sobre a nossa visão, a nossa opinião, tá? Fizemos várias discussões a partir desses resultados, apresentamos também na CIB, tivemos várias reflexões, alguns dos conselheiros aqui participaram, né? Então, a nossa ideia é divulgar mesmo para poder trazer reflexões. Então, aqui na apresentação tem os resultados. Os números da pesquisa, que a Diretoria de Vigilância que aplicou, nós consolidamos esses dados e, a partir daí, fizemos algumas reflexões. Já temos algumas outras... surgiram outras pautas de pesquisas também para aprofundar, porque isso... uma pesquisa traz números e muito mais dúvidas e reflexões, e com isso temos que aprofundar ainda mais em outros pontos. [Pode passar, viu, Poli, por favor.] E aí então o período... essa pesquisa foi encaminhada para os municípios no dia 28 de fevereiro, ficou aberta como prazo até dia 21/3. Na verdade, ficou como prazo até 21/3. Foi encaminhada a todos os municípios de Minas Gerais, os 843 municípios. Tivemos um resultado de 626 respostas, que representam 73% dos municípios. E aí, assim, é um resultado bom, para a gente aqui, Diretoria de Vigilância, que eu sou atualmente diretor e estou lá desde 2014, todas as vezes que a gente aplica uma pesquisa para municípios, acima de 70% a gente considera bom, porque é um estado gigantesco, a gente sabe das diversas... Esse período aí tinha muito município que nem tinha gestor ainda, estava nesse processo de transição. Então, a gente sabe da dificuldade dos municípios, sobretudo os de pequeno porte um, né? Então, assim, resultados acima de 70% a gente comemora como bom. E fizemos uma grande mobilização. Agradecer novamente às diretorias regionais na pessoa da Érica, aqui representando, né, que ajudaram muito nessa mobilização desses... para ter esse resultado e essas respostas. Então, toda vez que estivermos falando de dados aqui, estamos falando de 626 municípios; não estamos falando dos 853 municípios, ok? E aí, é importante destacar também que o prazo foi até dia 21/3. Nós, da Diretoria de Vigilância, extraímos a base para poder tratar, fazer nossas análises, no dia 28. Então, assim, dia 21 era o prazo, mas não fechamos, então ainda tivemos ainda algumas respostas residuais, algumas poucas respostas, mas consideramos até o dia 28. [Pode passar, por favor, Poli.] Então, a primeira... o primeiro slide, o primeiro resultado traz justamente sobre a questão do preenchimento, e aí uma coisa que eu destaquei lá na apresentação na CIB e nos outros lugares onde a gente está apresentando: nós aqui sempre trabalhamos na SEDESE com duas análises quase que automaticamente, que é a questão do porte e a questão das regionais. Considerando um estado igual Minas Gerais, com a heterogeneidade de Minas Gerais, com... enfim, com toda a complexidade que é, são dois recortes que a gente sempre faz. Então, olhar pros números por porte, porque são municípios com características diferentes... Quando você fala de um município de grande porte e um de pequeno porte, a lógica é diferente, a estrutura é diferente e a dinâmica é

diferente, as demandas muitas vezes são diferentes, né, a forma como essa demanda se apresenta e como a oferta, ela vai tentar atender. Então, a gente sempre faz esse recorte por porte e também por região, né, então, por regionais. Em Minas Gerais temos 22... a divisão territorial da SEDESE são em 22 diretorias regionais, então também é importante, porque nós temos também diferenças de regionais. Então, quando a gente olha para as regiões de Minas, nós vemos muitas diferenças. Então, para a gente é sempre importante fazer esses recortes. Então, toda vez nós vamos trazer esses recortes para vocês, tá, o valor global por porte e por regional. Então, o total de municípios, aí esse gráfico é justamente para isso, então a gente vê que o maior percentual de não respondentes é justamente o pequeno porte um, como é esperado, né, que é o que tem o maior, nós temos 667 municípios, é a grande maioria pequeno porte um, então é esperado que a maior incidência seja nesse perfil mesmo, nessa classificação. [Pode passar, por favor.] Aqui é a distribuição por regional também, né, então quais regionais tiveram maior resposta, menor resposta. Isso lá internamente, para a SUBAS e para as diretorias regionais, é importante, eles sempre demandam isso da gente para ajudar nessa mobilização, nas intervenções estratégicas. [Pode passar, por favor.] Aqui é uma pergunta que, ao meu ver, na nossa avaliação, é talvez a pergunta mais importante da pesquisa. Aqui a pergunta era: como o município utilizou o incremento do Piso? Então, a ideia aqui era tentar avaliar o que é que o município utilizava, em que tipo de provisão, que tipo de oferta que o município utilizava o Piso Mineiro, e após os aumentos, né, os reajustes que tiveram, se ele mudou, se ele permaneceu ou se ele incrementou. Então, ele pegou o incremento, esse excedente, esse reajuste, e incrementou em outra oferta, manteve o que se gastava antes e alterou só esse incremento. Então, a ideia é tentar captar isso, até porque é objetivo nosso, a gente sempre tinha o retorno dos municípios, sobretudo os de pequeno porte um, que era utilizado como benefício eventual, porque não se tem outro... não se tem cofinanciamento federal para benefício eventual, então é só o estadual e o próprio. Então, a maioria dos municípios relatava para a gente, sempre relata para a gente, que utilizam o benefício para isso, o Piso Mineiro para isso, mas a nossa tentativa de indução é: com o aumento já dá para começar a custear serviço. Já que o problema aqui era menos, o recurso era pouco, não dava para serviço, agora talvez dê. E o nosso foco, enquanto política de assistência, são serviços, né? O grande pilar da política pública de assistência social são os serviços, os grandes pilares são serviços, né? Benefício, ele é uma oferta extremamente importante, claro, óbvio, mas ela é complementar. O SUAS, ele não está estruturado e alicerçado em benefícios, e sim em serviços, e o que a gente quer é justamente qualificar serviços. Então, esse incremento... a ideia era a gente tentar, nessa pergunta, avaliar um pouco isso. E vimos um resultado bem interessante, bem expressivo. Nós tivemos um quarto dos municípios que alegaram que alteraram, ou totalmente, ou a parte do incremento, ou parcialmente a pactuação e a utilização do Piso desse... a partir do incremento em outras ofertas, sobretudo de serviços. E a gente vê que esse resultado, a grande maioria, foi a questão do benefício mesmo. Então, o município, ou ele continuou utilizando uma parte para benefício, mas começou a custear, a pactuar e utilizar o Piso em serviços, ou ele mudou totalmente a lógica; ele parou de custear benefício e, integralmente, passou a custear serviço, o que para a gente foi um resultado muito positivo. Claro que se a gente olha para um estado desse tamanho, um quarto

representa o quê? É 150 municípios. Pode parecer pouco, mas para a gente é um resultado muito grande. Sobretudo, esse resultado, ele é muito puxado pelos municípios de pequeno porte um, que ainda assim são dependentes do... o benefício eventual é dependente do Piso, né? Então, assim, mudar essa lógica não é uma coisa simples, não é coisa rápida, não é coisa que vai ser da noite para o dia, mas a gente acredita que a gente conseguindo lutar por mais reajustes, cada vez... continuar nessa lógica de reajustar o Piso, a gente acredita que a gente vai conseguir cada vez mais mudar esse cenário, inclusive com os de pequeno porte um. Mas aí, majoritariamente, o resultado, ele é puxado pelos de pequeno porte um, que são dependentes, como eu disse. O Piso, ele basicamente... majoritariamente, ele é utilizado para benefício eventual. Então, o que esse gráfico mostra é isso: quase 25%, 146 municípios apresentaram uma mudança. E aí, lembrando, nós estamos falando de 626 municípios. Então, muito provavelmente esse número é maior, porque nós temos aí quase 200 municípios que não responderam à pesquisa. Então, dentro desses 200 pode ter mais municípios ainda. Então a gente vê de forma muito positiva esse resultado. [Pode passar, por favor.] Aqui foi uma análise de percepção dos municípios. Então, perguntamos aos gestores e às gestoras qual foi a avaliação deles com relação ao incremento. Então eles davam notas de 0 a 5, tá, onde 5 era o que... o Piso, esse incremento, ele contribuiu para melhoria, qualificação, ampliação das ofertas, então foi positivo, e o 0 é negativo. Então, perto de 0, ruim, avaliação negativa, próximo de 5, positiva. E vimos que majoritariamente, felizmente, né, a grande maioria avaliou com 4 e 5, que é o verde, tá? E aí separamos por porte também. Nos dedicamos a entender um pouco do que... das notas que foram negativas, que é importante para a gente entender por que avaliou negativamente, e a grande maioria dos que avaliaram negativamente... Por exemplo, nós tivemos cinco notas 0, nós olhamos para essas cinco notas 0... E aí só lembrando, gente, nós vamos disponibilizar a pesquisa, essa apresentação para todo mundo, tá, inclusive os dados da pesquisa. Mas dos cinco municípios que responderam 0, todos falaram a mesma coisa: que, apesar do incremento, ainda é pouco. Apesar do incremento, o percentual ainda é baixo. Então, assim... Inclusive, todos falaram que é importante esse incremento, que foi... que é positivo, mas é isso, o negativo sempre foi: "Ainda é pouco", tá? Então, assim, de certa forma para a gente... também a gente tem essa avaliação, a gente sabe que é pouco ainda, né, o SUAS precisa de muito mais recurso, isso, inclusive, corrobora com a nossa avaliação também, mas aí só para esclarecer que a grande maioria que votou... Por exemplo, Belo Horizonte, que é o Metrópole, que está laranja, votou, se não me engano, foi 2 ou 3 que é a nota mediana. Lá eles colocaram que foi um salto, acho que... se não me engano, tem no comentário, saiu de 3 milhões para 9 milhões ao ano para o município, o que foi um salto bastante importante, mas que isso ainda representa um percentual pequeno. Então por isso da nota, tá? [Pode passar, por favor.] E aí, a nota global foi, avaliação final, 4,2, de 0 a 5. Aqui, uma outra questão importante que nós nos debruçamos foi tentar entender em que está sendo gasto, que tipo de provisão, né? Se está gastando com profissionais, com recursos humanos, com material de consumo, com benefício eventual... Mais para a frente nós vamos detalhar também um pouco mais isso, mas é que essa pergunta diz sobre isso. Então, qual é a categoria de despesa, digamos assim, que o reajuste do Piso... depois do reajuste do Piso, o Piso está sendo utilizado? E

aí, novamente, majoritariamente, a maioria, né, o que tem maior incidência, maior frequência, são os benefícios eventuais, muito puxado por causa dos municípios de pequeno porte um, que a gente sabe, como eu já disse aqui, né, mas vemos ali que o gasto com equipes de referência ainda é pequeno, 17% apenas, que é o terceiro de baixo para cima. Nós vemos um valor pequeno, mas já é uma mudança porque esse valor era ainda menor. Então a gente vê que... os gráficos para a frente também vão mostrar isso, que uma das despesas que os municípios estão... começaram a utilizar depois do reajuste foi com a equipe de referência, com o RH, o que a gente fica muito feliz, que passa... invariavelmente, a qualificação, ampliação de oferta passa pela capacitação dos profissionais, ampliação de equipe, enfim, passa por recursos humanos. Mas basicamente aqui estamos falando sobre as categorias de despesa que foram utilizadas. Temos ali benefício eventual, aumento da capacidade de atendimento, ou seja, aumento da oferta, aquisição de material de consumo, a ampliação da quantidade de serviços cofinanciados — ou seja, se eu gastava só no PAIF e agora é no PAIF e no serviço de convivência, ou PAIF, serviço de convivência e PAEFI, enfim, na ampliação de qual... de quantos serviços estão sendo ofertados com o Piso —, pagamento das equipes de referência e aquisição de material permanente. Pode passar, por favor. em quantas categorias daquelas anteriores o município utiliza. Então, no slide anterior nós falamos sobre seis categorias: benefício, aquisição de material, equipe de referência, e por aí vai. A ideia aqui é entender se o município, ele utilizava o Piso exclusivamente para uma ou para mais, até para a gente entender, porque, por exemplo, um município que é de pequeno porte um, ele... por exemplo, se ele recebe o mínimo, que é 5 mil, ele está utilizando para várias categorias? Será que isso é possível, né, 5 mil para várias coisas? Então, a ideia é tentar entender um pouco isso, tá? Então a gente vê no pequeno porte um... A categoria azul é exclusivamente para uma categoria, ou seja, utiliza o Piso só para uma coisa. Então, naturalmente, era esperado o resultado que municípios de pequeno porte gastassem mais só com benefício, por exemplo, que é o que a gente está vendo lá em cima, no... A primeira linha, né, do gráfico da esquerda diz sobre isso. Mas a gente achou interessante também que municípios estão utilizando com duas, três ou quatro e cinco também, que é o vermelho e o amarelo. Então, a gente vê o pequeno porte um utilizando com mais de uma oferta. E aí, novamente, abre cenários de mais pesquisas. Como assim, né, como ele está conseguindo custear tanta coisa? Então, assim, são desdobramentos dessa pesquisa que a gente precisa se debruçar para entender. Mas a gente achou um resultado interessante: saber que o município de pequeno porte um, vários, né, muitos municípios, quase 40% dos municípios de pequeno porte um, estão utilizando o Piso para mais de uma categoria, mais de uma oferta, e isso é importante. E aí, lembrando também que nem todos os municípios de pequeno porte, que o pequeno porte um vai até 20 mil, então não necessariamente é 5 mil; a gente tem municípios de pequeno porte, um que recebem dez, 12 mil. Eu não sei qual, é o que recebe mais, mas tem mais valores. Então, assim, é a gente entender. Talvez os que estão de azul são os que recebem 5 mil e os que estão de vermelho e amarelo são os que recebem mais de 5 mil. Enfim, como eu disse, essa pesquisa não dá para esgotar tudo. A ideia aqui é tentar entender comportamentos, ter informações para a gente poder fazer análises. Mas então esse gráfico diz sobre isso, municípios que estão utilizando em mais de uma oferta ou

menos de uma oferta. Chama a atenção o médio, grande e metrópole, essa quantidade que utiliza só em um, então é importante... seria importante a gente entender em qual um que é esse que eles estão utilizando o Piso inteiro, né, que é um... Por exemplo, Belo Horizonte, que é uma metrópole, falou que está utilizando só em uma categoria. Qual categoria é? Será que é para custear um serviço exclusivo, sei lá, um Centro Dia, um Centro Pop, um CREAS? Então, assim, é interessante para a gente entender essa dinâmica, né, até para a gente pensar em outros cofinanciamentos, outras ofertas, se for o caso ou não, né, enfim. É importante entender esse comportamento. Pode passar, por favor. E aí nós também tivemos campos abertos justamente para os municípios poderem registrar comentários, falas, e isso é muito importante para a gente, ter esse dado qualitativo, não apenas números, né? Números são muito importantes, mas também ter opinião. Como eu disse, é uma pesquisa também de tentar buscar evidências não só numéricas, mas também evidências qualitativas, análise de reação da opinião desses gestores. Ali os... Aí o tamanho da palavra diz... A gente fez lá um... tem um aplicativo que faz isso, né, de pegar palavras. As que têm maior frequência, maior incidência, ficam maiores. Então, obviamente, benefícios eventuais apareceram pela maior incidência por, como eu já disse, municípios de pequeno porte um, mas é interessante que algumas outras palavras também ficaram maiores, né? Ofertas, serviços, atendimentos, quantidade, aumento. Então, assim, demonstra que temos uma mudança de panorama, mesmo que tímida e que não na... talvez no que a gente gostaria, mas vemos uma mudança importante. Pode passar, por favor. Aqui nós compilamos, de maneira geral, quais foram os impactos que a gente conseguiu ver a partir da percepção desses gestores. Então, como eu disse, é uma avaliação de percepção também, além de avaliação de produtos, de números, né? Então, de maneira geral, nas percepções que nós vimos, possibilitou a ampliação de benefício eventual, fortaleceu os serviços ofertados, melhorou o planejamento das atividades dos serviços socioassistenciais ofertados à população, possibilitou atender famílias afetadas por calamidade pública e estado de emergência por questões climáticas, possibilitou implantar serviços com o serviço de acolhimento... como o serviço de acolhimento em república, proporcionou mais segurança para o cofinanciamento das ações pactuadas, permitindo melhor planejamento do gasto, possibilitou pagar profissional de referência da proteção especial, trouxe mais segurança para a gestão, tendo em vista que alguns recursos federais têm diminuído o valor da parcela, gerando insegurança no planejamento. Então, aqui foi uma síntese que a gente fez, tá? E aí, nos slides posteriores tem um registro estrito senso do que o município registrou, então exatamente como o município mandou. Pode passar, por favor. Não vou ler todos, mas, como eu disse, nós vamos disponibilizar. Pode passar, Poli. Pode passar. Nós vamos passar alguns. Aí nós pegamos de pequeno porte. Então, todos os registros, como eu disse, têm um campo aberto. Pode passar. Essa é diferente daquela que você tinha... **João Paulo, Sedese:** Pode passar. A mesma apresentação da CIB. Aí... esse aí, e aí então um compilado de todas as apresentações, tá? Então é só clicar lá que vocês vão entrar na planilha que tem todos os registros. Então, a gente está publicando todas essas avaliações, que são extremamente importantes, esse relato dos municípios. Pode passar. E aí nós vamos para a parte agora que a gente vai detalhar um pouco melhor cada oferta, cada previsão. Então nós vamos... Se o município, ele falou que está

utilizando, se ele marcou... se ele afirmou que ele está utilizando como benefício, a gente quis entender um pouco mais que benefício é esse, assim como na proteção básica e especial. Pode passar, por favor, Poli. Bom, com relação a benefícios. Então, novamente, fizemos o recorte por porte, então pequeno porte um é majoritário, né, o total de benefícios ofertados. Dos que marcaram a oferta dos benefícios, a gente vê aqui do lado esquerdo — eu não estou conseguindo ver —, 84% dos municípios falou que gastam com Piso. Então a gente vê que é uma maioria bem representativa, né? Então, são 528 municípios dos que responderam, então esse número é ainda maior, né, provavelmente, então a gente ainda vê majoritariamente. E a gente vê pelos portes, né? E aí, esse... e, por exemplo, quando eu falei de BH, né, da metrópole, esse dado aqui, ele complementa. Aqui está falando que eles gastaram com a proteção básica. Então, se eles estão utilizando só com uma categoria, a gente aqui sabe que não é com benefício, por exemplo, a gente sabe que não é com a especial, porque o vermelho, se eu não me engano, é proteção básica. Ruim de ler. Mas é isso. Eu lembro das apresentações. E aí tem por porte também. A gente vê a maioria... E aqui lembrando que o município, ele podia marcar mais de um, então talvez vai passar de 100% por isso, o município que utilizou o recurso com mais de uma oferta. Pode passar. Aqui quais os benefícios, e aí também, pela nossa experiência lá na SEDESE, pelo contato com os municípios e pela realidade que a gente escuta, os relatos, a gente sabe que a grande maioria dos benefícios são em situação de vulnerabilidade temporária, e aí cabe ressaltar, infelizmente, pelo que a gente escuta, cesta básica, entendam como cesta básica, não que a gente é contra cesta básica, mas sim como a forma como é feito, né, que está em desacordo com a lógica do benefício eventual. Não é um... é muito mais um assistencialismo do que um benefício eventual, e eu acho que nós, enquanto CEAS, nós temos que nos dedicar bem com relação a essa questão do benefício, porque a gente sabe que é uma realidade nos municípios, e bem perversa, diga-se de passagem, porque a gente está distorcendo a lógica do SUAS. O SUAS, ele é pautado, como eu disse, em serviço, não em benefício, ainda mais o benefício não sendo um benefício eventual, né; sendo um benefício permanente, como a gente percebe, né, vitalício, tem família que recebe há cinco anos. Então, o que essa resposta aqui representa é isso, 92% dos benefícios e dos... dos municípios, desculpa, alegaram... afirmaram que utilizam com situações de vulnerabilidade temporária. Os outros, que são os tipificados, né, que são auxílio-natalidade, auxílio-funeral e situação de calamidade ou emergência, uma quantidade menor. E do tipo de benefício, também a grande maioria, tanto absoluta quanto relativa, também esses de situação de vulnerabilidade. Vocês podem interromper perguntando, comentando, viu, gente? Lais. **Lais, CMAS de Ipatinga:** É isso que eu queria saber. Lais, CMAS Ipatinga. Ô, João, eu queria saber se a SEDESE já pensa alguma estratégia para trabalhar com os municípios pensando nessa questão do benefício eventual, entendendo que hoje existe uma grande segurança alimentar e existe o CONSEAS, que Assistência deveria trabalhar junto com o CONSEAS para atender as famílias com algum benefício dentro da Política de Segurança Alimentar, e não com benefício eventual. A SEDESE já pensa em alguma estratégia para orientar os municípios, para capacitar os municípios? **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Eu vou responder porque isso está na pauta da proteção básica. Esse ano, no nosso plano de

qualificações, a gente tem tanto a produção de materiais de orientações sobre benefícios eventuais quanto também temos, se eu não me engano, uma capacitação presencial sobre oferta de benefícios eventuais justamente para falar sobre isso, sobre o que é benefício eventual, o que não é, quais são as previsões, e para conscientizar os municípios sobre isso. Muitas vezes o município fala: “Ah, eu estou... Tem famílias aqui que estão há quatro, cinco anos recebendo benefício eventual”. Se isso está acontecendo é porque a rede socioassistencial não está funcionando. Benefício eventual tem que ser... ele tem que ser ofertado em conjunto com os serviços para que a família consiga superar essa situação de vulnerabilidade temporária. Então, estão previstas essas várias ações e também uma discussão sobre atualização de legislações sobre benefícios eventuais, também está prevista para esse ano. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Aí só complementando, eu estive em Poços semana passada, em um encontro com gestores, e em Teófilo Otoni em fevereiro. Em todas as capacitações a gente fala. Quando a gente está tratando de novos gestores, que a gente fala de uma questão geral, a gente bate muito na tecla da questão da legislação, da normativa, porque o benefício eventual, ele tem que ser normatizado por lei no município. A maioria dos municípios não tem lei, tem uma lei desatualizada, eles estão ofertando sem estar de acordo com a lei. Então, assim, a gente sempre está nesses encontros, é pauta recorrente, eu falo por mim, quando estou falando de gestão, que é a minha parte nesses encontros, a gente fala sobre isso. E como eu disse, a gente escuta relatos, a gente vê na cara dos municípios quando a gente está falando sobre isso, que está todo mundo fazendo, infelizmente... o eventual não é eventual, o que era para ser três, seis meses com avaliação, com acompanhamento complementar, igual o Elder disse, complementar ao serviço, não é... Então, assim, a gente percebe que a interferência externa, né... não é a avaliação técnica que direciona esse benefício. Então, a gente percebe tudo isso. A gente tem atuado nesse processo de qualificação, tá? **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS de Teófilo Otoni. Inclusive, é uma questão... No meu município tem uma dificuldade muito grande em relação até à questão da cesta, porque quando chega, por exemplo, o Judiciário, a Vara da Infância e Juventude, por exemplo, a juíza, ela tem a tendência de constantemente, em boa parte dos casos que a gente acompanha de crianças institucionalizadas, a exigência que a assistência conceda a cesta básica mensal por tempo indeterminado para as famílias. E, assim, eu não sei se todo mundo aqui tem essa dificuldade nos seus municípios, mas eu acredito que deve ser uma demanda de vários outros municípios. Inclusive, até no final do ano, quando eu participei da descentralizada no CNAS em Florianópolis houve essa fala lá também. Então, deu para perceber que é uma demanda a nível nacional. Como é que seria nessa questão? Porque, assim, já houve diálogos da gestão passada na época dessa... com a juíza, com a promotoria, na gestão nova também já descobriu-se muitas famílias que... Igual você falou, tem famílias que têm recebido benefícios que seriam... o nome já diz, é eventual. Descobrimos famílias recebendo aluguel social há mais de dez anos, tipo... Entende? Então, assim, é algo que eu acho que é grave, que precisa ser discutido. Como é que seria, estendendo a pergunta da Lais, nesse sentido? Porque, assim, a gestão, por mais que ela tenha a leitura das normativas, não sei se... não vou dizer que boa parte, vamos dizer, que segue, mas chega o Judiciário e impõe... Só que, assim, a gente sabe que se a legislação diz “me protege”,

mesmo assim tem gestores que querem ceder, mesmo tendo a questão da lei, da resolução, eles querem ceder a... “Ah, porque o juiz disse”, né? Como é que seria? Vocês estão pensando em algo também voltado para essa questão, para também amparar os gestores que têm esse receio de processos, né? Porque pode ocorrer... É uma pergunta.

**Lais, CMAS de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Eu também queria saber sobre o SISAN com o CEAS, se vocês têm alguma parceria, como é que está acontecendo essa conversa. Porque, assim, a política... Então, é um problema, só que rebate diretamente na assistência, assim, muito. E tem hoje até uma conversa a nível nacional sobre isso, a interface. Então, assim, não adianta a gente também capacitar os municípios sobre o benefício eventual, sendo que tem um problema e a gente precisa também trabalhar isso. Como é que a gente faria isso? E se a SEDESE anda tendo esse tipo de conversa, e como é que está esse processo dessa conversa com o SISAN.

**Juliana, Cogemas:** Então, Juliana, COGEMAS. Eu queria era dividir aqui algumas experiências que a gente teve, porque a questão do benefício eventual... ele é uma luta da assistência há muitos anos, né, para a gente descaracterizar tudo isso que foi posto até então, principalmente depois da pandemia, né? Lá em Divinópolis, por exemplo, a gente recebeu lá uma carreta com 2 mil cestas básicas e, tipo, “distribuem”, né? E aí a gente vem nesse processo histórico que a gente precisa desconstruir essa prática. Mas lá a gente teve, com muito êxito, com o apoio da nossa Diretoria Regional, da SEDESE lá, que brilha por sinal, a nossa regional lá é muito boa, a gente é muito parceiro, e logo quando a SEDESE soltou a nova regulamentação do benefício eventual, o nosso município acompanhou, então a gente fez a nossa legislação lá também, então, já trazendo os benefícios em pecúnia, desconstruindo a prática da cesta básica e tudo mais, mas o ponto crucial foi trabalhar com os técnicos a responsabilização deles nessas concessões, entendendo o que é vulnerabilidade temporária, o que é pontual, o que foi ali temporário, o que foi o advento que gerou a vulnerabilidade ali temporária. E aí, eu ousei muito a dizer, e usei de uma fala dessa quando ela fala da questão do juiz ali, eu usei dessa fala em uma resposta inclusive que eu fiz para o juiz. O juiz vai lá e determina que o médico tem que prescrever aquele remédio? Mas prescreve... mas determina que a assistência prescreva um benefício eventual e que conceda, né, o tanto que é desrespeitoso com a gente. Então, quando traz o apoio ao gestor e tudo mais, eu discordo totalmente disso, porque eu acho que o gestor, ele tem que peitar, ele tem que enfrentar o Judiciário. Lá, a Procuradoria, quando eu chegava, falava: “Você não vai demorar ir presa”. E é assim. Se a gente não defender o sistema, quem vai defender, né, dizer que isso é nosso? Estou aqui com requerimento de uma vereadora: “Ah, por que não foi concedido o benefício tal?”. Porque quem avalia é o técnico, é o técnico do SUAS. Exatamente. E aí eu falava muito com os técnicos: Uma concessão de benefício de auxílio-alimentação, ele é o mesmo de um empenho que a gente liberou lá para fazer um calçamento de 5 milhões. A responsabilização é a mesma. Eu falo muito com eles: Vocês estão ordenando uma despesa, né? Então, assim, essa questão do Judiciário eu acho que a gente precisa posicionar. Lá a gente tem muita segurança para responder e não cumprir. Eu cumpro a ordem judicial do que é pertinente ao SUAS. Inclusive, eu cito aonde ele está violando o direito do usuário ali, se for o caso, porque se ele está determinando conceder cesta básica, se for o caso, às vezes ele está até violando o direito daquela família. A gente

precisa apontar isso, inclusive, com argumento técnico. Segundo, com relação à intersectorialidade de SAN, com a Política de SAN... A Política de SAN, inclusive, está conosco lá na... está sob a minha gestão lá na secretaria, e foi um desafio grande, porque quando a gente fez a pesquisa de concessão de benefício eventual, lá a gente chamou até de Mapa da Fome. A gente fez muito parecido com o que a SEDESE lançou agora para entender, e a gente queria entender os motivos que se dava isso. E para a nossa surpresa, aquelas famílias que mais requeriam benefício eram quem estavam mais próximas ao CRAS. O acesso ao equipamento dizia dessa demanda, e não a vulnerabilidade. Não eram os bolsões de pobreza, não era... Entende? Era quem estava mais fácil ali no CRAS. Então a gente trouxe esse Mapa da Fome, aqueles locais que a gente tinha mais demandas com relação à vulnerabilidade, a gente... hoje a gente tem uma nutricionista dentro lá do serviço que faz a educação alimentar nos territórios, e aí ela trouxe os diagnósticos de acordo com as EANS para a gente identificar onde tinha mais pontos de desproteção e de insegurança alimentar, a gente fez as hortas institucionais dentro dos espaços, onde as famílias cuidam, e fizemos algo que foi preponderante também, que foi os alimentos do Banco de Alimentos lá. Então, as entidades socioassistenciais recebem no território e fazem a distribuição para as famílias nos territórios. E com isso, assim, a gente conseguiu mitigar muita coisa. A nossa demanda de benefício eventual caiu drasticamente, né, assim, e foi uma série de coisas que foram casadas, folha de pagamento do Bolsa Família, nossa, que cresceu exorbitantemente, então mais famílias tiveram acesso a renda. Mas eu estive em um município essa semana em uma pré-conferência palestrando, e foi o maior anseio. A mesma coisa: benefício eventual, né, assim. E aí eu ousa dizer que quanto mais benefício a gente concede... Eu acho que é o retrato, inclusive, da ineficiência da política pública, né? Então eu trago isso muito para a reflexão dos técnicos. E eu acho que esse movimento, assim, ele é nosso enquanto execução. Isso acho que nem cabe tanto ao CEAS, né, porque eu falo: O que o CEAS vai fazer? Isso é muito nosso, da ponta, assim, é da luta pelo SUAS. É isso. **Elder, Sedese:** Próximo. **Érica, Sedese:** A próxima sou eu. **Elder, Sedese:** Érica. **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Queria trazer aqui uma reflexão que é importante sobre o benefício eventual, que tem uma questão que vai para além dos secretários. Eu tenho visto que muitos secretários querem buscar essa mudança que tradicionalmente vem junto aí da assistência social, infelizmente, mas eles esbarram em leis que têm benefícios eventuais, que estão em leis, descritos o que é cada coisa que vai ser concedida, e aí vai para a Câmara Municipal, aí esbarra com vereadores que têm visão equivocada. Então, assim, só para trazer aqui que o problema é muito maior, né? Porque se ficasse talvez ali no âmbito só da assistência junto com os secretários, a gente conseguiria ter melhores resultados. Porém, isso extrapola. Vai para a Câmara de Vereadores, vai para o próprio prefeito, que não compreende essa relação do benefício eventual, e pela ausência de outras políticas complementares, como principalmente a da segurança alimentar, que nem todos conseguem fazer essa articulação, como Divinópolis faz, com a segurança alimentar, e aí precariza o benefício eventual, que é uma coisa que a gente está tentando caminhar, mas a gente esbarra nesses quesitos que eu apresentei aqui. **Elder, Sedese:** Agora é a Jennifer. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Então... Acho que esse microfone está baixo? Não está, não? **Elder, Sedese:** Está baixo mesmo. Pode ir que eles ajustam.

**Jennifer, Psind:** Então, pessoal, eu acho que é muito importante considerar o que a Macielle traz e os questionamentos, e aí eu acho que cabe, né, a minha fala enquanto sindicalista mesmo, e aí na defesa das trabalhadoras e trabalhadores, e fazer essa reflexão também, né, porque... como a Érica trouxe algumas questões aí, uma dificuldade, mas nós temos que lembrar... primeiro, 70%, se eu não me engano, que nós fizemos no NEEP de trabalhadores no estado de Minas Gerais são contratados, né, não são servidores públicos, e isso tem uma grande questão aí, né? Então, quando a gente está falando, por exemplo, que chega um prefeito lá na Macielle e fala: “Você tem que fornecer uma cesta básica para fulano de tal”, sem estar em acompanhamento, passando por cima da autoridade dela enquanto técnica de referência, enquanto equipe de referência, ela, que é uma pessoa contratada, provavelmente, ela não vai ter a força aí de falar “não”. E se ela tiver a força de falar “não” e defender a política, ela vai ser colocada na rua. E se ela tiver quatro filhos, como grande parte das nossas trabalhadoras têm, né, ela vai ficar sem emprego, em situação de vulnerabilidade. Na verdade, nossas trabalhadoras já estão, né? Se a gente pega o próprio exemplo de Teófilo Otoni, nossas servidoras públicas lá ganham... recebem um salário mínimo. Então, isso é um cenário bem caótico. Agora, quando vem do Judiciário, sim, o Judiciário está fazendo um assédio, né? Nós sabemos que as prefeituras e os procuradores das prefeituras não... não é sempre que defendem esse trabalhador e essa trabalhadora de estar fazendo realmente uma barreira ali, né, de fazer uma defesa desse trabalhador, porém, nós temos que considerar, sim, que não é nossa obrigação, enquanto técnicos, enquanto equipe de referência, cumprir ordens do Judiciário, né, porque quem concede... quem faz concessão, a avaliação, a concessão é a equipe técnica de referência. Eu acho que... aí, Macielle, eu acho que esse caso também é caso de ser denunciado aos sindicatos, tá, é caso de que a gente tenha ciência disso. Existe uma construção, acho que é muito importante citar... Nós estamos desde janeiro com um grupo interinstitucional. Nós temos OAB, Conselho Regional de Psicologia, do Serviço Social, o Sindicato dos Psicólogos, o COGEMAS agora entrou, recentemente, nesse grupo, temos... e nós estamos trabalhando com essas demandas, porque as nossas trabalhadoras em vários municípios estão sendo mais do que oficializadas para cumprir esses mandatos aí do Judiciário quando elas se negam, né, em qualquer situação. Alguns juízes estão criminalizando essas trabalhadoras. Então, é algo que a gente precisa, sim, avançar com o Judiciário. Uma das coisas que ficou muito evidente, né... a Mayra e a Patricia estão lá no CEIMPA com a gente. Uma das coisas que me ficou muito evidente lá no CEIMPA foi o desconhecimento de todos os órgãos, na verdade, mas do Judiciário. Eu acho que nós fizemos uma boa discussão lá, né, agora vai passar, dia 30, na plenária com contribuições do CEAS, e uma das coisas que fica de forma alarmante é o desconhecimento de como funciona a Política de Assistência Social. Então, eu acho que temos o que fazer em matéria de construção política no sentido de capacitação, de chamá-los, sabe, eu acho que isso cabe a nós, sim, mas é um problema que vai muito além. Então, uma das coisas que nós estamos procurando é uma... estreitar os nossos laços com o Judiciário e levar para o desembargador... Nós estamos tentando uma reunião desde janeiro com o desembargador, mas já conseguimos algumas ações. Por exemplo, o juiz que estava já em vias de punir três trabalhadoras nossas em um município recuou. Então, tivemos alguns avanços. O CEAS também está presente, eu

não sei se eu citei, o Marcelo, está nesse grupo, e a gente está trabalhando junto com essas demandas, e eu acho que é isso, a gente começar a colocar ao Judiciário qual é a nossa função e qual não é, né, porque quando a gente vai lá e fala, por exemplo, no nosso orçamento... Então, as primeiras coisas que eles falaram no CEIMPA: “Ah, assistência social vai ficar com isso”, aí eu levantei o meu dedinho e falei: Olha, se não falar de orçamento, se não tiver orçamento previsto para isso, não vai fazer, não vai ter, né? Porque a... eles desconhecem completamente tanto as nossas funções quanto a matéria também de que não temos dinheiro para exercer as nossas funções. Então, é muito complicado isso. Mas quero colocar... reforçar a importância de os sindicatos serem notificados sempre que acontecerem essas questões, porque isso é assédio, né, independente de onde venha. A gente vai lutar um pouco diferente com o gestor, né, a gente vai ter uma um embate aí com o gestor municipal diferente do que a gente vai ter com o Judiciário, mas a gente precisa estar ciente para a gente fazer alguma coisa. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Até respondendo alguns dos pontos, primeiro que a Lais trouxe um ponto relevante. Hoje, na SEDESE, a gente tem a área de segurança alimentar e a gente tem conversado muito com essa área por causa do projeto de distribuição de leite. Então, acho que é uma oportunidade para a gente conseguir construir documentos e orientações conjuntas com a área de segurança alimentar sobre a concessão de benefícios eventuais, porque muitos municípios não têm área, mas como o estado já tem uma área estruturada, a gente consegue levar essas orientações para eles com o apoio da segurança alimentar. Então, até uma ação que a gente vai incluir nos nossos planejamentos. Macielle também trouxe um ponto, aí duas ações que a gente está fazendo: no dia 30 de junho a gente vai fazer uma ação com o Ministério Público, nós da SEDESE, que vai ser uma grande capacitação sobre assistência social e que inclui benefícios eventuais, justamente com o intuito de que promotores e demais membros do Poder Judiciário, eles entendam quais são os limites de atuação da Política de Assistência Social e o que pode ser feito, o que não pode ser feito para evitar esse tipo de problemas. E também passa pela constituição daquela... da famosa mesa de diálogo com o sistema de justiça, para que a gente possa levar essas informações para o Judiciário e evitar situações típicas, a Jennifer tem falado aqui, de os profissionais às vezes serem responsabilizados por fazerem ações que eles não podem e nem devem fazer. Próximo. Sandra, depois você Macielle. **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Posso? Posso? Macielle, CMAS Teófilo Otoni. Só para... Eu quero citar um exemplo aqui para vocês entenderem o tamanho da gravidade, para finalizar a minha fala, que eu acho que é pano para manga se for trazer exemplos. Um colega extremamente ético, é um dos melhores colegas com quem eu já trabalhei, passou por algo... por um assédio, assim, que eu não sei o que eu faria. Eu acho que naquele momento, se fosse comigo, eu teria saído presa. Mas ele é muito ético e da paz, ele conseguiu ficar na dele. A juíza, na audiência concentrada, com toda a rede socioassistencial, determinou que ele iria ajudar a usuária a procurar uma casa. Ele teria que procurar a casa para a usuária fazer... Como é que fala? Ter o benefício do aluguel social. Quando ele foi gentilmente, porque eu tenho certeza que foi gentilmente, explicar para ela que esse não era o papel de um técnico do serviço do SUAS, ela simplesmente disse para ele que ele estava desacatando a autoridade dela. E ele simplesmente... ali ele ficou quieto porque ele realmente ficou com medo de... né,

sofrer o desacato e ser preso, e ele ficou na dele. Ele não pôde nem se posicionar. Ele não teve direito de se posicionar. Então, o nível que eu falo dessa questão que Jennifer trouxe, a falta de conhecimento, e às vezes a gestão acaba tendo que acatar, por mais que tenha as resoluções... É mais essa questão do medo de se posicionar. Eu ainda sou das técnicas que acabo me posicionando e trazendo nos relatórios essas respostas (ininteligível) mesmo: Segundo a lei tal, né, a resolução tal... mas eu acredito que a gente tem que falar mais sobre essa questão, porque isso é uma das situações ocorridas, que eu acho que, assim, eu tinha que trazer aqui para vocês o nível... Se uma cidade igual a nossa, que é porte grande, passa por isso, imagina cidades menores. Você entende? Então, assim, eu acho que o trabalho aí precisa ser constante. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Só antes de retomar, registrar minha alegria, enquanto Vigilância, né? Muitas vezes o pessoal espera da Vigilância respostas, soluções e tudo, e muitas vezes o papel da Vigilância é trazer reflexões, né? Então, quando a gente faz essa pesquisa, é para trazer pontos mesmo para a gente discutir, para a gente polemizar. Eu acho que o CEAS é o espaço para isso, a gente tem dito muito nas últimas plenárias sobre o nosso papel enquanto CEAS, enquanto avaliação da política, enquanto contribuição de melhoria e aprimoramento da política, né? Então, enquanto Vigilância, eu fico muito feliz de... que os números... uma pesquisa dessa vai gerar — tomara que gere, né? — desdobramentos. E aí também fica a minha... antes de eu retomar, né? É engraçado como é que tem alguns... a gente estava comentando aqui, como tem temas polêmicos. Não tem jeito, não passa. Colocou na mesa... Quem já me viu apresentar aí, alguns colegas já me viram em apresentação com municípios, né, benefício, a hora que você cita “benefício”, pronto, a pauta... Porque é isso, né, a gente vê que é um problema seríssimo que nós temos dentro do SUAS. E aí, como sugestão, né, no final a gente... não sei se vão ter encaminhamentos, mas eu espero que tenha, porque a ideia de apresentar a pesquisa não é simplesmente uma apresentação de trabalho de faculdade, chegar aqui, mostrar um monte de números e todo mundo continuar nas pautas. Eu acho que esse CEAS, quando traz pautas, a gente tem que se aprofundar, escolher e fazer encaminhamentos. E a minha sugestão é ter um encaminhamento, talvez, para a Comissão de Políticas e de Normas, a de Normas porque — aí resgatando — a Comissão de Normas já trouxe uma resolução de orientação que este CEAS fez, se eu não me engano, em 2018 junto com a DGSUAS. A Rose, a brilhante Rose, quem conhece ela, sabe, né, que a DGSUAS, a Diretoria de Gestão e Regulação do SUAS lá da SEDESE tem uma resolução orientativa para municípios sobre concessão de benefícios, nós trouxemos ela, revisamos e apresentamos e revalidamos ela, se eu não me engano, no final do ano passado, e eu acho que a Comissão de Normas poderia pensar em um modelo para mandar para municípios de lei, do que tem na lei. Acho que a Comissão de Políticas poderia pensar, assim, em uma nota técnica, alguma... um caderno de orientações, alguma coisa do tipo, para conselhos fiscalizarem os seus gestores, as suas gestões, e também para gestores, para orientar como conceder, o que é benefício. Eu acho que esse... o CEAS, o conselho, ele tem esse papel normatizador, regulamentador. Então a gente não pode fugir dessa nossa obrigação e dessa nossa competência. Então, acho que poderiam ser bons desdobramentos se a gente pensar nessa pauta, benefícios, né, pensar em materiais, aí Comissão de Políticas talvez, né? Ó eu dando trabalho para

os outros. Sim, mas-- **João Paulo, Sedese:** Mas eu acho que é importante. Voltando para a pesquisa após essa polêmica, né, então aqui falamos sobre benefício. [Pode passar, por favor.] Aqui é a mesma informação anterior, só que em gráficos, né, então para a gente entender esse percentual de quantos municípios, enfim, quais benefícios estão ofertando. [Pode passar, por favor.] Com relação à proteção social básica, então municípios que responderam que utilizam o Piso ou passaram a utilizar o Piso depois dos reajustes com o serviço da proteção social básica. [Pode passar, por favor.] Então aqui nós estamos mostrando essa distribuição. Então, metade do serviço... metade dos municípios praticamente — praticamente não, acho que é 50 mesmo, né? — marcaram que utilizaram com a proteção básica, que é o gráfico da direita, a parte azul são os que utilizaram. Dos 626, quantos utilizaram com a proteção básica. Então, nós vemos um número bem interessante, metade dos municípios utilizaram na oferta do serviço da proteção básica. A gente sabe também que é o que tem a grande capilaridade. Se a gente olha para os municípios de Minas Gerais, os 853 municípios têm CRAS, e a gente sabe que o CRAS... a proteção básica é o serviço que deveria ser o mais forte mesmo, para não deixar chegar na especial, né, e acaba que a maioria dos casos, das famílias chegam é no CRAS mesmo. E aí, do lado esquerdo, essa distribuição por porte. Então, a gente vê, é um número que chamou a atenção, talvez não era tão esperado, que no pequeno porte um tivesse tantos municípios que utilizam para a proteção básica. Então, é um bom indicador para a gente. Nos demais, a gente já espera mesmo que seja utilizado, mas no pequeno porte um, quase metade do pequeno porte um, dos pequenos...municípios de pequeno porte um que responderam à pesquisa utilizam com a proteção social básica. Então, um número que chamou a atenção positivamente. [Pode passar, por favor.] Aqui é com relação a quais serviços, então se é com PAIF, com o serviço de convivência ou com o serviço de proteção básica no domicílio, que são os três serviços tipificados. Aí o total de famílias em acompanhamento, acompanhadas ou em acompanhamento, né, nesses serviços. [Pode passar, por favor.] E aqui também aquela lógica de quais categorias, quais provisões foram utilizadas com recurso dentro do serviço da proteção social básica. A grande maioria, material de consumo, aí muito puxado pelo serviço de convivência, provavelmente, né, que é quem consome, mas também pelo PAIF, as oficinas do PAIF, e por aí vai. Um número bastante expressivo e o que a gente achou muito positivo, a segunda categoria ser recursos humanos. Então, é isso que a gente defende, que a gente orienta, que a gente luta, né, para que... que é o que a gente está falando aqui, da... novamente, ampliação, qualificação da força de trabalho, né, dos recursos humanos, das equipes de referência. E as demais despesas, demais categorias utilizadas.[Pode passar, por favor. Com relação aos serviços da proteção social especial... Pode passar. Aí a lógica foi a mesma da básica, pensando... perguntando quem utilizou e quem não utilizou, esperado que no pequeno porte um pouquíssimos, porque pouquíssimos têm oferta de serviço de proteção especial, né, não são muitos os municípios de Minas Gerais que têm a oferta de proteção especial direta, e aí o percentual baixo. E aí, no gráfico da direita, o percentual baixo de municípios que marcaram que utilizaram o Piso com serviços, e aí o da esquerda ajuda a explicar um pouco, né, que são municípios que não têm. Então, pequeno porte um, que é a maioria, não tem, então puxa essa estatística lá para baixo, mas os outros municípios, por

exemplo, pequeno porte dois também, que tem oferta, não utiliza tanto. Então, é um ponto a aprofundar também, a refletir sobre. Pode passar, por favor. Aqui... Pode, claro. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. É porque eu estou curiosa com essa informação. Se não sabe informar, quem está sendo responsável em responder essa pesquisa no município? **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. A gente sempre pede a identificação. Todo formulário que a gente manda, a gente pergunta quem respondeu, tal, o cargo, o CPF, enfim, e o contato, para a gente atualizar a nossa base de dados também de contatos. Não sabe informar é, na nossa avaliação, e é um ponto que a gente precisa pegar lá e fazer uma pesquisa, né, aprofundar, mas na nossa avaliação são novos gestores mesmo, porque a gente sabe que na realidade de pequeno porte um, o gestor chegou, não tem nenhum registro de nada, não sabe o que está sendo feito... Então a gente acredita que seja isso. E, estatisticamente, é importante colocar um “outros” e um “não sabe informar”, para a gente não limitar, porque senão a gente causa uma distorção maior no que é identificado. Então a gente... na estatística, a gente fala de variáveis identificadas e não identificadas. Por quê? Se eu falo A ou B, talvez o município tenha um C, que a gente não sabe o que é, e isso é importante para a gente. E, às vezes, inclusive é coisa que não está prevista e que eles estão fazendo errado ou que não deveria... está em desacordo com a normativa, só que a gente precisa ter um campo para captar essa informação e, a partir daí, atuar. Então, quando a gente coloca “não sabe informar” ou “outros”, isso é informação também muito rica para a gente, é ouro para a gente, porque aí a gente vai para o “outros”, a gente avalia. A gente pega o “outros” e avalia, a gente vai lendo(F) um por um. E aí, por exemplo, tem outros que ele escreve... tinha opção em cima, a gente falou: “Ô, meu Deus, podia ter marcado lá em cima”, né? Então, até para a gente tentar calibrar e ter um nível de erro menor na pesquisa, a gente deixa essas opções não identificadas. Pelo que a gente viu do “não sabe informar”, que é um número pequeno, mas tem marcações, são novos gestores ou municípios sem gestor, ou nós... Por exemplo, uma situação importante que a gente identificou: tiveram... em uma outra pesquisa que a gente fez, uma pessoa do Ministério Público, se eu não me engano, uma promotora que respondeu, sendo que era para município. A gente falou: “Gente!”. E eram dois municípios da mesma promotora. Então, quando a gente faz uma pesquisa, a gente coleta dados, a gente quer ver isso, a gente tenta pôr a lupa em muita coisa, e a ideia de divulgar esses números é para que vocês façam também no âmbito de trabalho de vocês, aqui no CEAS, né, mas a gente... que foi uma pesquisa que posteriormente a gente deve apresentar aqui também, que é de medidas socioeducativas, que a gente está elaborando o plano, então a gente fez um diagnóstico, a gente está terminando esse diagnóstico, então a gente também fez uma pesquisa, e a gente olhou assim, falou: “Meu Deus, por que a gente endereça uma pesquisa para o município responder sobre a realidade do município e tem Ministério Público respondendo e se identificando como Ministério Público?”. Então, assim, a gente precisa se debruçar e falar: “Mas espera aí, será que é por que esse município...”. Aí o que a equipe da (ininteligível) falou com a gente é: “Deve ser um município que está... está aqui algum plano de adequação, plano de implementação do serviço, e aí a promotora que está orientando, e aí chegou a demanda, o gestor ou a gestora nem sabia o que era, mandou para o promotor, falou: ‘Pode deixar que eu respondo, porque eu vou saber responder’”. Então “não sabe

informar”, é importante para a gente essa informação. Não aprofundamos sobre, mas na nossa avaliação, em um primeiro momento, é isso: gestor ou gestora nova que chegou, não sabe o que é, ou mesmo no município a gestora ou gestor pediu para alguém da equipe responder, e essa pessoa simplesmente não sabe a informação. Na especial a gente viu muito “não sabe informar”. Por isso, não sabe onde está sendo ofertado, se está, se tem o serviço, entendeu? Mas muitas vezes esse “não sabe informar” também representa o não tem, só que às vezes não responde com medo, né? Então a gente deixa para a gente entender e depois fazer essa análise mais pormenorizada, tá? Aí os serviços da proteção especial tipificados, que têm... aí nós perguntamos também se... os atendimentos, então casos, famílias e indivíduos atendidos estão aí por serviço. [Pode passar, por favor.] Aqui também a questão das provisões, então quais categorias foram utilizadas no âmbito do serviço da proteção social especial, tá? Então, material de consumo está em primeiro também. A gente acredita, na nossa avaliação, que seja porque o recurso é pouco, então o que dá para fazer é material de consumo, aquisição de material de consumo. Não daria, por exemplo, para pagamento de equipe, isso principalmente antes, e talvez agora também ainda permaneça, porque a maioria... a parcela maior do Piso é utilizada com benefícios, né, então sobra pouco, digamos assim, para os serviços. Mas isso é apenas uma hipótese, né, uma avaliação nossa. Mas então, assim como na proteção básica, o segundo percentual que mais aparece é na categoria recursos humanos. Então a gente... É um resultado positivo. A gente achava que estaria bem mais abaixo, tá, e que inclusive tem ali parcerias com entidades. A gente sabe que a especial, ela tem um volume grande de serviços que são executados em parceria com entidades, né, então acolhimento... principalmente acolhimento, né, as várias categorias de acolhimento. A gente entende que a maioria... a maioria não, mas grande parte é executada em parceria com entidades. Mas a gente viu, por exemplo, que o Piso Mineiro pelo menos não está sendo utilizado para essas parcerias, que a gente vê que ele está lá... é o último dos seis... das seis categorias tipificadas. **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS Teófilo Otoni. É uma pergunta, uma dúvida. Pode parecer ignorante, mas é válida. **João Paulo, Sedese:** Não existem. **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Por exemplo, quando você traz a questão da mudança, a maioria investe no benefício eventual, mas ele decide começar a pagar... melhorar o salário da equipe, exemplo. Essa mudança de como vai gastar, ela precisa estar prevista no Plano Municipal de Assistência Social ou ela pode ser modificada junto com... obviamente no CNAS, né, na votação... no colegiado, mas eu queria saber se tem que estar previsto ou já pode fazer uma mudança fora do plano. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Aí eu não sei se Sofia está por aí. Ela pode me ajudar se eu falar alguma coisa errada, mas aí é uma questão de operacionalização do Piso. Aqui não... essas mudanças não são tratadas a nível de plano municipal. Por quê? Plano municipal trata de metas gerais do município. Não fala se é com cofinanciamento específico do Piso, se é cofinanciamento federal, e por aí vai. **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Do Piso Mineiro, ele pode fazer (ininteligível)? **João Paulo, Sedese:** Vou chegar lá. A questão é essa. Então, assim, quando a gente fala de plano municipal, a gente está falando de fonte de cofinanciamento para cada ação. Então, aqui nós estamos falando do Piso Mineiro, que é o cofinanciamento estadual. O Piso Mineiro... a operacionalização dele como é que se dá?

O município, ele preenche o plano de serviços, que está lá no SIGCON, então para todo ano o município, ele tem que preencher esse plano de serviço, o conselho tem que aprovar, e aí a SEDESE, validar, e aí o município recebe a parcela referente ao Piso Mineiro. Ok? Então, se o município, ele pactuou de utilizar só com benefício eventual, ele precisa alterar o plano para ele poder utilizar. Ele pode solicitar essa alteração, mas ele não pode simplesmente aprovar no conselho que vão mudar a utilização do Piso e não repactuar lá no plano de serviço. Por quê? Na hora que ele for prestar contas, ele vai prestar conta do que ele pactuou no plano de serviço. Então, o instrumental é o plano de serviço, então o instrumento de pactuação do município... E aí o município é que indica também. Lá no plano de serviço tem todas as opções — benefício, proteção básica PAIF, proteção básica serviço de convivência, enfim —, todos os serviços tipificados, e benefício eventual. É o município que decide e fala: “Olha, SEDESE, nós vamos utilizar o Piso para isso”, entendeu? E aí você pode, durante o exercício, alterar, só que aí tem que encaminhar para a SEDESE a solicitação de alteração. Aí eu não sei exatamente qual... como é que é feita essa alteração, mas tem que ser repactuado. A partir do momento que for repactuado, aí, sim, pode utilizar, não tem problema, não. Até porque a gente sabe que a realidade muda, né? Então, eu posso lá em janeiro, de acordo com o meu planejamento para o ano, falar que eu vou gastar só com benefício, só que aí eu tive uma questão de acolhimento, e aí eu quero redirecionar o Piso Mineiro... A gente sabe que acontece. Planejamento não é definitivo. Ele pode sofrer algumas alterações ao longo do processo. Mas é isso, o importante é repactuar, porque se você... Aí chega na hora da prestação de contas, você pactuou o benefício eventual, mas gastou com PAIF, não é que gastar com PAIF é errado, mas você precisa repactuar, porque senão na prestação de contas você fala: “E aí, você gastou quanto com benefício?”. “Ah, não, gastei com PAIF”, aí está em desacordo com o que você pactuou. Para prestação de contas é que é o problema, entendeu? É isso. [Pode passar, por favor, provisões então.] E aqui, por último, a gente tentou também captar essa informação de se ele está gastando em quais ofertas. Então, se é só com benefício, é com benefício e básica, com benefício, básico e especial, só com básica e especial, e aí o gráfico é esse. O azul-claro é só benefício, então é a maioria dos municípios, muito puxado, como eu já disse várias vezes aqui, pela realidade, né? São municípios de pequeno porte um, então a grande maioria dos municípios são de pequeno porte um então, e eles marcam que usam exclusivamente como benefício. Mas o vermelho, que também é expressivo, é benefício e proteção básica. E aí, novamente, também, é um comportamento esperado, porque é o que os municípios têm. Como eu disse, a maioria dos municípios é de pequeno porte um e a maioria não tem a proteção especial. Então, é esperado que eles não vão pactuar com a especial, né? Então, em termos de frequência, de incidência, de número absoluto, o percentual acompanha por causa dessa realidade, mas pensar que 30% dos municípios estão utilizando com a básica e benefício já é um quadro bastante positivo para a gente. Então, essa avaliação aqui tentou captar isso. [Pode passar, por favor, que aí trata sobre o tipo de benefício e o tipo de serviço.] Então a grande maioria, quando a gente olha esse gráfico da esquerda, benefício eventual majoritário, os próximos: PAIF e serviço de convivência, que são serviços da proteção básica. E o próximo, logo seguinte, é PAEFI. Então a gente percebe que, de fato, esses serviços que são a execução própria, né, que são próprios das

unidades assistenciais, que não são executados indiretamente, com parcerias, são os majoritários. Então, os municípios, eles têm privilegiado, digamos assim, utilizar o Piso Mineiro com esses serviços, e que, de fato, são os serviços mais básicos, são os principais serviços dentro da assistência. Não que os outros não sejam importantes, mas esses são talvez os alicerces da Política de Assistência Social. [Pode passar, por favor, que eu acho que acabou.] Aí é só por porte, então aquela mesma análise anterior por porte. Novamente, o azul-claro é benefício, pequeno porte um é a maioria, mas pequeno porte um a gente vê um vermelho, que é benefício eventual e proteção básica, um número bem expressivo, o qual nos deixa felizes, né? E aí a gente vê também que quanto aumenta o porte, aumenta o valor da parcela. Aumentando o valor da parcela, ele permite utilizar com mais. Então, por exemplo, o amarelo é o que gasta com tudo, então você tem um número grande de municípios de porte grande que utilizam com mais coisas. É porque o valor é maior, então permite essa utilização mais heterogênea. [Pode passar, por favor.] É isso. Então, foi um trabalho da Diretoria de Vigilância lá da SEDESE, a qual eu estou como diretor. Essa pesquisa a gente aplicou, esses são os dados, esses são... Aqui é o compilado, volto a dizer, o compilado dos números e o consolidado dos números. Então, vários desses comentários que eu fiz foram algumas análises que a gente fez, então o que a gente pensou, mas sempre trazendo um ponto da reflexão, provocando a proteção básica, a proteção especial, o FEAS, o conselho, a CIB, o COGEMAS, enfim, todos os atores da rede. A ideia é publicizar para provocar todo mundo a refletir e debruçar sobre, aprofundar lá. O Paulo até comentou, o Paulo do... presidente do COGEMAS, hoje, né, até comentou lá que precisamos fazer outras pesquisas, né? Eu falei: Várias outras, né, precisamos aprofundar e fazer outras pesquisas sobre outros, talvez sobre benefício, um específico sobre benefício, onde a gente vai detalhar um pouco mais. Mas é isso, a ideia é trazer, provocar mesmo. O papel da Vigilância é esse, trazer números para provocar a reflexão, o aprofundamento, a avaliação, que a avaliação vai permitir a gente a aprimorar e qualificar. Estou à disposição para o que precisarem, dúvidas. Obrigado. **Elder, Sedese:** Obrigado, João. Agora a gente tem Sandra, depois Jennifer, depois Flávio. **Sandra, Sintibref:** Gente, eu fiquei... pedi para ficar por último porque, assim, é um momento de validação desse momento aqui. Pelo menos para mim, na minha caminhada, é muito difícil a gente ter esse momento de uma gestão pensar na política, e às vezes até não é nem porque não quer; é porque muitas vezes... a gente está... reza na cartilha dos governos, mas eu quero dizer o seguinte: que quando a coisa... a gente tem que validar aquilo que está sendo feito de positivo. E quando trouxe, assim, pesquisa, eu falei: Para que isso? Eu perguntei ali para mim: Para que pesquisar incremento de recursos? Eu voltei 30 anos atrás, no primeiro TCC que eu fiz, uma pesquisa no acolhimento institucional, e lá a apresentação, que foi em uma universidade lá em São Paulo, eu... no meu TCC eu trouxe esse texto, vou ler aqui duas coisas para a gente ficar atento da importância desse momento aqui, um texto de Rubem Alves, Pesquisar Para Quê? Pesquisar para quê? Só para ter dados? Ó o que ele diz: Rubem Alves questiona o sentido da pesquisa e da educação. Ele defende a importância de um olhar que explore o mundo com curiosidade, que traz questionamento e que não peça... e não traga apenas respostas prontas. Rubem Alves também, ele identifica da importância da pesquisa e fala “para quê?”, nos chamando a atenção, que pesquisar por pesquisar é igual a crítica pela

crítica, que a gente sempre questiona isso também. Ele defende uma educação que se limita a transmitir informações... que não se limite a transmitir informações e que desperte a capacidade de pensar e questionar. Eu acho que é isso que foi feito aqui hoje, porque eu fiquei escutando as falas de cada um, suscitou tanto questionamento, tanto... e pontos para debate e aprofundamentos para novas pesquisas. E eu acho que esse momento é de validação. Na hora que ele terminou, eu ia falar: Vamos fazer uma salva de palmas, mas nós vamos bater palmas, porque eu estou encaminhada. Já falei com vocês que eu estou de meio-dia para tarde, com meus 63 anos, e aí eu fico pensando: Gente, eu nunca vi assim no conselho. De fato... Como eu já falei aqui também, quando a gente está lá na Assembleia, Jennifer, discutindo e debatendo contra esse governo, também é legítimo. Mas quando também a gente vê um compromisso da gestão, a despeito do governo de plantão... Porque eu estava no CNAS, na Comissão de Financiamento, no momento que aquele inominável que estava... inominável para mim, não sei o que vocês pensam, inominável estava no poder, e a gente viu um fundo nacional, uma condenação, fez uma força-tarefa, e quase que zerar o resto a pagar. A gente vai ficar calado? A gente tem que validar. Está lá na Ata... Eu era da Comissão de Financiamento, validando aquela equipe. Apesar de todos os desafios, eles estavam também sendo muito pressionados, eles fizeram isso. Então eu acho que aqui, nesse momento, a despeito das nossas lutas, que são legítimas, que a gente tem que contrapor mesmo, este momento eu quero falar, assim, enquanto militante aí da Política de Assistência Social, que é um momento rico, né, que você traz, parabenizar a gestão, porque isso eu acho que é um comprometimento da política com executar, monitorar e avaliar. E é a partir de todo esse questionamento... isso aqui vai suscitar muita pesquisa e muito debate ainda. E trazer também: avaliando lá o plano, os planos decenais, que eu estou no Plano Socioeducativo e no Plano Nacional de Direitos Humanos, as pesquisadoras... nós fizemos o Encontro Regional, gente, Sudeste, e todas as pesquisadoras que são de universidades, gente com estudo, questionam a falta de dados, falta de resultado de pesquisa. Até elogiou o nosso CadÚnico, ela pegou... né, eles buscavam muita informação ali, porque não tem dados, não tem pesquisa, não tem dados. Como é que é difícil fazer avaliação sem ter pesquisa, sem ter resultados, mostrar eficácia, eficiência, aquela coisa, efetividade. Então, assim, eu quero dizer que me suscitou, que eu lembrei desse texto, eu falei: Não, gente... Aí eu procurei aqui na internet, que eu nem... Mas eu discorri sobre o texto da minha dissertação, na minha apresentação, e eu acho que esse momento é isso aqui. Olha quanto questionamento, debate que suscitou aqui. Por isso que eu falei: Eu quero ser a última, porque eu tenho certeza que vai questionar, porque está tendo distorções. Essa incompreensão, João, que você fala de a gente ter o SUAS e assistência social só enquanto benefício é verdadeira. Quando a gente batia lá em Brasília, debaixo de chuva, debaixo de sol, que eu fui em dois momentos, e um dia estava sol, outro dia estava chuva, em momentos diferenciados, vou falar com vocês, para bater na porta de deputado para poder... pelas malditas, embora as legais, mas imorais, emendas parlamentares para jogar para a assistência social, todo mundo falava assim: “Mas o que é isso? Para que vocês querem mais dinheiro?”, porque só entendem assistência social como benefício, né? Uhum. **Sandra, Sintibref:** O Bolsa Família e o... BPC. E o BPC. Então, assim, é um tanto de situações que surgem que eu acho que vai despertar, como já despertou aqui vários questionamentos, de a gente

debruçar com mais pesquisa. Eu quero falar... validar esse momento, parabenizar, sabe? E a gente tem que bater uma salva de palmas, gente. Obrigada. **Elder, Sedese:** Só um ponto: é Jennifer, depois Flávio, e a gente vai parar para o almoço, tá? . **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Primeiro, realmente parabenizar pelas pesquisas. A pesquisa foi fantástica. Falar novamente, né, eu já falei na CIB, mas, assim, a equipe está de parabéns. Eu acho que a gente tem que realmente continuar, né, a equipe do João, a pesquisa que o Elder apresentou também lá no grupo coordenador do FEM. A gente precisa continuar com isso. Então, vocês estão de parabéns. Agora, eu acho que é muito importante, Sandra... Também fazer um *remember*, sabe, fazer esse histórico, porque a gente tem que lembrar que se hoje a gente pode fazer uma pesquisa sobre a gente dobrar o Piso Mineiro, né, sair de uma situação que estava de R\$ 2,80 para R\$ 5,00, isso é fruto de muita luta, né, da sociedade civil organizada, com participação desse conselho nessa luta. Então, nós tivemos participação aí com ofícios, nós tivemos convite e custeio de conselheiros para estarem nessa luta com a gente na Assembleia. Então, foi com a participação do CEAS, foi com a participação da Assembleia Legislativa. Nós tivemos muita perda. Então, sim, a gente queria R\$ 1 bilhão, né, todo o recurso aí do fundo, ou outros recursos, na verdade, que é o que deveria ser, né, o Fundo de Erradicação da Miséria deveria ser apenas um suplemento do nosso recurso, então nós continuamos nessa luta, mas é importante a gente fazer... lembrar isso, que nós conquistamos, e foi uma luta muito árdua, né? Não foi uma luta que começou em 2022 apenas, é uma luta desde quando a gente começa aí a Política de Assistência Social. Então, tem muita gente que passou por essa luta. Então a gente... parabenizar também, cada um com a sua contribuição, cada entidade, cada pessoa que disponibilizou o seu tempo, a sua energia gasta para isso, e que continuamos, né? Porque como os números, como a pesquisa mesmo mostrou, é muito pouco. Então, se a gente tem... Você citou 99 milhões eu acho que em alguma cidade. É, BH recebe 9 milhões. Em um ano. Mas se a gente pega um município de porte pequeno, às vezes não chega a 50 mil. É 60, 60 mil o menor, né? Então, o que isso representa, né? É salário de quantos trabalhadores aí na equipe técnica de referência? Ou se a gente pensa: “Ah, está gastando com benefício eventual”, e aí a fala da Sandra é muito importante, parece que é só benefício eventual. Pobre só precisa comer e deixar lá quietinho. Não é sobre isso, né? Nós estamos falando sobre política, nós estamos falando sobre empoderamento, nós estamos falando sobre... O PAIF é para prevenir os riscos, mas é também para levar os direitos para a nossa população, e isso a gente precisa avançar muito. Então, não quero que esqueça os parabéns, tá, João? Mas é importante lembrar... eu não poderia deixar a minha função aqui passar sem isso. Então, parabéns para nós todos. **Elder, Sedese:** Flávio. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Flávio, CMAS Ipatinga. Trazer essa questão, igual veio a pesquisa, a possibilidade de ter a pesquisa específica do benefício eventual, não sei se pode sair como uma deliberação daqui, uma proposta, porque quando se fala, né, para a gente saber aos fatos, esse benefício eventual, o que está impactado diretamente... Porque grande parte a gente sabe que vem por causa da insegurança alimentar, e a insegurança alimentar, ela é puxada através do CONSECF pela assistência social, que acabou caindo no colo da assistência social, mas a gente sabe que vai muito além dali: envolve educação, envolve a saúde, envolve o desenvolvimento econômico. E aí, embasado nisso, a gente pode chamar o

SISAN para uma conversa, enquanto CEAS, enquanto conselho, para auxiliar os municípios, porque se for olhar em Minas Gerais, são muito poucos municípios que trabalham com a segurança alimentar, e isso acaba desaguando dentro da Secretaria de Assistência Social, e aí acaba se polemizando a questão do benefício eventual, mas, como eu estava comentando com a conselheira Lais, que muitas das vezes o técnico fica ali engessado e acaba concedendo esse benefício, ele passa a não ser mais eventual, porque ele está se tratando de um problema de insegurança alimentar, mas que está ali dentro do SUAS, está ali dentro da Secretaria de Assistência Social. Então, eu deixo essa sugestão, para que, se for possível, que se venha essa pesquisa para que a gente possa... através dela a gente está chamando o SISAN... chamando a CAISAN, na verdade, que é o do estado, para uma conversa e ver o que isso pode contribuir, uma vez que... Eu gosto da fala da Sandra, né? A gente vive com o pires na mão aí, a gente tem dois grandes primos parceiros e ricos, que é a educação e a saúde, que podem contribuir e ajudar a assistência social nisso aí. Muitas vezes eles dão demanda para a gente. A gente sabe quem está no município. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Só como proposta de encaminhamento então, pelo que eu entendi... Eu acho que, assim, minha sugestão, e que tenham outras também, mas eu acho que ficou muito clara essa questão do benefício, então com relação a benefício, sugiro dois encaminhamentos para a Comissão de Políticas e de Normas: a de Normas pensar se... A que está... a resolução que tem hoje, se ela é suficiente, e talvez pensar um modelo para mandar para os municípios de lei, o que tem que ter na lei, enfim, pensar algo nessa linha, uma avaliação nesse sentido. E para a Comissão de Políticas, pensar a estratégia, o que pode ser feito com relação a benefícios, se faz uma nota técnica, um caderno de orientações, se faz uma pesquisa, né? Lembrando que temos dados também no Censo SUAS sobre benefício, então talvez coletar esses dados, fazer uma análise disso, enfim. É o encaminhamento da Comissão de Políticas, que eu acho que é quem tem competência de pensar essas estratégias, pensar o que é CEAS, o que é CEAS em conjunto com a SEDESE, enfim, o que a SEDESE já está fazendo. A gente reunir forças, porque eu acho que é um ponto extremamente crítico. Quem já conversou com município, quem está... temos vários aqui que são do município, né, a gente sabe que isso é um ponto extremamente crítico. Recurso do SUAS é para esses benefícios que não são benefícios, são outras políticas que ficam demandando benefício que não são benefício. Então, eu acho que é uma coisa que afeta inclusive a oferta do serviço, porque é isso, cobertor curto, né, tampou a cabeça, o pé fica de fora. Mas aí as minhas duas sugestões, enquanto encaminhamentos, são essas para a Comissão de Normas e Políticas. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Eu vou sugerir que a gente pare para o almoço e volte com a discussão logo depois do almoço para falar dos encaminhamentos. Se tiver mais... Aí a Patricia já está inscrita assim que a gente voltar, tá bom? É isso. Voltamos às 13h05. Vou falar que pode pegar mais de um. Esse está bom? Está bom. Gente, boa tarde. Vamos retomar a plenária na parte da tarde. Lembrando que a conselheira Rosalice trouxe vários exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente para que vocês peguem. Além disso, a Patricia disse que vão chegar mais 250 exemplares. Então, podem pegar... Já chegaram. Já estão. Então vocês podem pegar mais de um. Podem pegar à vontade. Eu vou levar dez, que . Isso. Então, quem não pegou, pegue. Quem pegou e precisa de mais,

pegue mais também. Então, gente, vamos retomar à plenária, voltando para o ponto de pauta da pesquisa. João Paulo. Gente, atenção! Retomando a plenária agora. O João Paulo trouxe dois encaminhamentos. O primeiro encaminhamento... o primeiro não. Na verdade, são dois encaminhamentos: que a pesquisa seja encaminhada-- Ô, gente, vamos... Gente, . Questão de ordem. A plenária já retornou. Eu peço o silêncio de todos e todas. Os encaminhamentos propostos para pesquisa são: que o conteúdo da pesquisa seja encaminhado para a Comissão de Normas e para a Comissão de Políticas, e que essas duas comissões pensem em materiais e orientações a serem enviados para os municípios para auxiliar no processo de utilização do Piso, para auxiliar no processo de concessão de benefícios eventuais. Todos de acordo? Conselheiros estão aptos para votar? Então, os conselheiros que aprovam o encaminhamento, por favor, se manifestem. Aprovar o quê?. O encaminhamento de que a pesquisa seja encaminhada para a Comissão de Normas e de Política, para que elas façam orientações para os municípios. Normas e Política. Normas vai avaliar a legislação, se precisa dar uma atualizada. Sim. E a de Política vai analisar o que a gente vai pedir para... né, em termos de uma norma técnica, um aprofundamento. Isso. Obrigado. Então, conselheiros que aprovam o encaminhamento, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? A Patrícia queria falar. Ela falou que não queria mais, não. Ah! É. A Patrícia tinha feito uma inscrição, mas ela já tinha resolvido com o João Paulo. Ok. Então, esse ponto encerrado. Agora eu vou passar para o ponto de apresentação da campanha Venha Ser Família Acolhedora em Minas Gerais. Para apresentar esse ponto, eu vou convidar a Tatiana (sic), que é diretora de Alta Complexidade na SEDESE. Obrigada. **Tatiane, Subas:** Boa tarde, pessoal. Tatiane, da SUBAS. Tatiane, da SUBAS, Diretoria de Alta Complexidade. **Elder, Sedese:** Gente, atenção! A Tatiane já começou a apresentação do ponto. Gente, vamos acalmar. **Tatiane, Subas:** Bem, pessoal, a ideia é que hoje é apresentar para vocês — vocês já devem ter tido contato, né, quando acompanham as redes sociais da SEDESE, o blog, o site — a campanha estadual sobre o serviço de Família Acolhedora, tá? É uma iniciativa da SEDESE que visa fomentar a implantação do serviço de acolhimento em Família Acolhedora nos municípios, assim como reordenar os serviços que já existem. Hoje, em Minas Gerais, nós temos 111 municípios que apresentaram essa oferta no CADSUAS. Em contrapartida, a gente tem mais de 500 unidades de acolhimento institucional para criança e adolescente. Então, a ideia da SEDESE, com essa campanha que foi lançada em abril, é estarmos ampliando essa oferta do serviço nos municípios, levando conhecimento sobre como implantar esse serviço, como ser uma Família Acolhedora. E a gente tem usado algumas estratégias. Então, a gente lançou essa campanha em abril. Essa apresentação, essa projeção, ela está no blog do SUAS, está nas redes sociais da SEDESE, estamos divulgando semanalmente alguns *posts*, vídeos para fomentar o serviço. Então, a gente conta com a contribuição de vocês para que ajudem nos municípios a divulgar esse serviço. Tivemos algumas ações já esse ano a nível maior, com vários municípios, para divulgar o serviço. Então, a gente esteve em Teófilo Otoni no mês de abril, onde a gente reuniu os municípios daquela comarca, da Diretoria Regional de Teófilo Otoni e das comarcas ali ao redor, tivemos um webinar também no mês de abril que a gente contou com a participação de quase 900 municípios... quase 900 participantes, né, representando os 853 municípios nesta

campanha também. A gente está com o propósito de levar essa campanha para a mídia maior. Então, a gente tem tentado aí por meio das divulgações... Quanto mais a gente conseguir divulgar para fora do governo, nas redes sociais do governo, essa campanha, é melhor para a gente, que a gente quer levar isso para a mídia maior. A nossa subsecretária Mariana esteve na Rede Minas no mês de abril dando uma entrevista e falando sobre essa campanha. Então, a nossa assessoria de comunicação está aí fazendo um grande movimento para tentar que a mídia maior compre essa ideia e divulgue o serviço. Então, para além das ações de apoio técnico que foram amplificadas... ampliadas ao longo dos anos... Pessoal, vocês estão escutando o que eu estou falando? Sim. **Elder, Sedese:** Sim. **Tatiane, Subas:** Para além dessa campanha que foi intensificada, nós realizamos a produção de cartilhas, que são essas duas que vocês estão recebendo, que são duas cartilhas: uma que é “Você sabia que pode se tornar uma Família Acolhedora?”. É uma cartilha com uma linguagem bem acessível, que é destinada à sociedade civil, para que as pessoas conheçam quais são os requisitos para se tornar uma Família Acolhedora. Os serviços são executados em nível municipal, o estado não executa diretamente essa oferta de serviço, então a gente... os municípios que executam esse serviço. A ideia é divulgar essa... o que é ser uma Família Acolhedora, entregar esses materiais para os municípios, para que os municípios possam captar famílias nos seus territórios, procurar a Secretaria de Assistência Social no município e captar essas famílias. Fizemos também uma outra cartilha, Família Acolhedora em Minas Gerais: conhecer para acolher, que é dizendo o passo a passo aqui, perguntas e respostas de como se dá a oferta desse serviço, como implantar esse serviço, o que o município tem que fazer para ter um serviço em âmbito municipal. Além dessa campanha, a SEDESE instituiu no final de 2024 o cofinanciamento estadual para municípios que ofertam serviços de Família Acolhedora, conforme previsto nas resoluções CIB, CEAS e SEDESE, no qual a gente pactuou os critérios de partilha de recursos, né, de elegibilidade e partilha de recursos. Hoje nós estamos cofinanciando 16 municípios do estado de Minas Gerais mensalmente para a ampliação da oferta do serviço nos municípios que já têm e para que esses municípios possam reordenar o seu serviço dentro das orientações técnicas. Então, a gente conta com o apoio de vocês. A SEDESE tem muito material que chegou para a gente, esses dois. Então, caso vocês queiram, podem estar nos procurando, pegando na SEDESE. A gente está divulgando em todos os encontros regionais que a gente tem feito para os novos gestores, encontros de Família Acolhedora, na AMM também a gente entregou esse material, no Congresso da AMM. Então, fiquem bastante à vontade para nos procurar, a equipe da Alta Complexidade. Tem todos os nossos contatos nas duas cartilhas. Caso o município já tenha o serviço e tenha alguma dúvida, caso queira implantar o serviço, então a gente tem todo o apoio da equipe da Alta Complexidade para que vocês possam aí fomentar, junto aos seus gestores municipais, junto à sociedade civil, a implantação desse serviço, tá? Então é isso, assim, de forma bem rápida. Consultem o site da SEDESE, consultem o blog, e nos ajudem a compartilhar as publicações da SEDESE, tá? A gente quer chegar na grande mídia, e para isso, a gente precisa que essa campanha estadual saia de dentro do governo para a mídia externa, tá bom? Tem algumas dúvidas. Alexandre já levantou a mão. **Elder, Sedese:** Na verdade, a Lais e, depois, Alexandre. **Tatiane, Subas:** A Lais e Alexandre. **Elder, Sedese:** Lais.

Não, primeiro é a Lais. Lais. Pode? Ok. **Alexandre, Seapa:** Seguinte, eu já vi essas coisas de Família Acolhedora. Não sei se dá realmente o nome Família Acolhedora. Houve casos de pessoas que pegaram criança para adotar e ficaram algum tempo, aí chegou um determinado tempo, depois de uns cinco ou seis anos, um menino estava um pouquinho meio impossível, resolveram devolver o menino e tiveram que pagar uma indenização de R\$ 80 mil ou R\$ 90 mil para essa criança devido ao afeto socioefetivo (sic) que fala, não sei... Muitos jovens, adolescentes estão entrando com esse negócio de indenização por... Isso procede, e realmente isso acontece? E a pessoa que adota e, por exemplo, assim, e acontecer isso, tem que pagar? Como é que funciona essa parte? **Tatiane, Subas:** É. Então, Alexandre, o serviço de Família Acolhedora, ele não é adoção, tá? Ele não é adoção. Inclusive, um dos critérios para participar do serviço é não estar na fila do cadastro de adoção. O serviço de acolhimento em Família Acolhedora é: uma família voluntária se candidata, vai à Secretaria de Assistência Social Municipal, se estiver dentro do perfil que está disposto aqui, então ser maior de idade, residir no município acima de dois anos, ter um... não ter nenhum processo criminal... Então, tem vários critérios para ser uma Família Acolhedora, né? E ela se apresenta à equipe municipal de Assistência Social como voluntária para acolher crianças e adolescentes que estão afastadas da sua família de origem até que essa criança possa receber... voltar para a sua família de origem ou ser encaminhada para a adoção, tá? Então não é adoção. Esse fato que você citou, infelizmente, ocorre, mas ocorre com casais, pessoas que às vezes se candidatam a ser família... adotar uma criança e iniciam esse processo e, depois, desistem do processo e devolvem, eu não gosto desse termo, mas se arrependem daquela opção e devolvem essas crianças para o Poder Judiciário, tá? Mas não é o serviço de Família Acolhedora. **Alexandre, Seapa:** Porque eu não acho tanto que é culpa exatamente do casal. Porque se a pessoa está sob a responsabilidade do casal, ela tem que obedecer à regra da casa. Se não obedece, tem que apanhar. E é um dos fatos que a própria... a sociedade incrimina isso. Eu lembro de uma fala do meu pai, falou o seguinte... Pai, eu não vou fazer. "É o seguinte: olha, dentro da minha casa você respeita. Só sai depois que você tiver condições de se manter". **Elder, Sedese:** Gente, vamos-- **Alexandre, Seapa:** Esse fato faz a pessoa criar juízo, porque senão se a pessoa apanha... não apanha, não pode bater, não pode fazer nada, acontece essas coisas. **Elder, Sedese:** Gente, vamos só, primeiro, seguir a ordem de inscrição. Segundo ponto: Família Acolhedora não é adoção. **Tatiane, Subas:** Adoção, é. **Elder, Sedese:** Terceiro ponto: o conselho não aprova nenhuma agressão a nenhuma criança em nenhuma situação, ok? Agora-- **Alexandre, Seapa:** Mas o pai tem direito. O pai tem direito-- **Elder, Sedese:** Só um momento, Alexandre, porque agora é a Lais. **Alexandre, Seapa:** Tá, mas o pai tem direito de corrigir. **Elder, Sedese:** Agora é a Lais. Depois da Lais, é a Jennifer. **Lais, CMAS Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Eu tenho algumas perguntas, tá? Então, assim, uma das perguntas é a diferença no número apresentado no caso de SUAS com o número que o João apresentou. Isso é uma das... A outra: quais indicadores estão sendo utilizados para medir a efetividade do serviço de Família Acolhedora? A outra: há dados disponíveis sobre o tempo médio de permanência de crianças e adolescentes no serviço e sua taxa de reintegração familiar? E a outra é porque a gente sabe que os municípios, eles têm dificuldades em captar famílias: se está pensando algumas estratégias para —

como é que fala? — orientar os municípios sobre essa captação das famílias para esse serviço? **Tatiane, Subas:** Então, há uma divergência de dados do Censo SUAS e do CADSUAS, tá, porque o CADSUAS é quando implantam o serviço... o município implanta o serviço e registra no CADSUAS. O Censo SUAS, ele tem que preencher anualmente informando da oferta. Então, o que acontece? Muitas vezes tem um número maior no CADSUAS, e aí a pessoa não preenche o Censo SUAS naquele ano. Então, dá uma diferença, sim, de dados do CADSUAS e do Censo SUAS, porque anualmente o município deveria preencher o Censo SUAS informando a oferta do serviço, e muitas vezes isso não acontece. Então é uma divergência, eu até conversei com o João há pouco tempo sobre isso, né, porque a gente bateu o olho, falou: “Olha, mas o dado do Censo SUAS é um, do CADSUAS é outro”, e aí até o João me explicou: “Tatiane, se o município não preencher o Censo SUAS anualmente, não vai... aquele dado vai ficar diferente do dado do CADSUAS”, né? Então por isso essa divergência, tá? Mas considerando, assim, vamos pegar os dois sistemas, CADSUAS e Censo SUAS, fazendo uma média, a gente não vai ter aí muito mais do que cem municípios com serviço implantados, né? Quando a gente fez o processo da resolução para os critérios de elegibilidade e partilha, salvo engano, era 96, não era, João? **João Paulo, Sedese:** 95. **Tatiane, Subas:** É. É, era 96. Quando a gente foi ver, era 95. Então, essa divergência CADSUAS e Censo SUAS ela vai existir sempre, porque se não preencher o Censo SUAS, isso nunca vai igualar, mas a diferença dos valores é pequena. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Não, está grande. (ininteligível) na apresentação dele. **Elder, Sedese:** Jennifer. Desculpa. **Lais, CMAS de Ipatinga:** E 111 na sua. **Tatiane, Subas:** Não, não é esse número, não. **Lais, CMAS de Ipatinga:** apresentação dele. Está aqui. **Elder, Sedese:** Gente, tenta falar no microfone. Lais, microfone. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Não, o que está me deixando surpresa é porque a diferença, ela está muito grande na apresentação do João e no que você está falando. Porque na apresentação do João, está aqui 313. **João Paulo, Sedese:** Famílias e pessoas, não municípios. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Aqui, ó. Pessoas e famílias. Entendi. **Tatiane, Subas:** Esclareceu? **Lais, CMAS de Ipatinga:** Esse ponto, sim. Agora, os outros... **Tatiane, Subas:** Tá. Qual é a estratégia da SEDESE para apoiar na captação de famílias? Então, uma das estratégias é essa cartilha que eu acabei de falar, “Você sabia que pode se tornar uma Família Acolhedora?”. Então, aqui tem falando com uma linguagem bem acessível para a sociedade civil o que tem que ser feito para que ela... quais são as características, quais são os requisitos para se tornar uma Família Acolhedora. Nessa campanha que a gente tem feito, a gente tem divulgado isso para os municípios, e a estratégia em âmbito municipal, ela vai variar muito, né? Tem município de pequeno porte, por exemplo, que faz uma divulgação em rádio da cidade, em carro de som, nas igrejas; em municípios de grande porte, como Belo Horizonte, metrópole, eles fizeram divulgação naqueles... não sei, tem o nome certo, atrás do... específico. Atrás do ônibus, né? Tem... Então, assim, vai depender do município, do porte do município, as estratégias que vai ter, mas sempre... assim, uma das estratégias que a gente tem falado e reafirmado sempre é levar para a rede de garantias de direitos, para os conselhos, para apoiar nessa divulgação, e tentar... agora é um momento de conferência municipal, regional, estadual, a gente intensificar também essa discussão. E a SEDESE também participa desse processo orientando as equipes técnicas para essa

captação e para essa capacitação dessas famílias que manifestarem desejo, tá, de compor o serviço de Família Acolhedora. está em algum? Então, o que a gente consegue-- **Elder, sedese:** Microfone. **Tatiane, Subas:** A gente... Hã? **Elder, Sedese:** Microfone, falar no microfone para todo mundo te ouvir. Ah, tá. **Tatiane, Subas:** A gente tem... de acordo com o Censo SUAS, a gente tem aí essas informações de quanto tempo a criança estava acolhida no momento do preenchimento do censo, né? Mas esse dado, ele não é tão real porque no momento do preenchimento do censo, ela estava acolhida há cinco meses, há oito meses, há um ano. O censo é preenchido anualmente, né? A SEDESE já tem um indicador de acolhimento, que é para acolhimento institucional, que a gente tem para medir a qualidade do serviço de acolhimento institucional, e aí a gente tem aí uma expectativa de conseguir também ampliar (ininteligível) para a Família Acolhedora também, mas a gente... O tempo máximo de permanência é 18 meses, tanto no serviço de acolhimento institucional quanto o serviço de Família Acolhedora. Isso varia muito, né? E tem situações em que — Belo Horizonte passa por isso — estão em Família Acolhedora, completaram a maioridade, acima dos 18 anos, e ainda não conseguiram ir para adoção, e com essa idade também não vão conseguir ir para a adoção. Então, eles vão para uma outra modalidade que foi criada em Belo Horizonte para acolher essas pessoas, né, até que elas possam se reintegrar à família. À família não, à sociedade, né? No caso, a família não conseguiu adotar. **Cristiano, Sedese:** Só complementar. **Elder, Sedese:** Ok. Só um momento. Ah, complementar a resposta? É porque tem o Matheus também inscrito. Mas pode falar... responder de uma vez, aí depois você, tá, Matheus? **Cristiano, Sedese:** Oi. Só para... Cristiano, SEDESE. Só para complementar, essa questão do tempo de permanência no serviço de acolhimento acho que é um desafio histórico dos serviços de acolhimento de modo geral, não só em relação à Família Acolhedora, mas do acolhimento institucional também. Essa campanha toda, ela se insere em uma estratégia que é nacional de fortalecimento do acolhimento familiar como uma das estratégias possíveis ao acolhimento institucional. Mas ela não resolve todos os problemas, principalmente nos municípios de pequeno porte, que têm muitos desafios em relação ao acolhimento, por exemplo, de adolescentes na Família Acolhedora. Então, esse é um desafio realmente. A Tatiane citou uma das situações que podem acontecer, que são esses adolescentes que estão já próximos da maioridade, que vão para o serviço de acolhimento, e aí Família Acolhedora menos, mais acolhimento institucional, que é o desafio para as políticas públicas de modo geral, que o que acontece com esse egresso do acolhimento institucional que está com 18 anos, que permaneceu muitas vezes dez anos na unidade de acolhimento, está institucionalizada há muitos anos, isso está incorporado na vida dele já, a institucionalização, e aí ele precisa do apoio não só da Política de Assistência Social, mas de outras políticas também: trabalho, emprego, habitação, porque repúblicas também, que é uma estratégia que está na tipificação para esse público egresso do serviço de acolhimento, quase não existe no estado. Uhum. **Cristiano, Sedese:** Então é uma estratégia também que poucos municípios fazem. Na verdade, acho que só tem um município, se não me engano, no Censo SUAS que tem república para adolescentes... jovens egressos do sistema de acolhimento institucional. Então, assim, essa questão do tempo de permanência, ela é um desafio. Para o Família Acolhedora, os dados que... e aí reforçando isso que a Tatiane falou, os dados que a

gente tem são os dados do Censo SUAS, mas a gente tem uma questão, que é essa, o Censo SUAS... Por exemplo, o último dado disponível é o de 2023, João? Porque de 2024 ainda não saiu os resultados do Censo SUAS. E na hora que sair, já vai estar defasado, porque são dados do ano passado. Então, assim, a gente tem estudado isso lá com a Diretoria de Vigilância, de pensar diagnósticos e pesquisas para tentar coletar também esses dados que não aparecem no Censo SUAS, perguntas que não aparecem no Censo SUAS, como o próximo ponto que eu vou trazer, que é dos consórcios, para tentar também coletar informações mais atualizadas a respeito desse serviço, que é um serviço que já aumentou nos últimos dois anos, teve um aumento do número de municípios com esse serviço, muito em função da pressão exercida pelo sistema de justiça nos municípios para implantar o serviço, mas também... né, pela divulgação do próprio serviço, mas a gente precisa de fato garantir a qualidade do serviço que está sendo executado, que as famílias cadastradas sejam de fato... tenham o perfil para poder acolher. Então, acho que esse é um desafio permanente da gestão e dos municípios também. **Tatiane, Subas:** É. Ô, Cris, e, assim, completando aqui, eu acho que essa... o resultado dessa campanha que iniciou agora, em 2024, a gente só vai conseguir aferir daqui uns dois anos no Censo SUAS, né, porque agora vai sair o Censo SUAS de 2024, a campanha não tinha sido lançada, lançada agora em 2024. Então, a ideia é que a gente consiga visualizar esse aumento do serviço de Família Acolhedora daqui uns dois Censo SUAS ainda, né? Mas a gente tem que começar a plantar essa sementinha, que já foi plantada a nível nacional, que já deveria estar sendo executada desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, né, da atualização do estatuto, e a gente vem trabalhando em consonância com as legislações para que a gente consiga pelo menos chegar mais próximo aí do acolhimento institucional. Eu não digo que a gente vai conseguir, pelo menos de imediato, inverter essa lógica do acolhimento familiar ser preferencial, né, é o que deve ser, mas ainda temos muito o que trabalhar, né? Então, a gente tem que divulgar realmente esse serviço. Ainda há um desconhecimento desse serviço, a gente precisa de levar essa discussão para que dúvidas como essa que o Alexandre apresentou, se é adoção, se não é adoção, sejam clareadas, né, para que a gente consiga realmente fazer com que esse serviço, ele se torne essencial e prioritário em relação aos demais serviços de acolhimento. **Elder, Sedese:** Matheus. **Matheus, Movimento Lgbtqia+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Só registrar que na CIB... O Cristiano trouxe sobre a pesquisa do cofinanciamento que a gente pactuou no ano passado, e aí na discussão você trouxe uma perspectiva que tem relação com o que a Lais trouxe desses desafios, que é a possibilidade de regionalização do Família Acolhedora. Aí, se fosse possível trazer, eu não sei se você vai apresentar, como é que está na pauta, mas se fosse possível trazer alguma coisa sobre esse tema, só para situar um pouco desses debates, desses movimentos, porque ano passado a gente fez uma pactuação na CIB, a gente teve um primeiro contato, assim, com os primeiros resultados de como está funcionando, e até a campanha, ela entra dentro dessa estratégia que está sendo pensada nesse sentido. Aí se fosse possível trazer um pouco, assim, de como vai funcionar... **Cristiano, Sedese:** Posso? Bom, assim, legal, é isso mesmo, Matheus. Acho que a gente tem feito várias discussões, né, tanto na CIB quanto no CEAS nesses últimos anos. E essa discussão que você citou a respeito da

regionalização, ela está inserida em um debate que a gente começou a fazer lá em 2021, quando a gente criou a Câmara Técnica da Proteção Especial no âmbito da CIB, da Comissão Intergestores Bipartite. Essa câmara técnica, ela foi uma sugestão da SEDESE para a CIB para discutir a ampliação da cobertura de serviços de proteção especial no estado. Essa ampliação da cobertura, ela é, assim, altamente necessária diante do volume gigantesco de municípios de pequeno porte que a gente tem no estado. Eu acho que eu citei isso na CIB, né, a gente acaba citando muito os municípios de pequeno porte porque os municípios são a maioria do estado, a gente tem 667 com menos de 20 mil habitantes, são muitos municípios. Só essa semana eu atendi três municípios que estiveram lá na SEDESE, todos os três de pequeno porte, tinham lá... que tinham 5 mil habitantes. Então, vocês imaginam o que é o município... E esse município, ele fica... na verdade, 8 mil habitantes, ele fica na divisa de Minas Gerais com Goiás. Quando você olha o mapa, ele está bem na fronteira, e do lado dele tem um município que é já em Goiás, que é um município grande, e ele é município pequenininho de Minas Gerais. Ele consegue acessar muito mais a rede do município que está do lado dele, que é de Goiás, do que Uberlândia, que é o município maior e mais próximo dele. Então, são muitos desafios, né? Tem a questão dos municípios de pequeno porte, tem a questão dos municípios que são atravessados por rodovias, tem municípios que estão nas fronteiras, nas divisas, né, com outros estados, mas também tem a questão dos municípios maiores, de médio porte, grande porte e metrópole. Essa semana também — só um parêntese, tá, porque aí eu vou lembrando das coisas — eu estava conversando com uma pessoa que me pediu um apoio para um caso acontecendo em Belo Horizonte. Belo Horizonte tem nove CREAS. Não sei se vocês já olharam o mapa de Belo Horizonte para ver os nove CREAS de Belo Horizonte, onde é que estão. Então aí você fala: “Nossa, como é que um município do tamanho de Belo Horizonte só tem nove CREAS? É insuficiente. Precisaria ter no mínimo uns 40 CREAS para atender”. Então, assim, são discussões que a gente está fazendo, e a regionalização é uma delas. No caso do Família Acolhedora, a gente fez essa discussão com os municípios no início do ano para tentar fazer um ajuste por causa do Governo Federal, que estava insistindo em relação ao cofinanciamento lá federal que... desse serviço, que até a gente deu lá um informe, na CIB, que a gente está pedindo para a Comissão Intergestores Tripartite fazer essa discussão também. O que a gente tem de experiência, e acho que eu citei isso lá, que tem na pauta dos consórcios, é a possibilidade de os municípios se organizarem por meio de um consórcio. A discussão que a gente quer fazer de consórcios são consórcios intergovernamentais. Hoje só existem consórcios intermunicipais, entre municípios, mas uma estratégia possível para consórcios intergovernamentais seria a oferta de serviços, por exemplo, de alta complexidade, um abrigo institucional atendendo os municípios ali consorciados daquela comarca, e cada município abrangido ter o seu serviço de acolhimento de Família Acolhedora, porque aí no caso de uma possibilidade de acolhimento que não tenha jeito de... tenha que acolher, a primeira opção vai ser a Família Acolhedora no município e a segunda opção seria o acolhimento no abrigo institucional, caso isso esteja dentro do perfil, de acordo com a avaliação técnica da equipe. Seria uma possibilidade de ampliar o número de municípios com cobertura de proteção social de alta complexidade, mas isso é uma pauta que a gente precisa discutir. A próxima discussão que nós vamos fazer aqui é

sobre a questão dos acordos e parcerias, mas eu acho que a gente já avançou. Tem alguns municípios do estado que já estão fazendo dessa forma, porque eu acho que a gente precisa estabelecer diretrizes, critérios, parâmetros, para fazer isso da melhor maneira, para garantir o direito das pessoas ao acompanhamento das famílias nos municípios de origem, porque a regionalização, do jeito que ela está posta hoje, a gente executa já na média complexidade, com os CREAS regionais, a gente tem muitos desafios, né, envolvendo esse acompanhamento à distância. Então, acho que a melhor maneira é a gente garantir primeiro o acompanhamento ali no município, e como uma segunda, terceira opção, a possibilidade de regionalizar. Então é um pouco isso. **Elder, Sedese:** Obrigado, Cristiano. Não temos mais inscritos. Todo mundo pegou as duas cartilhas, gente? São duas. Não. Não. Quem está... Tem mais ainda, Tati? **Tatiane, Subas:** Não, acho que já foram distribuídos todos. **Elder, Sedese:** Não. Essa aí tem aqui, ó. Está sobrando essa... Ah! **Tatiane, Subas:** São duas, gente. É Família Acolhedora: conhecer para acolher, que é essa aqui. Aí tem uma outra. É, eu trouxe 40. E a outra é **Elder, Sedese:** É. Alguém que pegou mais de uma pode passar para alguém que não pegou ainda, gente? **Tatiane, Subas:** Alguém de uma. Ah! **Elder, Sedese:** Aí, ó. Pode passar, por favor. Mas na próxima a gente pode trazer de novo. Aí a gente traz na próxima plenária. Não, já peguei. Já peguei. Aí, ó, passa. Essa tem ali, ó. Pode passar. Então, quem pegou mais de uma, por favor, só dá uma para quem não pegou. Então, todo mundo, são duas cartilhas: uma que tem escrito Acolher na... Empresta aqui. Dá a outra aí. Ó, são duas cartilhas. Uma é essa aqui e a outra é essa aqui, ó. Ok? Todos estão com as duas? Lá na ponta falta uma pessoa. O Cris está falando que quem tiver disponibilidade de ir na Cidade Administrativa, tem mais, e também podemos trazer na próxima plenária, caso tenha ficado faltando. Então não... **Tatiane, Subas:** Pessoal, a gente trouxe poucos exemplares porque não tinha como a gente trazer para vocês levarem para os municípios, mas fiquem à vontade. Quando vocês estiverem por aqui, podem ir na SEDESE. Nos avisem, a gente deixa separado para vocês. A gente imprimiu uma grande quantidade, e a ideia é que essas cartilhas vão para os municípios mesmo, para que possam divulgar o serviço e divulgar para as famílias, né, visando captar essas famílias para os serviços, tá? Então, tem muito material na SEDESE, a gente vai distribuindo aí ao longo das conferências. As Conferências Municipais que nós estamos... vamos participar e estamos participando, a gente está levando esse material, mas está à disposição na SEDESE. Temos também um outro guia, que é... são cinco livros. É o Guia de Acolhimento Familiar, então um guia bem robusto, passo a passo de como implantar o serviço. São cinco cadernos de orientações. Aí é bem grossinho, não dava para trazer aqui, que é um kit desse tamanho, também que foi disponibilizado pelo ministério, está lá na SEDESE. Então, tem muito material de Família Acolhedora. A gente precisa do apoio de vocês para colocar esse material nos municípios, tá bom? Fiquem à vontade, nos procurem. E tem nosso contato aí também. **Mayra Apae/BH:** também. **Tatiane, Subas:** Isso. E consegue acessar também aí atrás, a Mayra está lembrando, as redes sociais, o blog SUAS, pelo QR Code. Esses materiais também têm acesso lá por meio virtual. Obrigada. **Elder, Sedese:** Obrigado, Cris e Tati, pela apresentação. Então não temos mais inscritos. Vamos para o nosso próximo ponto de pauta, que é um ponto que ficou na parte da manhã para ser feito à tarde, aprovação da resolução que altera a resolução

sobre a apuração de denúncias no CEAS. João Paulo ou Rosa que vai apresentar? **João Paulo, Sedese:** Sou eu. **Rosalice, Cmssvp:** João Paulo. **Elder, Sedese:** É João Paulo. Ok. Alguém vai embora? Não, é porque eu olhei na pauta. **João Paulo, Sedese:** João Paulo. João Paulo, SEDESE. Só para lembrar, enquanto a Poli... Mande a apresentação para ela agora para ela projetar para a gente. Fiz uma apresentação rápida só para ajudar. O que é essa pauta? Na plenária passada, a Comissão de Normas trouxe a questão de proposta de revogação da 642 e aprovação de uma nova resolução, que, na verdade, era alteração de alguns itens da Resolução 642. Aí nós lemos a Resolução 642, e a plenária encaminhou a solicitação para que a gente trouxesse como é hoje o processo. Essa Resolução 642, ela diz sobre o processo de denúncia quando chega no CEAS, tá? Então, a Comissão de Normas fez uma revisão dessa resolução. Temos algumas propostas de sugestão de alteração para a plenária apreciar. A ideia de revogar é para não ficar remontando a mesma resolução, o Marcelo tinha falado isso com a gente, a gente achou pertinente realmente, que aí você revoga ela na íntegra, mas não quer dizer que nós estamos mudando ela toda; mudamos só alguns pontos. Então a gente trouxe a apresentação, que foi o encaminhamento da plenária anterior, de como é hoje, que é como está vigente a Resolução 642, sobre como é esse processo, e aí depois do processo, sim, a gente vai retomar a proposta de alteração. Então, a ideia é apresentar como é hoje. Ela é bem curta, é bem rápida, tá? [Pode ir para o próximo slide, por favor.] **João Paulo, Sedese:** É, coloca no formato de apresentação, por favor, Poli. **Elder, Sedese:** Lá em cima slides. **João Paulo, Sedese:** Lá em cima, do lado direito. Mais. Vai lá para o canto. Lá perto do “compartilhar”. **Elder, Sedese:** É lá em “apresentação de slides”, ali do lado de “compartilhar”. **João Paulo, Sedese:** Direita, direita. **Elder, Sedese:** Do lado direito. Direito. Direito. Direito. **Elder, Sedese:** É do lado direito. **João, Paulo Sedese** Obrigado, Poli. **Poliana, Secretaria Executiva:** Nada. **João Paulo, Sedese:** Obrigado, Poli. Então, a resolução. Primeiro, o art. 1º só fala do artigo da resolução, que é justamente disciplinar sobre o processo de apuração de denúncia pelo CEAS. O art. 2º... Aí eu fiz um formato de apresentação para facilitar o entendimento, tá, porque a leitura a gente já fez anterior. Se vocês... se alguém quiser tirar alguma dúvida, nós podemos projetar também a resolução, mas como a gente leu ela na plenária passada, eu trouxe já só os elementos mesmo para facilitar. Os arts. 2º e 3º, eles falam do que é uma denúncia, então a conceituação do que é uma denúncia, que é uma comunicação de ato ou fato que aponte eventuais irregularidades. Então, para resolução, ela define isso como denúncia. Recebemos uma comunicação de ato ou fato que aponte eventuais irregularidades, isso é uma denúncia. E a denúncia deve ter os dados do denunciado, se conhecido, e a exposição do fato ou do ato. Então tem que estar descrita qual é aquela situação. [Pode passar, por favor.] **João Paulo, Sedese:** Com relação a recebimento e encaminhamentos, então são os arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, tratam sobre esse fluxo, tá? Então, a denúncia, ela chega por meio físico ou meio eletrônico para a Secretaria Executiva. Chegando à Secretaria Executiva, a Secretaria Executiva vai fazer uma primeira avaliação, uma leitura, e encaminhar para o presidente. O presidente, ele pode sugerir o arquivamento, se no entendimento dele não for denúncia, então ele encaminha para a plenária, para deliberação da plenária, a proposta de arquivamento, ou o presidente, na sua avaliação, pode achar que é, de fato, um caso que mereça e que precisa de apuração, Então ele vai

despachar, e aí nesse despacho a Secretaria Executiva, ela faz uma breve análise dessa denúncia, um resumo, que vai junto, anexado, com esse despacho do presidente e junto com a denúncia na íntegra também. E aí esse despacho, ele vai ou para a própria Mesa Diretora... Então, o presidente também faz essa classificação. É papel do presidente... é competência do presidente fazer essa classificação de para onde vai essa denúncia para averiguação, para instauração do processo. Então, pode ir para a Mesa Diretora, para a Comissão de Ética, comissões temáticas, uma comissão criada especificamente para esse fim, para algum órgão competente, se não for caso do CEAS. Então, esse é o despacho do presidente. E aí, se... e aí tem um artigo... o art., se eu não me engano, 7º, ele fala que se tiver conexão com outra denúncia, vai ser apensada aquela denúncia anterior. Então, se já há uma matéria sendo averiguada e chega uma nova denúncia dessa mesma matéria, vai ser apensada na anterior, então vai ser aglutinada nessa anterior. E o CEAS, ele... tem um artigo também que o CEAS pode solicitar esclarecimentos antes da instauração do processo. Então chegou a denúncia, seja por meio eletrônico ou meio físico, e há dúvida se de fato é denúncia ou não, o CEAS, ele pode solicitar esclarecimentos para saber... aí justamente para o presidente poder tomar essa decisão, se solicita arquivamento ou encaminha para averiguação. Pode falar. Secretaria Executiva? **João Paulo, Sedese:** Oi? Secretaria Executiva? A Secretaria Executiva que solicita. É. Ou não, nesse momento? Não. Chegou... A Secretaria Executiva, ela recebe, o papel dela é receber, ler e encaminhar para o presidente. A decisão é do presidente. Ah, tá. Se vai... se na avaliação dele é arquivamento, ele traz para a plenária deliberar sobre arquivamento ou não. Se na avaliação do presidente é para averiguação, ele vai despachar para algum dos órgãos competentes. E aí, se o presidente não... ficou em dúvida de qual dos dois fazer, se é ou não, ele pode solicitar algum esclarecimento. É isso que essa observação diz, esse parágrafo que tem lá. Então, se ele... O CEAS, no caso aí, o presidente, ele pode solicitar, via Secretaria Executiva, mais esclarecimentos a respeito da denúncia, se não tiver elemento suficiente. O art. 9º traz sobre a questão da instrução do processo. Então, o conselho nesse processo... Aqui nós estamos nem em instrução, tá, gente? Não está instaurado o processo ainda. Então, chegou ao processo, o presidente despachou. Para instrução do processo, pode ser solicitado... aí na resolução fala que deverá notificar para manifestação ou esclarecimento algumas partes: denunciado, se souber quem é, gestores públicos, dirigentes de entidades, conselho, outras unidades, outras pessoas, enfim. O conselho, ele pode solicitar, nesse processo de instrução, esclarecimentos, manifestações acerca daquela denúncia, justamente para saber se instaura o processo ou se pede o arquivamento, tá? O prazo de resposta dessa notificação... Então, o art. 9º traz sobre isso: "É prerrogativa do CEAS solicitar manifestações e esclarecimentos desses vários atores, se assim achar pertinente". E aí o prazo de resposta dessa notificação, seja quem for que recebeu, né, é de 30 dias corridos, a contar do recebimento com AR, que é aviso de recebimento. **Elder, Sedese** Isso é antigo, tá? É na primeira versão. Tem certeza? **João Paulo, Sedese:** O AR, para quem não sabe, é aviso de recebimento. É quando é documento físico, é Correios, né? resolução hoje, por isso que a gente foi alterando. E após o recebimento das manifestações... Então, por exemplo, o CEAS solicitou de algum desses atores algum esclarecimento ou manifestação. Recebido, o CEAS poderá solicitar outros no prazo de

15 dias. Então a gente... a partir do momento que o CEAS, essa comissão, Mesa Diretora, quem recebeu esse despacho do presidente para avaliar a denúncia, ele recebeu, ele ainda não está esclarecido, ele pode solicitar novos esclarecimentos até se sentir seguro para tomar uma decisão, ok? Então aqui traz sobre prazos. Aí seria 15 dias úteis para solicitar novas manifestações, novos esclarecimentos. [Pode passar, por favor.] Então, feito todo esse processo de instrução, ou seja, conhecimento por parte da denúncia de quem vai averiguar, os arts. 10 e 11 trazem sobre a instauração do processo ou não, tá? Então, após a instrução, a comissão passará à análise, possibilidade de verificação no local. Então, se aquela comissão, aquele... enfim, os conselheiros ou o grupo que tiver de posse da denúncia para averiguação, se julgar que é necessária uma verificação local, isso pode ser solicitado, e aí são 15 dias ou a plenária seguinte para poder apresentar um relatório sobre essa visita. Não sobre o parecer, mas sobre a visita. E a visita pode ser acompanhada por algum especialista. Então, se for uma matéria que não é da nossa competência, do nosso conhecimento, pode ser solicitado um especialista para acompanhar. Por exemplo, é uma denúncia de irregularidade de obra. Ninguém aqui sabe sobre obra, eu acho, né? Então a gente pode solicitar um engenheiro para acompanhar, para averiguar de fato se não, porque não vai adiantar a gente ir lá e não saber falar sobre aquela questão. Então pode ser, é uma prerrogativa solicitar esse acompanhamento por um especialista, um técnico correlacionado àquela matéria. [Pode passar.] Então, feita essa primeira análise, então aqui disciplinou sobre a questão da análise, sobre a avaliação e as prerrogativas, o que pode ser feito. Nos arts. 12, 13, 14 traz sobre... após a análise. Então, feita a análise por esse grupo, por essa comissão, enfim, pela Mesa Diretora, por esses atores, têm três possibilidades para apresentação na plenária, então vai apresentar o relatório, o encaminhamento da decisão daquele grupo, daquela comissão, para a plenária. Pode ser o arquivamento, então foi feita a avaliação da denúncia e avaliado que não tem fundamento, então, assim como o presidente, lá no início, no processo de instrução, ele pode encaminhar para plenária com proposta de arquivamento, pode ser uma das possibilidades após a denúncia. Então, há a possibilidade de arquivamento. A segunda possibilidade: a imputação de responsabilidade para os órgãos competentes. Então, foi feita a averiguação da denúncia, foi acatado, foram identificadas realmente irregularidades, crimes, enfim, seja qual for a questão, né, o problema ali, a proposta de imputação de responsabilidade, seja orientação para adequação, seja de fato um órgão competente para punição, enfim. Aí cabe à comissão fazer esse encaminhamento de qual vai ser a deliberação por parte do grupo de trabalho. Ou então chegou-se à conclusão que não é uma denúncia, né, não há ali imputação de responsabilidade, mas é matéria para o CEAS deliberar sobre, estudar sobre. Então não é denúncia, mas é matéria do CEAS, então vai... não vai ser imputada responsabilidade, mas vai ser encaminhado para uma comissão, por exemplo, aprofundar naquele tema. Ou seja, por exemplo, uma oferta de serviço que está sendo executado de forma inadequada, pode não ser uma denúncia porque não tem imputação de responsabilidade, mas pode ser foco da nossa atuação, enquanto CEAS. Então, são essas três possibilidades que esses artigos trazem. [Pode passar, por favor.] Então, o processo já foi esse. Esses últimos três arquivos... tem um art. 15, que fala que a natureza das denúncias vai ser regulamentada por resolução específica. Então, o artigo fala só isso, que a natureza das

denúncias, ela vai ser disciplinada e regulamentada via resolução específica, que não existe, então está aí aguardando regulamentação. E o 16 e o 17 são aquelas proforma, né, que é para falar da... que entra em vigor a partir daquela data e para revogar a 363, que era anterior a essa. Então, essa 642 veio substituindo a 363, e a nossa proposta é que a nova substituiu a 642, tá? Então, basicamente é isso, o desenho do... o fluxo é esse. Então, recebe na Secretaria Executiva, a Secretaria Executiva faz uma breve análise, encaminha para o presidente, o presidente faz a avaliação e pode tanto encaminhar para a plenária com a sugestão de arquivamento, ou encaminhar para averiguação e a instauração do processo, e por aí vai, e aí tem as prerrogativas, o que pode ser feito durante o processo de análise dessa denúncia. Basicamente é isso. Alguém ficou com alguma dúvida, quer perguntar alguma coisa? A resolução é simples mesmo, ela é pequena. Estou aberto (ininteligível). **Elder, Sedese:** Alguma pergunta sobre a apresentação, gente? Se não tiver, a gente já passa para a leitura da nova resolução, que vai revogar essa resolução aí. Então-- Acho que podemos passar para a leitura então. **João, Paulo Sedese:** Tá. João Paulo, SEDESE. Aí nós vamos voltar então com a mesma proposta que eu trouxe na plenária passada do que a gente está sugerindo alterar nessa proposta, né, nessa Resolução 642. Como eu disse, a proposta de revogar é para não ficar editando, mantendo a mesma com uma parte de uma, uma parte de outra, e causar confusão e dificuldade na pesquisa. Mas as mudanças são bem pontuais, não tem grandes mudanças, não. Por favor. Aí nós vamos apresentar aqui só as alterações. Aumenta. Dá um zoom aí para a gente, por favor. Não enxerguei nada. Também não. A primeira alteração que a gente propõe é no art. 9º. No art. 9º fala que, instaurado o processo, o conselho deverá notificar para manifestação e/ou esclarecimentos correlacionados ao teor da denúncia e aqueles vários atores: o denunciado, órgão gestor, conselho, dirigente... Nossa sugestão: tirar o “deverá” e colocar “poderá”, porque não é impositivo e não é obrigatório que sejam feitos esses esclarecimentos. Então, assim, quando fala, pelo menos na avaliação nossa, na Comissão de Normas, é impositivo, é imperativo, “deverá notificar”, e não precisa necessariamente. Se a denúncia já vier com todos os elementos necessários para a nossa avaliação, não precisa notificar no processo de instrução para instaurar o processo. E aí a gente coloca o “poderá quando necessário”, porque inclusive — aí é outra sugestão — no inciso VI, tem lá: “Os demais conselhos de políticas públicas e direito, quando necessário”. O “quando necessário” é para tudo. Por isso que a gente coloca ele no caput. Então, a nossa ideia é tirar o “quando necessário”, a nossa sugestão para a plenária, tirar do inciso VI o “quando necessário”, porque já é... vai estar no caput, já vai ser automático, e tirar o “deverá”, colocar o “poderá quando necessário”. Essa é a nossa primeira sugestão. Alguém tem algum comentário? Aí eu posso ir passando... vamos passando ponto por ponto. O que vocês acham? Ou eu leio tudo? Isso. Eu acho melhor ponto por ponto, que a gente já vai superando cada um. Pode ser? Tá. § 2º desse mesmo artigo fala que, de acordo com a natureza da denúncia, as notificações citadas nos incisos I a VII poderão ser emitidas em momentos distintos. Ou seja, as notificações para essas várias pessoas ou vários órgãos e entidades previstos no caput, elas podem ser feitas em momentos distintos. É aquilo que eu falei, você pode pedir esclarecimento ou manifestação de um gestor, chegou, aí você pode perguntar para o conselho depois.

depois você pode perguntar para outro ator, enfim, podem ser feitas outras solicitações de esclarecimento e manifestação. Primeiro a gente — aí já vou adiantar lá atrás — orientou... a nossa sugestão é solicitar a supressão do art. 15, que fala da questão da natureza ser disciplinada por resolução próxima. Então, por isso que a gente solicita tirar desse início desse parágrafo, “de acordo com a natureza da denúncia”, porque em nenhum lugar isso está definido. Não tem essa disciplina... essa regulamentação, não está disciplinada em lugar nenhum. Então tira essa primeira parte, que a gente também sugere para tirar lá na frente. Alguém com algum comentário? Próximo, “§ 3º: O prazo para resposta à notificação será de 30 dias corridos, a contar do recebimento do expediente postado com aviso de recebimento (AR)”. Como a gente já brincou aqui, AR é uma coisa de muito tempo atrás, né, assim, via de regra. Hoje em dia tem vários outros meios. Então, a gente sugere a supressão desse “AR”, porque condiciona isso, e que... Inclusive, a gente tem aviso de recebimento de meio eletrônico também, então tem de várias outras formas. Então a gente sugere a supressão dessa questão do AR, que vai aparecer no próximo também, então a gente sugere a supressão do “AR” em tudo e a questão dos prazos, porque nesse § 3º fala “30 dias corridos”. No de baixo, fala “15 dias úteis”, que é o prazo de uma nova manifestação, no outro fala “15 dias” de novo. A gente padronizou tudo em 15 dias úteis, até para não gerar confusão. Então, todos os prazos que estão previstos aqui de resposta a gente padronizou com 15 dias úteis. Então é essa a nossa proposta, tá? Então, por isso tirar “30 dias corridos”, colocar “15 dias úteis”, por uma questão de padronização e para garantir... para todo mundo entender, ficar mais simples, que são 15 dias corridos para qualquer manifestação ou retorno. Aí a redação ficaria: “§ 3º: O prazo para resposta à notificação será de 15 dias úteis a contar do recebimento do expediente”. Ok? Eu recebi hoje, começa a contar-- Isso. Aí você tem 15 dias corridos para responder. É isso. Aham. “§ 4º: Após o recebimento das manifestações, havendo necessidade, poderão ser solicitados pelo CEAS esclarecimentos complementares, que deverão ser atendidos no prazo de 15 dias úteis a contar do recebimento da notificação, postado com aviso de AR”. Aí mesma coisa. Nesse caso, o prazo de 15 dias já está, que é o que a gente está justamente sugerindo padronizar, e aqui, nesse caso, a única sugestão é tirar esse “postado com aviso de recebimento (AR)”, pelo que a gente já explicou anteriormente. [Próximo, por favor.] No art. 11 também é uma questão de prazo. Aqui falava de 15 dias corridos, é aquilo que eu falei de... cada um estava de um jeito, então isso pode gerar algum tipo de confusão, enfim. Aí aqui trata sobre “15 dias corridos”. Nossa proposta aqui é só de alterar para “15 dias úteis”, padronizar toda a resolução com o mesmo período, porque tudo aqui está se tratando de retorno à manifestação, esclarecimento de manifestação, então por aí vai. Art. 15. Nossa sugestão é suprimir, porque fala que a natureza das denúncias será definida e disciplinada em resolução específica. Como eu disse, não tem publicação dessa resolução, o que gera, inclusive, uma insegurança jurídica, e, no nosso entendimento, a gente não conseguiu entender o que seria essa natureza também, porque lá atrás, no art. 2º, já conceitua o que é denúncia. Então, lá fala que é ato ou fato comunicado e que tem uma determinada situação. Se vai ser denúncia ou não, vai ser uma avaliação nossa. Então, assim, é até difícil você... na nossa avaliação, a gente conversou muito na Comissão de Normas, a gente delimitar o que é... sabe, é uma coisa muito técnica, muito

específica, para a gente conseguir fechar em uma resolução específica para isso, né? É uma complexidade muito grande, o que é uma coisa, o que não é... A gente entende que são situações que são, muitas vezes, subjetivas. Então, a análise nossa, a análise de quem receber é que vai dar esse crivo, que vai ser respaldado, obviamente, pela plenária. Então, por isso que a gente colocou, porque ela não tem efeito hoje e ela está atrapalhando lá atrás, porque lá atrás cita essa parte aqui, que... Então, assim, a nossa solicitação é suprimir. A gente acha que não tem prejuízo não ter essa classificação de natureza das denúncias, porque já é competência da comissão que for analisar, porque inclusive é uma coisa... Agora que eu lembrei, o Marcelo falou uma questão importante também. Lá quando a gente conceitua o que é denúncia, é ato ou efeito dentro das competências do CEAS. Então, a gente... de qualquer jeito, se a gente pegar lá tanto a Lei 12.262 quanto o nosso Regimento Interno, fala quais são as nossas competências. Então não é papel nosso averiguar denúncia que não está dentro da nossa competência. Então isso já está previsto lá atrás. Então, de certa forma, a lei já delimita o que é o nosso escopo de atuação. Isso foi... na época o Marcelo comentou na nossa reunião de comissão, e é isso. Alguém? Algum comentário? E aí só alteração do art. 17, que é revogar a resolução. Aí é a mesma coisa, só que nós vamos trocar qual nós estamos revogando, porque aí, como eu disse, a nossa ideia é o quê? São poucos pontos que a gente está mexendo, mas a ideia de ficar: “Ah, é a 642 alterada por tal, mas alterada com a redação só...”, essa coisa de mudar só uma frase ou outra complica em pesquisas posteriores, na transparência. Então, a ideia é revoga, revoga tudo, publica uma nova. É isso.

**Elder, Sedese:** Obrigado. Então a gente já pode votar as alterações... a resolução. Então os demais artigos ficariam iguais, né, João?

**João Paulo, Sedese:** Ok. Então vamos... Os conselheiros estão em condições de votar a alteração da resolução... a revogação da Resolução 642 e a aprovação desta nova resolução? Então, conselheiros que aprovam, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Obrigado, então, à equipe da Comissão de Normas, pelo excelente trabalho. Agora vamos para o próximo ponto de pauta, apresentação... Ai, desculpa!

**Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Eu tenho uma sugestão de encaminhamento: que a gente envie essa resolução para todos os conselhos municipais, para eles saberem qual é o passo a passo para fazer as denúncias, né, para seguirem o rito que a gente acordou aqui. Boa. Perfeito. Parabéns.

**Elder, Sedese:** Muito obrigado, Érica. Aí no e-mail é importante falar que a gente está encaminhando, que essa é uma resolução do Conselho Estadual, mas que os conselhos municipais podem se inspirar nessa resolução para fazer as suas próprias resoluções de apuração de denúncia. Sim, exatamente. Ok.

Próximo ponto de pauta, apresentação dos resultados parciais da pesquisa sobre acordos e parcerias entre municípios para a oferta de serviços de proteção social especial em Minas Gerais.

**Cristiano, Sedese:** Bom, boa tarde novamente. Cristiano. Para quem não conhece, eu respondo pela Superintendência de Proteção Social Especial na Subsecretaria de Assistência Social. Eu vou passar aqui então. A gente fez esse informe lá na CIB, aí eu vou falar um pouquinho e vou tentar apresentar já... vou apresentar aqui um pouco dos resultados parciais que a gente já tem. Mas antes, só para contextualizar, a gente tem feito várias pesquisas lá na SUBAS, na subsecretaria, e esse planejamento, ele está desde o ano passado. E aí retomando, né, eu falei antes sobre a Câmara Técnica da

Proteção Especial que existe no âmbito da CIB. Essa câmara técnica, que foi criada lá em 2021, ela pactuou cinco produtos de discussão. Dos cinco produtos que a gente pactuou lá na câmara técnica, a gente já finalizou quatro produtos. O quinto produto era a discussão sobre consórcios públicos. A gente fez, iniciou essa discussão ainda na câmara técnica em 2023, no final de 2023, ou 24, mas aí ela não foi para frente, a CIB entendeu que não havia ainda maturidade suficiente para fazer essa discussão na CIB, a gente não quis insistir, e aí no planejamento do ano passado o que a gente fez? A gente inseriu a aplicação de uma pesquisa porque a gente tinha entendido que os dados que existem hoje no Censo SUAS são insuficientes. Na verdade, o Censo SUAS, ele... no Censo SUAS do acolhimento, se não me engano, né, João, tem só duas perguntas a respeito da oferta em parceria de serviços de proteção especial. Então tem lá no Censo SUAS do acolhimento institucional a pergunta 8, se não me engano, que pergunta: “O município oferta esse serviço em parceria com outros municípios?”, “o município recebe crianças e adolescentes de outros municípios?”. Então o censo só tem duas perguntas a respeito disso, mas nos últimos anos nós lá na gestão recebemos diariamente muitos pedidos de apoio técnico dos municípios tanto em relação aos serviços que eles já vêm executando, principalmente no acolhimento institucional, existem muitos acolhimentos institucionais que acolhem — principalmente esses que estão na sede das comarcas —, acolhem crianças e adolescentes dos municípios menores, então isso já é uma realidade de anos no estado. O que a gente identificou nos últimos anos é que muitas dessas parcerias não são formalizadas. Normalmente... normalmente não, né, mas em algumas situações acontecem coisas, assim, realmente até graves, que é tipo: houve uma determinação judicial para acolhimento de uma criança, o prefeito, que é amigo do outro prefeito, liga para o outro prefeito e fala assim: “Acolhe essa criança para mim, que eu preciso tirar ela daqui porque eu...”, e aí vai desse jeito. Infelizmente é dessa forma. E aí essas parcerias ficam sem nenhuma formalização depois, e aí isso cria, naturalmente, desproteção tanto para a criança que está lá no abrigo quanto para a família que está lá no município de origem dessa criança, que está sem acompanhamento nenhum. Então, pensando nisso, a gente teve uma primeira iniciativa, que foi em 2023, com a publicação de uma cartilha introdutória com um início de diretrizes, parâmetros para essa oferta compartilhada de serviços, principalmente pensando na necessidade de fluxos de acompanhamento nos municípios de origem, para garantir que esse acolhimento seja de fato provisório e excepcional, e outros parâmetros também que a gente trouxe nesta cartilha. Mas de lá para cá a gente avançou, e aí no ano passado, como eu falei, a gente decidiu aplicar essa pesquisa, e aí, por vários motivos, a gente não conseguiu aplicar no ano passado e aplicamos agora, no mês de março. Só para dizer que essa pauta é uma pauta que sempre que a gente toca nela ainda, e eu falo isso infelizmente, ainda é muito polêmica no SUAS. Não sei se no SUAS de outros estados, mas aqui em Minas Gerais muitas vezes há um desconhecimento em relação, por exemplo, ao conceito e o que... do que se trata um consórcio público. Quando a gente... a gestão estadual traz essa pauta, muitas vezes a gente já ouviu, eu já ouvi isso: “Ah, o estado está querendo fugir da sua responsabilidade”, e aí eu digo: Não, porque isso está lá nas nossas competências, na Lei Orgânica de Assistência Social. Lá no art. 13, se não me engano, da Lei Orgânica de Assistência, nas competências do estado, uma das competências que estão descritas lá

é: “O estado deve fomentar consórcios públicos e associações de municípios”. Então, a nossa competência é de apoiar. Então, para a gente apoiar, a gente precisa conhecer o cenário. Então, essa pesquisa, ela está inserida nesse contexto, tá? A pesquisa foi iniciada agora em maio, a aplicação dela... na verdade, final de abril, ela vai até o dia 31 de maio. Naturalmente, a gente está sempre em contato com a DIVISOM, que está nos apoiando também, para ir identificando o volume de respostas, porque dependendo, assim, a gente pode estender um pouco mais o prazo, mas a pesquisa já está rodando. E aí, aqui é só para registrar o que a gente já falou lá na CIB. O que a gente está pensando? A pesquisa já está acontecendo. A gente fez uma divulgação no site, no blog, as diretorias têm apoiado, as diretorias regionais da SEDESE, Associação Mineira de Municípios tem apoiado também, e o COGEMAS... na sexta-feira a gente também fez essa divulgação lá para divulgar, para colaborar na divulgação. Essa ação, ela está prevista no nosso Plano Estadual de Assistência Social como uma ação de elaborar um documento de diretrizes. Então, quais são os próximos passos que a gente está pensando? Assim que a gente tiver a pesquisa finalizada, nós vamos elaborar um relatório com os resultados dessa pesquisa para poder divulgar no site, no blog, a gente vai solicitar à Comissão Intergestores Bipartite a retomada das discussões na câmara técnica, porque a ideia é: assim que a gente retomar a câmara técnica, a gente levar os resultados para discutir na câmara técnica e, juntos, com a câmara técnica, pensar essas diretrizes estaduais para oferta de serviços, e aí, de uma maneira mais ampla, na proteção especial de forma compartilhada. Acaba que a pesquisa, assim... as pessoas acham que é sobre consórcios, mas a pesquisa não é sobre consórcios; a pesquisa é acordos e parcerias, porque existem no estado mais ou menos, segundo o nosso levantamento, cerca de 20 consórcios públicos de fato, que atuam como consórcios públicos, que também executam serviços da proteção especial, a maioria deles abrigos institucionais para crianças e adolescentes e uns poucos lá para abrigamento de mulheres vítimas de violência. Mas a pesquisa não fala só sobre consórcios, porque, como eu falei, existem parcerias no estado que estão acontecendo sem formalização e existem parcerias que são executadas por meio de convênios, que é um outro instrumento jurídico possível. Então, a partir dos resultados da pesquisa, a gente quer identificar como é que estão essas parcerias, quantos municípios estão executando, quantos são convênios, quantos são consórcios, para cruzar com outras bases de dados que a gente tem também tanto no Censo SUAS quanto outras bases, para levar isso para a câmara técnica e pensar de fato uma orientação, uma cartilha, um manual, para complementar o manual que a gente já tinha publicado em 2023, que ficou muito restrito à alta complexidade. Lá no Congresso da AMM, a Mariana fez uma apresentação sobre consórcios públicos na assistência também, inclusive lá houve uma discussão, porque o... uma discussão sobre CREAS consorciado, e aí a Mariana fez questão de dizer isso lá: “Não existe nenhum estudo em relação a isso. A gente não está propondo essa discussão para transformar nenhum CREAS Regional em CREAS consorciado. A gente precisa estudar o assunto”. E mesmo se fosse também, um consórcio público, ele não é um serviço terceirizado. Um consórcio público é um instrumento jurídico que está baseado na legislação, uma legislação robusta, é de direito público. Então, a partir do momento que é criado um consórcio público, cada município que faz parte daquele consórcio, o consórcio

público vira administração indireta daquele município, então continua sendo estatal. Então, essa discussão toda a gente vai fazer na câmara técnica, mas é só para já adiantar essa polêmica, né? Mas, enfim, a gente precisa fazer um documento de orientação, porque essa é uma realidade, já existe no estado. Então, acho que isso é uma demanda também dos municípios, né? Bom, vou passar aqui rapidamente a pesquisa, só para vocês terem uma ideia, assim. Como é que eu... Deixa eu tentar aumentar aqui. Espera aí. **Cristiano, Sedese:** Esse é o formulário da pesquisa. Eu fui preenchendo aqui só para vocês verem mais ou menos o que ele tem, e depois eu vou mostrar o resultado parcial que a gente já tem, tá? Aí aqui tem os dados do responsável pelo preenchimento, quem é que está preenchendo, telefone de contato, e-mail. Aí vem... começam as perguntas, né? “O município possui acordo ou parceria?” Sim ou não. “Quantos municípios integram?”, “quais municípios integram?”, “envolve qual serviço da proteção especial?”, “se envolver a média, qual é o serviço?”. Então aqui a gente pergunta qual é o serviço. Inclusive, o serviço de atendimento a crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é um dos serviços da média complexidade que podem ser executados por meio de consórcios públicos, está no SINASE inclusive. “Se é da alta, para qual público e qual a modalidade?”, “o que gerou a necessidade de fazer essa parceria para executar esse serviço de forma consorciada ou regionalizada?”. Aí tem algumas perguntas. “O município tem diagnóstico sobre isso?”, “o serviço está previsto lá na lei municipal?”, e aí tem várias outras perguntas aqui. O formulário é um formulário que não é muito grande, ele é bem intuitivo, e a gente acredita que didático, então ele está bem fácil de responder. Então, aqueles municípios também que têm interesse de compartilhar a experiência, tem um campo aqui também para compartilhar a experiência. E aí, por fim, aqui os resultados parciais. A gente acompanha em tempo real os preenchimentos. **Elder, Sedese:** Cris. **Cristiano, Sedese:** Oi? **Elder, Sedese:** Só um momento, que a Macielle tem uma pergunta. **Cristiano, Sedese:** Sim. **Elder Sedese:** Pode ir. **Macielle, CMAS de Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS Teófilo Otoni. É só uma pergunta: quando são feitas essas parcerias, como é analisada a questão do número de equipes para atendimento? Porque, querendo ou não, quando... Um exemplo: o meu município atende outros municípios também, então a equipe que tem lá fica sobrecarregada. Como é feita essa análise para contratação de novas equipes? Isso é orientado à gestão a contratar novas equipes? Como é realizada essa questão? Eu estou dando exemplo porque no meu município eu sei que há uma sobrecarga, e a equipe é pequena para o número de atendimentos. **Cristiano, Sedese:** Bom, como eu falei, hoje, atualmente, não existe nenhum material de orientação técnica nacional e nem estadual sobre a oferta de serviços compartilhados, consorciados, ou mesmo regionalizados. Lembrando que a gente tem uma legislação que fala de serviços regionalizados desde 2013, mas é uma única legislação, que é uma resolução da CIT e uma resolução do Conselho Nacional. Na verdade, não existe nem orientação técnica do PAEFI, que é o principal serviço executado por CREAS municipais. A gente teve, quando a gente implantou os CREAS regionais, lá em 2015, que elaborar um caderno de orientações sobre o serviço regionalizado, porque não existia parâmetro. Então, na média complexidade não existe parâmetro para oferta... existe nos nossos CREAS regionais, mas para outros serviços de média complexidade não existe orientação técnica sobre a

oferta de serviços compartilhados; e na alta complexidade, também não. Na alta complexidade, como eu falei, a gente elaborou um material introdutório sobre a execução de serviços por meio de consórcios para... principalmente para briga institucional, e aí a gente tem algumas diretrizes em relação à oferta do serviço. De qualquer maneira, o abrigo... a questão do RH é normatizada pela NOB-RH, que também não fala... Ela fala sobre serviço municipal; ela não trata de, no caso, equipamentos que são regionalizados ou são ofertados em parceria com mais de um município. Então, eu estou dizendo isso por que? Porque essa discussão que a gente quer fazer na câmara técnica é inclusive para isso, para discutir esse tipo de parâmetro. Por exemplo, o RH de um abrigo institucional para criança e adolescente que oferta o serviço de um modo compartilhado, qual é o parâmetro que a gente vai usar? Porque no caso da NOB-SUAS, ela trata lá de cada equipe responsável por uma quantidade de crianças, e o abrigo, ele tem um parâmetro: abriga 20... até 20 crianças e Casa Lar, até dez. Então, o parâmetro que existe é esse, que é o que está estabelecido inclusive na tipificação da capacidade instalada de um acolhimento. Essa discussão do acolhimento regionalizado, em parceria ou consorciado, a gente não vai ampliar a capacidade instalada, porque a gente vai manter... E é lógico que nem poderia, porque essa capacidade, ela já está estabelecida na legislação, que é a tipificação nacional de serviços assistenciais. É isso, né, Tatiane? Porque eu vi que você estava levantando. Você ia comentar, mas é isso? **Tatiane, Subas:** Oi. Só... É isso mesmo que o Cris falou. E, assim, por exemplo, estava falando de Família Acolhedora. Família Acolhedora é uma equipe para cada 15 famílias... crianças ou adolescentes e famílias acolhedoras. Então, a ideia é a gente... como não existe uma normativa nacional, é a gente manter o que está disposto nas orientações, então abrigo institucional é uma equipe para até 20; Casa Lar é uma equipe para até dez; Família Acolhedora, uma equipe para até 15. Mas o objetivo da câmara técnica é justamente a gente trazer essas discussões e ver se... o que há de diferente ou o que converge, o que há de diferente na oferta do serviço para mais de um município, para a gente tentar estabelecer alguns parâmetros. Lembrando que a gente não vai fugir do que está previsto na tipificação, tá bom, mas sua pergunta-- **Cristiano, Sedese** Agora... Não, desculpa. **Tatiane, Sedese:** Não, mas é isso. **Elder, Sedese:** É, o seu nome. Nome. **Tatiane, Sedese:** Ah, tá. Tá. Desculpa, gente. Tatiane, diretora de Alta Complexidade da SUBAS. **Cristiano, Sedese:** Agora, só um detalhe: que, assim, são duas discussões que a gente precisa... já está fazendo e precisa fazer. A primeira é a questão da equipe mínima que está disposta lá na NOB-RH. Equipe mínima não significa equipe única, limitada ao mínimo que está lá. Então, se um abrigo institucional, ele tem lá a capacidade dele instalada de 20 crianças e ele tem um RH, que é a equipe mínima, já estabelecida na NOB-RH, isso não significa que ele pode ter mais profissionais, tá? Agora, isso esbarra na segunda discussão, que é a respeito do cofinanciamento. Então, acho que toda essa discussão sempre quando a gente faz esse serviço, acho que isso sempre é trazido aqui na CIB, a gente tem logicamente que sempre combinar essa discussão também com a discussão do cofinanciamento, porque também não adianta a gente dar uma diretriz para o município, que no caso de um abrigo institucional que está atendendo mais de um município, o RH dele é insuficiente, ele precisa contratar mais, se o recurso que está sendo utilizado ali é só recurso municipal, porque o recurso federal, por exemplo, é um

recurso de R\$ 3 mil, que eu vi, a última vez que eu vi as parcelas pagas de um dos municípios que é cofinanciado para abrigo institucional, está recebendo R\$ 3 mil, que também não é quase nada. E o recurso estadual não existe para acolhimento institucional. A gente está cofinanciado agora 16 municípios para o Família Acolhedora, mas também é insuficiente. Então, estou dizendo isso também porque a gente está ciente dessa discussão, tá? Só um último ponto a respeito desse comentário: é porque quando a gente fala que o estado... nacionalmente a gente não tem orientação técnica, e no estado a gente tenta cobrir essas lacunas, como a gente fez no ano passado, com orientações técnicas para equipes de referência da proteção especial em municípios sem CREAS, que não existe orientação nacional e a gente criou uma aqui no estado, isso não quer dizer que a gente não precise continuar fazendo as pressões necessárias junto ao Governo Federal para fazer essas discussões lá na CIT e no Conselho Nacional também, porque existem várias câmaras técnicas lá funcionando, existe uma discussão longuíssima sobre o caderno de orientações do PAEFI, que não existe, caderno de orientação para o serviço de acolhimento para idosos, caderno de orientação para o serviço de acolhimento para mulheres vítimas de violência, e a gente precisa garantir que essas discussões sejam nacionais também, porque senão a gente cria uma distorção do Sistema Único de Assistência Social no Brasil com estados executando de acordo com suas próprias legislações. E nós somos uma Federação. Então, é importante que cada estado execute o sistema único da maneira como tem que ser executado de forma nacional. Não pode o Paraná executar de um jeito, Minas Gerais executado de outro e Roraima, de outro. Então, acho que isso é uma discussão também que tem que ser levada em âmbito nacional. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Só registrar também, porque quando essa discussão dos consórcios apareceu na apresentação da CIB, surgiu também um debate que está muito conectado nessa questão, que é sobre a regionalização. E aí é entender... A Mariana também fez uma fala lá interessante sobre essa perspectiva, e até o próprio posicionamento do governo sobre a perspectiva da regionalização, o que dentro desse esforço de compreender as iniciativas dos consórcios que já acontecem nessas parcerias o que... eu gostaria de saber o que elas... dentro da perspectiva da regionalização, que a gente tem um... a gente tem consenso, mas a gente, em alguns momentos, em algumas questões, a gente tem que voltar atrás, tem que reconhecer que talvez não é a estratégia ideal 100%, mas é entender, dentro dessa perspectiva dos resultados da pesquisa e desse esforço para construir as orientações no sentido das parcerias e dos consórcios, o que tem ligação com a perspectiva da regionalização dos serviços, que aí a gente está entrando no período de conferência. A gente sempre recebe muita demanda das problemáticas da regionalização, mas entendemos também que ela não é de todo ruim, mas ela precisa sempre estar constantemente reavaliada, e entender se a pesquisa e se essa discussão dos consórcios também vai nessa direção. **Cristiano, Sedese:** Bom, legal. É, essa... a gente deu uma pitada dessa discussão lá na CIB, né, e eu acho que essa discussão é bem importante. E ela envolve muitos aspectos, sabe, Matheus, porque, assim, como eu falei, a regionalização do serviço da proteção especial, não com esse nome, ela também está prevista lá na Lei Orgânica da Assistência Social, que é de 93, e também na lei estadual. De lá para cá, pouco se avançou na discussão sobre oferta. O

que está lá na LOAS? Quando a demanda justificar, isso está em um dos artigos... em um dos incisos lá daquele art. 13, se não me engano, lá que fala da competência do estado. Quando a demanda justificar ou quando os custos justificarem, pode haver uma oferta regional. Só que desde 93 isso foi pouco regulamentado. Então, quando saiu o aceite federal em 2014 para os estados fazerem serviços regionalizados, dos 26 estados, eu não sei qual é hoje o panorama nacional, mas, assim, são muito poucos estados que implantaram serviços na média e na alta. Na alta, quase nenhum. Na média, alguns implantaram, inclusive Minas Gerais, com os CREAS regionais. E o que a gente citou lá na CIB é que a experiência de Minas Gerais com a regionalização da média complexidade por meio dos CREAS regionais, ela é altamente desafiadora. E aí, é lógico, nós estamos falando também de orçamento público, mas é lógico, tem um critério, que é aí a questão do valor, que é a despesa que é executada por meio de CREAS regional, comparada com a efetividade. A gente fez uma regionalização... um reordenamento importante junto com o CEAS aqui em 2022, que foi fundamental a discussão que a gente fez aqui em 2022, porque, por exemplo, a gente tinha municípios abrangidos em um dos nossos CREAS regionais, que é no Alto Jequitinhonha, que atende a Comarca de Diamantina, a gente atendia oito municípios. Como é que você garante a efetividade de um atendimento para oito municípios? A gente tem duas equipes em cada CREAS regional e um carro. A equipe não passa viajando de segunda a sexta nos municípios. Não tem como, porque a equipe precisa fazer relatório, precisa fazer um monte de outras coisas. Ela precisa ter o tempo dela na unidade escrevendo, analisando, discutindo, estudando os casos. Então, a equipe passa mais ou menos três dias por semana viajando aos municípios, porque esse modelo de regionalização da média que foi implantada em Minas Gerais, esse modelo implantado, ele prevê essencialmente a oferta no município. Então, a equipe é que vai atender no município, e não a família que é atendida na sede. Então, isso significa viagens semanais. Como é que você atende um município que está há quatro horas de distância? Que a gente tinha municípios que era assim, porque eram três horas para chegar da sede do CREAS até o município, na sede urbana do município, e mais uma hora de estrada de terra para chegar até o povoado onde a família estava. Então a equipe ia ficar mais tempo na estrada indo para o município do que fazendo o atendimento, e isso é... para a equipe, né, você pensa: você passa... uma equipe que trabalha oito horas por dia, ela ia passar seis horas do dia viajando dentro de um carro, né? Então a gente fez uma discussão aqui no CEAS, e um dos critérios que a gente mudou do reordenamento que foi feito em 2022 em relação a isso é limitar a distância até duas horas. E aí, lá na CIB, a Mariana até citou isso, é uma discussão que a gente precisa fazer. Será que a gente garante a efetividade fazendo um atendimento de um município, seja ele consorciado, regionalizado, que fica a duas horas de distância da sede do serviço? Você tem uma hora para ir e uma hora para voltar? Não sei. Por isso que a gente fez a discussão aqui, que talvez a primeira estratégia que a gente tinha para ampliar a oferta regionalizada de média complexidade seria cofinanciar os municípios com CREAS municipais, mas não todos; aqueles que a gente identificou no diagnóstico com alta incidência. Porque se um município, ele tem alta incidência de violência, a estratégia para ele não pode ser serviço regionalizado. A estratégia para ele tem que ser um serviço municipal cofinanciado. Então, assim, só para fechar essa discussão, eu acho que, assim,

lá em 2021, quando a gente fez a discussão da câmara técnica, quando a gente abriu a câmara técnica, a gente lá da proteção especial disse o seguinte: “Olha, o estado tem 853 municípios. E 92% desses municípios tem menos de 50 mil habitantes. A gente tem pelo menos uns 400 aí com menos de 10 mil habitantes. Esses municípios estão sem cobertura de proteção especial. Precisamos ampliar a cobertura. Como é que a gente vai fazer isso? A gente precisa pensar estratégias”. O município tem alta incidência? Cofinanciamento do serviço municipal. Município que tem baixa incidência, aí a gente precisa fazer outras discussões, que é: equipe de referência da proteção especial? Talvez. Esse município, ele é um município de 4 mil habitantes, ele tem dois casos, um caso, três casos, poucos casos. Talvez uma equipe de referência dê conta. Estão precisando de orientação técnica para ajudar os municípios, cofinanciamento também. A regionalização pode ser uma estratégia, o consórcio pode ser uma estratégia, mas a gente precisa definir bem os critérios, porque não é para todo mundo. A gente não vai ampliar massivamente a proteção especial no estado só com a regionalização. A gente precisa ter outras estratégias. E aí, comparando, inclusive, que é isso que o Matheus falou, com a avaliação do que já existe, para a gente não cometer erros em relação a isso. Mas é isso. **Elder, Sedese:** Lucas, depois Rosa. **Lucas, Formeas:** Lucas. Ô, Cris, na medida que você foi fazendo a apresentação do formulário, me veio alguma perspectiva. Esse é para poder fazer o mapeamento especificamente daqueles municípios que existem acordo e parcerias entre si para poder fazer a execução da política pública, é isso, né? Então beleza. Aqueles municípios que responderem negativamente, ou seja, que ele não tem essas parcerias, esses acordos entre os municípios e que, por via de consequência, ele tem por obrigação execução da política pública, ou seja, ainda que seja um caso, dois casos atender aquilo ali, como é que a SEDESE vai tratar esse dado de toda negativa? Vai ser tratado positivamente, para que seja incentivada a realização de um consórcio, ou vai ser interpretado negativamente, na perspectiva de que: “Olha, precisamos ainda dos dados das demandas que tem no município para a gente saber qual é a melhor solução”? Por quê? Como você disse, em 2021 começou a discussão da questão dos CREAS municipais, e esse CEAS efetivou a decisão de um projeto da SEDESE de reorganizar a política pública, saindo da regionalização, passando para a municipalização, conforme já era previsto e expectativa da política pública de nível nacional e também de nível estadual, que foi redesenhada de uma maneira muito doida, né, nesse processo. Então, eu queria saber como é que é a perspectiva da SEDESE nesse ponto em específico daqueles municípios, que ali tem um índice muito baixo de respostas, que 291 é quase um nada no meio desses 853 municípios? Como é que isso vai ser interpretado? E se não houver pelo menos 50% das respostas dos municípios, ainda assim isso vai ser levado como um parâmetro para poder ser implementado dentro do estado inteiro. Muita coisa, né? **Cristiano, Sedese:** Bom, vou tentar lembrar tudo que você trouxe, que eu não sei se o Matheus... eu respondi a pergunta dele, né, que foi bem complexa também. Primeiro que, assim, a pesquisa está em aplicação ainda. Como todas as pesquisas, algumas são... algumas fazem mais sucesso do que outras, né? A gente aplicou recentemente uma sobre medida socioeducativa que a gente teve quase 90% de respostas assim, né? É. A de... essa de consórcios... Na semana que vem a gente vai... a gente está monitorando, acho que

realmente, assim, ainda é um número baixo, falta uma semana para concluir, mas como a gente fez com outras pesquisas, provavelmente a gente vai estender o prazo e dar uma fortalecida na sensibilização. Pedir o apoio das diretorias regionais, da AMM, do COGEMAS, para poder sensibilizar os municípios para responder. Em relação aos municípios que vão responder que possuem algum tipo de parceria, é um número baixo de fato. A gente tem um controle, como eu falei, paralelo, e aí no controle paralelo só de consórcios a gente identificou 20, que até é um número que não é pequeno, não. Vinte consórcios é um número até grande. Razoável. É, grande não; razoável, né? Mas existe um número grande de municípios que a gente imagina... grande também não, mas um número considerável de municípios, que é uma hipótese, que estão executando serviços de outras formas. Então, assim, existem várias possibilidades com as respostas que a gente vai captar. Uma das possibilidades é essa, a gente capturar essa resposta de municípios que não executam por meio de consórcio, mas estão executando por meio de parceria. E tem umas perguntas aqui, que é: que tipo de parceria você está executando? Ela está formalizada? É um convênio, não é um convênio? É um termo de cooperação técnica ou não é um termo de cooperação técnica? Até para poder entender também qual é essa realidade e também concentrar esforços para apoiar melhor esse município para ele formalizar essa parceria. E aí tem uma segunda questão, que é a seguinte: essa é uma realidade. É uma realidade. Os municípios já executam muitos serviços dessa forma, por diversos motivos. Inclusive, o questionário tem uma pergunta, que é por que ele está executando dessa forma, por que o município está fazendo parceria com outros para isso. Boa parte das respostas, eu imagino, de acordo com os nossos acompanhamentos, tem sido por meio de pressão do sistema de justiça. Então, como você falou, se o município tem um caso, o promotor, ele entende o seguinte: "Você precisa atender. Você vai criar uma Casa Lar aí para atender essa criança". E dependendo da relação que existe com o município e dependendo também da forma como o município responde a isso, isso vira um problema, porque aí vira um TAC, ou vira outra coisa. É. E aí mais cedo eu até ouvi... acho que foi a representante do COGEMAS que falou uma coisa importante aqui, que é assim... E isso a gente faz o apoio técnico nesse sentido. Não é o sistema de justiça que vai dizer qual é a modalidade melhor para atendimento daquela criança; é a Política de Assistência Social que tem que falar. Agora, o gestor, muitas vezes, ele fica em uma situação frágil diante disso, né, e às vezes tem assessoria para poder responder à altura o Ministério Público para dizer: "Olha, essa determinação judicial que você está me fazendo cumprir aqui, ela está errada. Não é você que vai falar a melhor forma de atender essa criança; é a assistência social que vai dizer. Eu vou cumprir, mas dentro daquilo que está estabelecido dentro da Política de Assistência Social". Agora, para o gestor fica complicado fazer isso, porque muitas vezes não chega nem para o gestor essa determinação; chega para o assistente social lá do CREAS ou do CRAS, né? E aí é isso. Então, assim, para esses municípios que estão nessa situação, a gente vai precisar discutir juntos lá. Como eu falei, a gente precisa pensar estratégias diferentes de acordo com cada situação, e isso envolve também o envolvimento do município na sua vigilância socioassistencial. Olha lá o João. Porque é isso, né? Eu disse que essa semana atendi três municípios: Pompéu, Araporã, que é esse que fica lá na divisa com Goiás, e um outro que é um município pequenininho também, eu esqueci o nome dele. Mas ele estava

dizendo isso, dessa relação lá com o sistema de justiça, e aí eu perguntei: O município tem vigilância? Não, porque a maioria dos municípios são muito pequenininhos, gente. São municípios de 8 mil, 6 mil habitantes e 7 mil habitantes. Ele tem o CRAS, no máximo ele vai ter ali uma equipe de referência, que às vezes não é equipe, é um técnico de referência que fica lá na gestão atendendo os casos da especial, e é isso. Acabou. CadÚnico e Bolsa Família, acabou, e o secretário, secretária. Mas aí a vigilância é importante, porque o município precisa ter o mapeamento também das suas situações, até para cruzar com esses outros dados que a gente vai apresentar também, porque dependendo da demanda do município, a gente vai precisar pensar qual é a estratégia para ele: é uma equipe de referência da proteção especial? É um CREAS municipal, dependendo da incidência da demanda? É um consórcio? Mas é um consórcio que tem que ser feito... Por isso que eu estou dizendo, a gente precisa discutir os critérios, porque não é para todo mundo. A gente não pode dar uma orientação universal nesse sentido, porque vai depender da realidade daquele município. Então a gente vai precisar discutir muito juntos isso e ouvir os municípios também, né? Rosa. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa— Pode, pode ir. aqui, ó. O quê? Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. Cris, no serviço de acolhimento nós temos outros públicos, e aí eu queria entender por que só a criança e o adolescente nessa pesquisa. É, porque até agora você só falou de criança e adolescente. **Cristiano, Sedese:** onde que existe mais é aí. **Rosalice, Cmssvp:** É. Porque nós temos acolhimentos institucionais para pessoas idosas que em muitos municípios não têm esse serviço, têm que fazer parcerias com outros municípios, e é um público que cada dia que passa está aumentando. E nós temos uma perspectiva que esse serviço para a pessoa idosa, ele vai ter que ser até repensado e até acrescentar outros tipos de serviços, porque nós que trabalhamos diretamente com a população em situação... com a população idosa, nós sabemos que a política, ela é limitada. Ela se torna um pouco limitada, né, que nós poderíamos ter outras opções para a pessoa idosa que não seria só o acolhimento. E ele está sendo... o que seria o último está sendo a única opção de muitas famílias. **Rosalice, Cmssvp:** É, sendo a melhor opção para garantir os direitos dessa pessoa idosa. Aí eu queria também ouvir um pouquinho desse acolhimento para a pessoa idosa, como é que está sendo essa pesquisa, já que existe todos os públicos, né? **Mayra, Apae-BH:** E pegando também o gancho para pessoa com deficiência. Mayra. **Mayra, Apae-BH:** Mayra, APAE-BH. **Cristiano, Sedese:** Eu preciso sempre falar meu nome e o lugar, gente? Como é que é? Cristiano, SEDESE. Então, respondendo à pergunta de vocês, no formulário tem todos os públicos, tá? A gente está falando muito de criança e adolescente porque a realidade dos que já existem hoje, de acordo com os nossos levantamentos, é mais de criança e adolescente. Se não me engano, acho que não tem nenhum de pessoa idosa, não, que a gente já viu, né? E nem para pessoa com deficiência, também não, né? Mas, assim, concordo demais, a demanda por esses dois públicos é gigantesca no estado. Apesar do alto número de abrigos institucionais para a pessoa idosa no estado, o número ainda é muito insuficiente, tendo que fazer essa discussão que o abrigo hoje tem sido a única opção. Tem uma discussão que precisa ser feita, acho que na CIB também a Dra. Érika citou nisso, de outras possibilidades, apesar de não serem tipificadas, né, até foi feita...acho que a Jéssica fez uma intervenção lá também, que, assim... e eu falei isso

também, né? Tem uma preocupação de a gente garantir aquilo que já está na tipificação, mas eu acho que a gente pode fazer outras discussões também, logicamente que garantindo aquilo que já está estabelecido, mas a gente tem experiências de outros estados e de alguns municípios, por exemplo, executando o Família Acolhedora para pessoa idosa, tem o Centro Dia também, que poucos municípios, quase nenhum município do estado hoje executa o Centro Dia para pessoa idosa, o serviço no domicílio, tanto da básica quanto especial, poucos municípios executam. Belo Horizonte. Belo Horizonte. **Cristiano, Sedese:** É. A APAE que executa. É. Esse serviço inclusive— Esse serviço. Pessoal! Pessoal!. É. Esse serviço, inclusive, no domicílio a gente tem algumas boas experiências, tem uma experiência de Nova Lima. Se não me engano, acho que a APAE assumiu lá em Nova Lima... Contagem, né? Belo Horizonte. Belo Horizonte? Em 2018. Em 2018. Mas tem um serviço que, se não me engano, é em Contagem ou— Em Contagem é na básica. domicílio? É na básica? Na básica? Então, assim, tenho algumas experiências-- Nova Lima esse ano. Sim. Nova Lima é na básica e na especial também? Na básica e na especial. Então, assim, tem algumas experiências. Então, assim, tanto os serviços que já estão tipificados, como esse, né, pegar isso, mas a gente precisa pensar os parâmetros. Porque, assim, a principal... uma das preocupações que existem é: tanto para criança e adolescente quanto no caso de idosos e pessoas com deficiência, a garantia do acompanhamento e de que esse acolhimento seja provisório. A gente sabe que a realidade muitas vezes não é, mas, assim, esse estigma, por exemplo, de longa permanência é um estigma muito pesado para as unidades de acolhimento para pessoas idosas. Então, a gente precisa garantir primeiro a qualificação desse serviço também para garantir a qualidade de vida das pessoas que estão lá. Tem várias discussões paralelas que têm que acontecer, que é essa articulação com a política de saúde, que acho que ainda precisa-se avançar muito, tanto no acolhimento para pessoa com deficiência quanto no acolhimento para pessoa idosa. Então, assim, quando você pensa um serviço desse, que é executado em parceria com outros municípios, triplicam os desafios que naturalmente já são do serviço, se ele é em âmbito municipal, né? Mas acho que é isso, na hora que a gente estiver na câmara técnica, esses pontos todos vão ter que ser trazidos para a gente poder fazer essa discussão juntos lá. **Elder, Sedese:** Lucas, depois Lais, depois... Ok. Lucas e Lais. **Cristiano, Sedese:** Só... posso só dar um.. **Elder, Sedese:** Deixa o Lucas perguntas, aí você complementa. **Lucas, Formeas:** Lucas, do FORMEAS. Me colocou um boi atrás da orelha, né, não foi só o carrapato, não. Tem muitas nuances nessa discussão porque... eu estava falando até aqui com a Patrícia, porque a partir dessa pesquisa, desse mapeamento que está sendo feito, tem diversas nuances que a gente vai ter que verificar daqueles municípios que têm a demanda, que não fazem absolutamente nada por falta de técnico e também de gestor capacitado, e que ele encaminha para o município vizinho e sobrecarrega a equipe do município vizinho, e não tem um mapeamento direto disso. Tem caso daquele município que ele vai compreender que, depois de elaborada uma cartilha sobre a construção desses serviços podendo ser executados por um consórcio, que a política pública está encaminhando para que esses municípios se organizem sozinhos por meios desses consórcios, então pode ser que ali tenha um efeito manada nesse sentido, porque a gente sabe que mesmo que seja um texto de orientação, ele vai caber interpretação. E esse é o grande receio que eu

tenho, em não especificamente com relação à pesquisa, porque a pesquisa, ela é fantástica. Eu acho que ela precisava de mais informações para poder fomentar mais a discussão. Mas, assim, a minha preocupação está justamente nesse sentido. E um outro ponto, que a Rosa trouxe é a questão do acolhimento para pessoas idosas. Acredito eu que no estado de Minas, pelo menos até onde eu sei, não existe consórcio que execute o acolhimento institucional direto, né? Isso é feito pelas próprias instituições de longa permanência para pessoas idosas, as entidades e organizações da assistência social, e que fazem essa articulação regional, buscam essa parceria para poder dar conta de financiar o serviço que é executado, que muitas das vezes o município sede não dá conta de passar o repasse para poder manter aquele serviço. Então, é uma questão que tem impacto direto até mesmo na atuação entidades e organizações de assistência social, que a gente também precisa medir o impacto disso, porque, veja, na medida em que a gente orienta a possibilidade de consórcio para acolhimento institucional de pessoas idosas especificamente, porque hoje isso é mais dominado pela entidades e organizações de assistência social, você vai ter um impacto muito grande de queda de parcerias com quem já tem expertise e capacidade técnica, você pode ter também uma questão de monetização do serviço, porque consórcio, ele também pensa nessa questão do lucro.

**Cristiano, Sedese:** Não. É só de direito público. **Lucas, Formeas:** Pelo menos alguns, né? **Cristiano, Sedese:** É de direito público. Não tem lucro. Não é privado. **Lucas, Formeas:** Não. Eu falo no lucro da perspectiva de que, olha, a gestão, ela vai ter um caixa sempre positivo, né? Não é o estado... não é aquilo que se vê do estado que tem que executar a política pública, independente de ter o recurso ou não, né? É uma perspectiva que eu tenho, né, Cris? Então, eu acho que vai ter um impacto muito grande também nessa questão das entidades. E pode ser que seja a terceirização da terceirização do serviço: o consórcio contratado a entidade para poder executar o serviço. Então, eu te mando, você manda alguém, manda alguém e manda outro. Então eu acho que é uma preocupação também.

**Cristiano, Sedese:** Só comentar rapidinho. São muitos pontos, né, assim. Eu acho que esses pontos todos a gente vai tratar na câmara técnica, mas primeiro: a pesquisa, ela não tem a intenção de responder 100% das perguntas. E sempre é uma preocupação, quando a gente aplica uma pesquisa, de não fazer um formulário muito grande, porque senão ninguém responde. Então, a gente precisa ser cuidadoso também com a forma como a gente está aplicando para que os municípios consigam fazer... responder o questionário. Esse é um ponto. Segundo ponto: a pesquisa, ela não é um fim em si mesmo. Então, logicamente que a partir dos dados que a pesquisa coletar, a gente vai precisar se debruçar sobre esses dados e pensar outras formas de buscar o detalhamento daquelas respostas que estão lá. Então, dependendo das respostas, isso vai gerar questionamentos que a gente pode talvez pensar em outras pesquisas e afunilar, filtrar e aprofundar aquele conjunto de municípios que respondeu a uma determinada pergunta. Isso é fundamental para a gestão entender até, inclusive, a forma como ela vai apoiar tecnicamente os municípios. A questão do consórcio, Lucas, é assim... Por isso que eu falei que acho que... eu falei no início, né? Acho que existe um desconhecimento muito grande em relação ao que é um consórcio público. Existe consórcio público de direito privado, existe consórcio público de direito público. O consórcio, ele não é... ele não executa um serviço terceirizado. O consórcio, ele é parte

da administração direta e indireta dos municípios que estão consorciados. O consórcio é formado pelos prefeitos de cada uma das cidades. Então, quando tem uma assembleia dos consórcios, quem responde pelo consórcio são os prefeitos daquelas cidades consorciadas. Agora, o consórcio, ele tem a gestão do consórcio. Então, o consórcio, ele contrata o gestor do consórcio. Mas o gestor do consórcio, ele está subordinado às prefeituras. Então, assim, não há terceirização. Esse ponto a gente pode lá debater, quando a gente for discutir a questão dos consórcios, até para entender, chamar especialistas no tema para explicar o que é, porque eu também não sou, tá? Eu estudei um pouco para poder pensar algumas questões. Mas acho que isso é importante. E aí você citou a questão das entidades. Primeiro que, assim, já existe, viu, Lucas? Você deu um exemplo que é um exemplo que a gente quer captar na pesquisa, que é um exemplo que precisa ser... a gente precisa entender bem como é que está sendo executado, porque ele traz inúmeros desafios, assim, que é a situação que é a seguinte... Vamos ver se eu vou conseguir explicar, que é o que você acabou de falar. Se tem um município X que tem uma unidade de acolhimento que é executada por uma entidade, uma organização da sociedade civil. Essa organização da sociedade civil tem um termo de colaboração com a prefeitura para executar aquele acolhimento, certo? Só que essa entidade que está executando esse abrigo, recebe crianças de outros municípios. Ok. Eu preciso saber: o município Y, Z tem um termo de colaboração com essa entidade? Aí é o que estão dizendo as perguntas, tá? Isso depois a gente vai debater, mas é só para tentar.. **Cristiano, Sedese:** Não, não. Tem uma pergunta que fala de entidade também. Tem uma pergunta que fala de entidade. Porque isso é realidade, existe. E aí eu quero saber: o município Y e o município Z têm uma parceria, um termo de colaboração, com essa entidade? Se sim, quero saber. Beleza. Outra pergunta: esse município Z e o município Y têm um convênio com o município X? Por quê? Porque fica estranho o município Y ter um termo de colaboração com uma entidade que está no município X, que está executando no território do município X e não existe nenhuma relação jurídica entre os dois municípios, entre as duas prefeituras. **Cristiano, Sedese:** Por que eu estou dizendo isso? Porque a família dessa pessoa que está acolhida no município X está lá no município Y. E quem está acompanhando a família no município Y não é a entidade; é a assistência social do município Y. Deu para entender? Então, isso tudo a gente quer captar. É lógico que as perguntas talvez não vão entrar nesse detalhamento, mas a partir das perguntas a gente quer entender melhor o cenário, até para apoiar esses municípios. **Lucas, Formeas:** Lucas Só para poder finalizar especificamente quanto a esse mapeamento da parceria com as entidades, que eu não vi essa pergunta, me passou sem... desapercebido: hoje nós temos municípios que eles não fazem termo de acordo ou termo... acordo de colaboração, ou o termo de parceria, ou o termo de fomento. Ele faz um contrato de prestação de serviços. Como é que ficaria o mapeamento disso? Por exemplo, Lar dos Idosos José Justino Rocha, tem cadeira no conselho, hoje a gente executa em Ribeirão das Neves um contrato de prestação de serviços. Não é um termo de parceria, um termo de fomento, e assim por diante. Como é que ficaria esse mapeamento também? Porque isso impacta diretamente na execução daquilo que a gente está querendo mapear, né? **Cristiano Sedese:** É isso. Mas tem... assim, a gente quer captar justamente isso, que tipo de instrumento que é utilizado, porque não é uma

resposta fechada, entendeu, até para entender como é que são esses instrumentos. E até naqueles que não têm instrumento nenhum, porque tem essa situação, que não tem instrumento nenhum. Está enviando o menino lá e sem nada formalizado. **Elder, Sedese:** Pode continuar, Cris. Não temos mais inscritos. **Cristiano, Sedese:** Não, aqui é só mostrar os resultados, né, um pouquinho, assim. Aí, assim, os resultados ainda são parciais, mas só para vocês verem o instrumento que a gente tem, que é um formulário que ele é no... da Microsoft, né, então a gente consegue ver todas as respostas aqui. Mas quando tiver finalizado, de qualquer maneira, a gente vai apresentar. Então, assim, é isso. Dos que já responderam, 76 disseram que têm alguma parceria; 210, não. A maioria... são poucos municípios que são parceiros. A maioria é de alta complexidade. Por exemplo, aqui chama a atenção: tem nove municípios que disseram que executam na média. Então, eu preciso saber também que serviço que é. Então lá na pesquisa vai aparecer isso também, se é medida, se é CREAS, né, porque isso também existe, infelizmente, mandando para município que tem CREAS. Aí aqui vão aparecer, né, os serviços. Aqui, ó, apareceu, ó, PAEFI. Então, pode ser que tenha município que tem parceria... município X não tem CREAS, município Y tem CREAS, pessoas do município Y enviando gente para ser atendida no CREAS municipal do município X, porque não é um CREAS regional; é um CREAS municipal. Mas, enfim, isso também vai aparecer, né? A maioria, né, por demanda do sistema de justiça, então a maioria até agora das respostas, a maioria dos que têm parceria, a provocação foi feita pelo sistema de justiça. Então, é o que eu disse lá no início, ó: a partir da resposta... Aqui não tem detalhamento, então aqui eu posso aprofundar depois para saber: desses que responderam isso, foi o quê? Foi um TAC? Foi uma determinação judicial? Tem uma ação civil pública? O que é que tem? Aí aqui vai aparecendo as outras coisas, né? Tem diagnóstico? A maioria não tem. Então, isso é um dado. Então isso pode indicar o quê? Está tendo uma aplicação — e isso é uma hipótese —, está tendo aplicação, por exemplo, de uma determinação judicial para acolhimento de uma criança e adolescente sem o devido mapeamento da demanda de fato. Então, houve um acompanhamento... Por exemplo, uma pergunta que poderia ser feita: “para o acolhimento dessa criança, houve um estudo de caso? A equipe técnica do serviço foi ouvida?”. E aí vêm as respostas. A maioria, né, que tem... tem lei municipal. O instrumento jurídico, na maioria, é convênio, e isso também é uma realidade. Como eu falei, a maioria executa por meio de convênio. **Cristiano, Sedese:** E por aí vai, tá? Mas, assim... Essa pergunta também é uma pergunta importante, quanto de recurso que envolve. Então, eu ia até citar isso. Acho que a Patricia... não sei se foi... eu ouvi alguém falando: “Cofinanciamento”, ou em orçamento, né? Orçamento. Eu acho que é isso, assim. Para ficar bem claro, e isso a gente tem feito questão de dizer, quando a gente começou, e aí para finalizar, quando a gente começou essa discussão lá na câmara técnica, em de 2021, que a gente pôs lá como um produto acordado entre os membros lá, os participantes da câmara técnica, que a gente também ia discutir sobre consórcio público, na época houve muita discussão de que tipo de discussão que a gente ia fazer. Então, assim, eu penso que primeiro a gente precisa, de alguma maneira, regulamentar o serviço, trazer diretrizes e parâmetros para aquilo que já existe, porque isso é uma realidade, municípios já executam, e, na sequência dessa discussão, fazer outros diagnósticos para identificar a demanda e, a partir das orientações e dos parâmetros,

fazer a discussão sobre orçamento público para isso também. Então, eu penso que a gente precisa também fazer a discussão da inclusão de cofinanciamento estadual e federal. Mas não vou falar do federal agora, porque nós estamos aqui no estado, mas o cofinanciamento estadual também para isso, para serviços que estão sendo executados dessa forma, municipais ou em parceria. Beleza? Acho que é isso. Aí, assim, se tiverem outras dúvidas, estou à disposição. Rosa. **Rosalice, Cmcsvp:** Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. A gente estava conversando aqui, Chris. Parece que a câmara técnica não está funcionando ainda, né? Vai ser... vai voltar. Pois é. Aí a gente estava pensando se há essa possibilidade. Eu não sei como é que é formada essa câmara técnica. Quando for reativada, voltar os trabalhos da câmara técnica, que é dentro da SEDESE essa câmara técnica? **Cristiano, Sedese:** É no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, da CIB. **Rosalice, Cmcsvp:** Pois é. Há alguma possibilidade de segmentos estarem participando? Por exemplo, vou dar um exemplo aqui, nós temos vários públicos, né, que... de acolhimento, enfim. Entidades que trabalham com abrigo de pessoas com deficiência, ou uma entidade que trabalhe com população em situação de rua, ou entidade que trabalha com famílias e pessoas idosas. Por quê? Porque a realidade das entidades ou quem trabalha diretamente com esse público é uma, e a gente pode trazer para essa discussão da câmara técnica uma realidade que não é só presa em dados; é uma realidade do jeito como ela é, né, da rotina dessas pessoas. Aí a gente estava pensando, assim, se nossa câmara técnica, nessa formação que a gente não sabe como é que ela ..., a formação dela, se poderia estar incluindo as entidades que trabalham com esse público direto, com a família, com pessoa idosa, pessoa com deficiência. **Cristiano, Sedese:** Bom, o que é a câmara técnica? Ela é um espaço de discussão previsto na Comissão Intergestores Bipartite. Então, para que existe uma câmara técnica? Ela existe para subsidiar tecnicamente as pactuações que são realizadas na Comissão Intergestores Bipartite, que é formada por representantes de municípios, e aí o COGEMAS tem assento na CIB, e representantes do estado, da SEDESE, que é a Subsecretaria de Assistência Social, gestão estadual, gestão municipal. Então, a câmara... as câmaras técnicas funcionam dessa forma. Então, a composição das câmaras são decididas por meio de uma resolução da CIB. Então, essa câmara técnica, especificamente, tem uma resolução da CIB que fala a respeito da composição dela. Necessariamente, os membros que participam da câmara técnica, dessa Câmara Técnica da Proteção Especial, são membros indicados pela SEDESE, pela SUBAS, e membros indicados pelo COGEMAS. Então acho que são cinco, se não me engano, cinco da SEDESE e cinco do COGEMAS. Esses são os membros que fazem ali a discussão para levar para a CIB, porque a discussão que vai ser feita na câmara técnica é a discussão que vai ser pactuada ou não na CIB, serve para isso. Além desses cinco componentes de cada, do COGEMAS e da SEDESE, a câmara... aí a resolução fala isso: "Podem ser convidados outros atores", e aí a resolução até cita Ministério Público, Fundação João Pinheiro, universidades, o CEAS, e aí tem lá "ou outros". E aí o "outros" pode ser outros, outros, qualquer outros. Então, assim, quando a gente retomar a discussão da câmara técnica, aí a gente vai... logicamente, a CIB manda o pedido para o COGEMAS indicar os representantes dos municípios que vão participar da câmara técnica, a SEDESE indica os seus representantes, e podem ser... e aí a câmara técnica pode convidar. Aí a câmara

técnica vai convidar Sociedade São Vicente de Paulo, APAE, Fundação João Pinheiro, Ministério Público. Aí a câmara técnica define, mas não é limitado, porque é um espaço de discussão aberto, democrático e aberto também para discussão, tá? **Cristiano, Sedese:** É, é, compor é SEDESE,... Composição é SEDESE e COGEMAS, porque as câmaras técnicas são para isso. Agora, convidados têm voz, podem falar, tal. Só um detalhe importante: que, assim, a câmara técnica, ela não pactua, porque quem pactua é a CIB. A câmara técnica elabora um produto: é um relatório, um documento, uma orientação, uma diretriz, alguma coisa, que é fruto da discussão que todo mundo vai fazer, tanto membros quanto convidados. E todo mundo tem igual, porque não vota, não vota lá. Não é igual ao CEAS, não tem voto. Então, todo mundo tem direito à voz, então é um espaço aberto, democrático, tal. Só um detalhe: é fundamental a participação não só de usuários, entidades, mas também dos municípios. Então, nesse sentido o COGEMAS é fundamental, porque na execução lá, quem está executando, logicamente, são os municípios. Mesmo que tenha entidades executando o serviço, existe lá alguma relação também com o poder público. Então, é importante a participação ampla mesmo. **Elder, Sedese::** Matheus. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Só para tentar também ajudar Mayra e Rosa e responder sobre essa questão da câmara técnica da CIB, no momento de ela voltar novamente depois de uma pausa, e até por conta das trocas que aconteceram do COGEMAS, da gestão, o CEAS recebeu o convite e até fez a indicação de algumas pessoas. Eu estou lá, a Patrícia também já esteve. Acaba que esse ano, até aí já trazendo um adianto do repasse da CIB, a gente ainda não teve reunião desta câmara técnica, mas já está dentro do radar para que haja uma organização para fazer a recomposição, porque a gente teve troca da gestão do COGEMAS, algumas pessoas vão entrar, outras vão sair. E também já foi dito também desse convite, da manutenção das representações. Nossas, enquanto conselho, nesse espaço, que é um espaço onde realmente a gente vai discutir, vai apontar cenários sobre isso. E a gente aguarda, e eu espero trazer também os encaminhamentos da primeira reunião, quando acontecer, como vai funcionar, para ser realmente... esse espaço ser garantido, ser participativo, como já estão sendo esses processos da CIB com a própria transmissão, no sentido de incluir mais municípios e mais pessoas nesses processos de discussão. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio.** **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Se até a Secretaria Executiva depois puder até resgatar, porque eu acho que foi uma resolução que indicou o nome das pessoas do conselho que iriam acompanhar os trabalhos da câmara técnica. **Elder, Sedese:** Mayra. **Mayra, Apae-BH:** Mayra, APAE-BH. Não, só para ficar aí, que aí o Matheus clareou para a gente, mas só para ficar registrado aqui também de quando então for voltar, de ter essa divulgação ampla, que a gente possa se organizar e participar. Quando a pauta for... **Mayra, Apae-BH:** Quando a pauta for específica, né, dessa discussão. **Elder, Sedese:** Ok. **Cristiano, Sedese:** Só um último comentário, assim. Essa câmara técnica especificamente é uma câmara técnica de proteção especial. Eu imagino que ela vai ser permanente, porque os assuntos da proteção especial a gente... são muitas demandas que a gente tem. Esse assunto do consórcio, como eu falei, é o quinto produto e último pactuado lá na câmara técnica de 2021, e aí eu acho que, assim, as discussões lá são as discussões que são amplas e a gente tenta esgotar ao máximo, mas elas são bem

focadas, tá, pessoal? Então a gente precisa estar indo participar com esse objetivo de estabelecer um produto, porque não adianta ficar só discutindo, discutindo, discutindo; a gente chegar em um produto, né? Então, acho que esse é o objetivo principal. E aí eu falei isso na CIB também na sexta: terminando essa discussão, a gente precisa pensar em outros produtos também para essa câmara técnica, porque eu acho que essa discussão dá especial está longe de acabar, são muitos desafios que a gente tem. Então, a gente precisa continuar conversando a respeito disso também. **Elder, Sedese:** Ok. Obrigado, Cristiano. Temos mais inscritos? Alguma dúvida? Então, eu queria agradecer o Cristiano pela apresentação. A pesquisa também, se não foi enviada, o material vai ser enviado no grupo, né? Ah, tá. Ok. E obrigado a todos que participaram das discussões. Vamos então. Agora, na parte da tarde, a gente vai retomar os informes, porque na parte da manhã várias pessoas que iam dar informes não estavam aqui. Já foi. A data já foi. Foi o primeiro ponto. Então, agora retomando os informes da parte de amanhã, plano estratégico do fortalecimento do controle social. Eu imagino que seja o João. João? João. Informe: plano estratégico do fortalecimento do controle social. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Só para dar o retorno para a plenária com relação ao encaminhamento tirado na plenária anterior. O GT finalmente se reuniu, né, para dar esse primeiro passo. E aí, foi uma reunião rápida, muito produtiva, conseguimos alinhar o nosso plano de trabalho. A nossa... o nosso objetivo, a nossa meta, o nosso prazo é para finalizar a revisão do plano estratégico até agosto, para trazer para a plenária de setembro e a gente tentar esforços para finalizar em setembro para apresentarmos na conferência em outubro. Como a gente já comentou na plenária passada, seria importante levar esse plano estratégico para validar no momento... no lugar mais importante da participação social, que é a conferência, então a gente poder apresentar esse plano estratégico, essa revisão, na conferência. Então, o nosso plano de trabalho é esse, até agosto finalizar. Acordamos de realizar as reuniões às segundas-feiras, 10h. Então, a próxima já está marcada para 9 de junho. Então, nós criamos um calendário de reuniões, assim como o GT da Conferência. A gente avaliou que tem dado certo deixar essa pauta... essa agenda pré-determinada, pré-definida, principalmente nesse início nós vamos ter que fazer alguns encontros para conseguir avançar no trabalho. E aí a próxima, como eu disse, é 9 de junho, e aí nós temos encaminhamentos que serão o seguinte: o primeiro, fazer um diagnóstico, um levantamento dos dados, enfim, um diagnóstico do controle social em Minas Gerais a partir dos dados que a gente tem para justamente subsidiar esse plano, né? Então, quando a gente está falando de plano, a gente está falando de um planejamento estratégico de médio e longo prazo, a base tem que ser um diagnóstico, então as ações têm que ser pensadas a partir de um diagnóstico. E aí foi solicitada à Diretoria de Vigilância, e eu vou trazer na próxima... para essa reunião do dia 9, o João Paulo vai apresentar esse diagnóstico. E foi encaminhado o plano estratégico que foi aprovado na Plenária 290, que foi instituída e aprovada, que foi o da gestão anterior. Foi encaminhado para todos lá no nosso grupo, para que todos pudessem fazer também essa revisão. Então nós vamos partir desse plano, que é estratégico que foi instituído na gestão anterior, e a partir dele, sim, fazer as revisões, fazer as contribuições que a gente julgar pertinentes. Então foram esses dois encaminhamentos nessa primeira reunião, já marcamos a próxima, como eu disse, 9 de junho, e aí vai ser apresentado o

diagnóstico pelo João Paulo, e todo mundo vai avaliar e trazer algumas contribuições, enfim, do tamanho... do modelo do documento, do escopo e do desenho desse plano.

**Elder, Sedese:** Obrigado, João Paulo. Agora o próximo ponto, CIB. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Acaba que na nossa plenária de hoje, ela foi muito costurada por vários assuntos que já foram apresentados na CIB. Cumprimentar o João Paulo, toda a equipe, todas as equipes envolvidas também do Cristiano nas pesquisas, nesses processos que ajudaram e vão ajudar de maneira muito substancial as nossas defesas, os nossos enfrentamentos, principalmente Dizer que para a gente pedir para a gente poder qualificar as nossas... os nossos reclames, as nossas solicitações, a gente precisa de dados, de materialidades, e essas pesquisas, esses esforços, eles são de grande relevância e de grande significado para isso. Além disso, a CIB trouxe sobre as pesquisas, ela apresentou... porque vão ser criados, no âmbito da CIB, dois grupos de trabalho, e aí a gente teve a conformação, é até em um repasse anterior eu trouxe da discussão do Regimento Interno da CIB, que aí a gente... que houve aquela dúvida: “Nossa, mas nós vamos instituir mais câmaras técnicas”, e aí câmara técnica, a gente lembra muito do que o Cristiano sempre reforça, ela tem que produ... ela não fica só discutindo, ela tem um produto a entregar a partir das suas discussões, mas aí, pensando nisso, ficou confirmado que os grupos de trabalho que serão instituídos são: um para discutir orçamento e financiamento e outro para discutir a política, política e normas. Isso, obrigado. E ficou consensuado, assim como nas câmaras técnicas, que esses grupos de trabalho vão fazer um esforço de aproximação das gestões municipais, das representações do COGEMAS, das representações dos municípios e também da gestão estadual para discutir sobre esses temas, mas que nós também, CEAS, vamos estar como convidados, com a nossa voz, com os nossos diálogos, justamente para poder formar as nossas incisões, para poder qualificar ainda mais as nossas defesas de maneira coletiva, junto também com os municípios. Então, como eu disse até na última plenária, no repasse, o entendimento dos grupos de trabalho é realmente trazer mais gente para discutir esses assuntos, que são muito pertinentes e envolvem justamente tanto gestores como a gestão também, mas a gente também, com a nossa participação garantida. Então, muito provavelmente vai ser submetido ao conselho para fazer a indicação de representantes, e aí todo mundo fica convidado a participar dos dois GTs. Além disso, foi apresentado sobre a resolução para definir os critérios de recebimento das emendas parlamentares pelas organizações da sociedade civil situadas em Minas Gerais. Foi mais uma correção, porque na resolução anterior ficaram faltando algumas questões que poderiam ser abrangidas na hora de fazer a destinação das emendas, então foi uma solicitação do COGEMAS. Já falei da criação dos GTs. Nos informes, foi apresentada uma informação que diz sobre o orçamento que foi muito relevante, que é sobre a porcentagem dentro do orçamento como um todo do estado, qual é a porcentagem para a Política de Assistência Social. Foi realmente um choque, mas só a constatação de que realmente ainda é pouco. Minas Gerais é um dos oito estados no Brasil que não chega a investir nem 1%. Nem meio. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Nem 0,5%, obrigado pela correção. É 0,20 e pouco. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Isso. A informação já circulou, é 0,21, e aí o 0,21 considera não só os recursos do FEM, mas também os recursos de outras ordens, ordem federal. E aí,

assim, o Paulo, do COGEMAS, ele fez uma fala muito de um lugar de falar que: “Nossa, para nós de Minas Gerais isso entristece muito, causa muito, assim, um impacto muito grande”, mas também dizer que dentro da gestão existe a compreensão disso, de que a gente precisa aprimorar, a gente precisa de mais orçamento... Só que nós também, sociedade civil, usuários, trabalhadores, entidades que estamos principais protagonistas disso, a gente sente isso na pele, e aí é mais... eu quis trazer isso agora, no final, justamente para a gente também reforçar a importância do orçamento, a importância dessas discussões, o quanto que nada disso não vá... tem que passar pelo orçamento e o quanto a gente tem desafios, e desafios de ordem muito complicada, porque são oito estados, não chega nem a 0,5%. Então, é muito pouco, é insuficiente. A gente teve a pesquisa do Piso Mineiro. É relevante o incremento, mas a gente viu, continua para a mesma ação, não tem uma perspectiva de novos serviços, é a questão que a gente também discutiu de manhã, o benefício eventual. Então, são muitas questões, mas a gente sempre precisa ter dimensão de fato do que é o nosso orçamento e o quanto esse orçamento, ele não dá conta. E a gente vai ficar com essa informação, com esse dado, e não vai pensar soluções, não vai pensar em enfrentamentos para avançar, para garantia de direitos. Então é algo nesse sentido. E outra coisa também é: vai ter a mudança no decreto da CIB sobre a representação dos suplentes, né, porque houve aquela questão do regimento, e aí a própria gestão já fez a submissão para que haja alteração de um decreto para poder garantir a participação dos suplentes, é algo que a gente tem que ficar muito ligado também, que a gente tem essas questões, principalmente com a concessão das diárias. E também dentro dos repasses apareceu o FNAS pelo Brasil e Minas Gerais. São quatro datas, inclusive uma está acontecendo... aconteceu em Uberlândia no dia 22, e outras datas em Montes Claros e duas datas em Belo Horizonte. Com certeza devem chegar informações para nós do conselho. Como a gente participou ano passado, se houver possibilidade, a gente também participa. Vou aproveitar e, junto com o da CIB, fazer rapidamente um repasse bem rápido sobre o NEEP. A gente teve reunião do NEEP, que é o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS. A gente discutiu lá principalmente o diagnóstico de demandas para qualificações para o ano que vem, então é uma lista de vários assuntos, vários temas para qualificações no próximo período. Esse documento vai voltar para os membros do grupo avaliarem, poderem apontar mais temas, e na próxima reunião ele também vai ser submetido para diálogo entre os membros do NEEP. Não sei, vou completar, é um repasse triplo, grupo coordenador do FEM, e aí eu não sei se... eu acredito que a Jennifer vai querer completar depois, mas a gente teve a informação de que já foi aprovado na Assembleia, porque dentro do grupo coordenador a nossa principal tarefa, além de aprovar a destinação dos recursos deste fundo, é produzir o Plano Estadual de Erradicação da Miséria. E aí a gente já teve uma sinalização da Assembleia de que já foi aprovado, que a representação que a gente tem no grupo coordenador, que é do mandato da deputada Bella Gonçalves, ela vai usar um instrumento da Assembleia para poder ampliar ainda mais esse diálogo para a gente construir esse plano. Vai ser um fórum, vai ser um fórum que vai percorrer o estado inteiro, envolver muita gente para qualificar ainda mais o principal responsável por produzir o plano, que é o grupo coordenador, nesse diálogo sobre as possibilidades de enfrentamento e erradicação da miséria. Então, assim que a gente tiver mais informações

e próximas reuniões, a gente vai trazer aqui, mas só trazer essa notícia, e se a Jennifer quiser completar também, de que, no âmbito da Assembleia, a gente teve a aprovação desse fórum, que é um instrumento da Assembleia mesmo para fazer movimentações, reuniões, em cinco regionais do estado, para poder ampliar esse diálogo e a gente construir um plano muito potente, significativo, que de fato se comprometa, e aí também dizer da importância do comprometimento orçamentário, porque a gente não vai conseguir nada nesse plano se a gente não tiver uma mudança no cenário orçamentário, até no sentido de a gente pensar que temos a PEC 383 a nível federal, mas a gente tem que discutir também a porcentagem que o estado destine do orçamento para a assistência, porque 0,5% não é suficiente. A gente está brigando nacionalmente por 1%, e talvez estadualmente a gente precise brigar também por 1%. Aí é isso. Acho que Jennifer vai completar esse último repasse sobre o grupo coordenador do FEM. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. É isso, assim, a Assembleia já aprovou então aí um plano que... um fórum que a gente vai precisar de apoio também do CEAS, eu acho que a gente tem que entender a relevância desse plano, até mesmo para que a gente construa, sim, o Plano de Erradicação da Miséria e coloque o que é da assistência social, mas também porque qualifica... quando a gente tiver esse plano, nós vamos qualificar o que nós temos falado muito aqui, né, desde o ano passado, qualificar também os nossos argumentos para requerer outros recursos, né? Então, é algo que vai ser muito importante para a gente. Eu peço que todos se esforcem para que a gente possa... Como a gente conseguiu esse apoio e a Mesa Diretora, a presidência da Assembleia comprou a ideia muito rapidamente, todos os deputados aí apoiaram, então eu acho que vai ser muito importante para a gente principalmente da Política de Assistência Social, esse apoio da Assembleia. Agora, eu chamo a atenção, gente: quando a gente fala, assim, de orçamento, né, e... Eu acho que deveria ser muito chocante, 0,21%. Não chega a 0,5% do recurso do Estado. Nós estamos falando da política que nós sabemos que nós atendemos uma grande parte da população, né, nós estamos todos sufocados com serviço, estamos fazendo um serviço bem-feito, né, tanto da parte da gestão, nós vimos as avaliações hoje, nós estamos falando aqui de construções, de resoluções, de... Todos nós estamos trabalhando muito. A verdade é essa, todo mundo está trabalhando muito, mas como é que está chegando na ponta? E aí a gente pensa no que fazer. Nós falamos: “A responsabilidade é do trabalhador acerca de algumas questões, a defesa do SUAS, tal”, mas tudo isso perpassa pelo orçamento, né? É o que nós... A Simone sempre fala: “O usuário precisa ser pauta, e é a pauta principal, porque sem o usuário não precisaria existir a política pública”. Então, o nosso usuário, a nossa família usuária da assistência social é nossa pauta principal. E quando a gente fala de orçamento, nós estamos falando disso, né? Não chega, não chega lá, não vai chegar nunca o que o usuário precisa se a gente não tiver esse orçamento. Então, é muito difícil, assim, quando a gente vê, por exemplo, algumas falas políticas, né, usando propaganda com coisas que são propagandas falaciosas. “Ah, estamos dando”, “estamos fazendo”. Não, não estamos, né? Não estamos. Estamos, enquanto sociedade de pessoas... E aí eu não estou falando, ah, o governo todo. Não. A gente sabe, nós, trabalhadores, trabalhadoras, inclusive das secretarias, nós estamos todos, na verdade, ainda com o pires na mão, como a Sandra sempre fala. E nós precisamos mudar esse cenário, e a gente só vai mudar esse cenário

juntos. Então, na sociedade civil a gente vai... vou deixar para a Mayra trazer os informes, que a gente vai fazer... Não vai ser agora, não? **Jennifer, Psind:** É. Mas é isso, assim. E peço aí o apoio na hora que a gente começar a divulgar sobre o fórum, para que a gente esteja todas e todos juntos nisso, porque vai ser muito importante para a gente. **Patrícia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. É impactante mesmo quando a gente vê que o recurso utilizado para toda a assistência social é 0,21%. E a gente está no ano de conferência, né? Eu acho que na reunião da sociedade civil a gente chegou até a discutir uma forma de como é que a gente vai ter... né, mobilizar para conseguir mais recursos. Mas eu acho que o CEAS, enquanto CEAS, também devia fazer algo, né? Eu acho que a gente discute aqui o tempo inteiro. O Cristiano apresentou a questão da média complexidade, né, a questão da necessidade da existência dos serviços, são os usuários na ponta que necessitam dos serviços, são os trabalhadores que estão ficando com uma demanda muito grande, né, e que estão esgotados. Então a gente precisa ter uma ação, enquanto CEAS, também para mobilizar enquanto... esse orçamento de 0,21, porque a gente estava batalhando. Todas as conferências passam 1%, 1%, né, e a gente fica batalhando. Depois, batalhamos na questão dos recursos do FEM, né? Mas o que a gente pode fazer para tentar ampliar esses 0,21%? **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Eu acho que uma das propostas que nós... a Macielle trouxe para a gente na sociedade civil vai ser importante para isso, mas, como eu disse, eu vou deixar para elas falarem. E eu acho que é nessa perspectiva, sabe, o que a gente vai trazer **Jennifer, Psind::** Precisa ser para além, viu, Elder? Representando a SEDESE. Vamos parar tudo. Eu sou a favor da greve, né, Sandra? Sindicalistas a favor da greve geral. Mas é isso. Eu acho que a nossa proposta e... Se a gente puder subir, que a gente já está no assunto.... **Elder, Sedese:** Você vai falar desse ponto ou você já vai adiantar o informe? **Mayra, Apae-BH** Não, vou dar uma sugestão. Não, vou dar uma sugestão de encaminhamento. **Elder Sedese:** Ok. **Jennifer, Psind:** É porque é um informe exatamente-- **Mayra, Apae-BH:** Mayra, APAE-BH. Considerando que os informes seriam um encaminhamento, né, seria uma... está dentro desse tema. A gente pode já falar? **Elder, Sedese:** Pode. **Mayra, Apae-BH:** E aí já fica como... Macielle e Matheus então, que é a sugestão para a gente já levar para a conferência. **Macielle, Cmas Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS de Teófilo Otoni É algo, assim, que como trabalhadora já tem me incomodado muito, como realmente trabalhadora da ponta, literalmente lá da ponta, e é onde a gente vê as dificuldades, e eu falo que o meu município é de porte grande, mas tem muita coisa que precisa ser melhorada, e eu fico imaginando os municípios menores, né? Se um que é grande já está funcionando da forma como está, que não, está bem longe do mínimo e do básico, imagina os menores. Então, eu fiquei pensando o seguinte: quanto tempo que a gente vem discutindo de qual é o valor que tem para assistência, quanto se investe na assistência? Os textos, os discursos são sempre os mesmos. E aí, pensando nisso, eu tinha trazido a ideia de uma moção, mas eu... é a primeira vez que eu entro nessa discussão maior, assim, eu não tenho noção. E aí a ideia de pensarmos juntos qual tipo ou como seria uma mobilização em conjunto... Em conjunto que eu falo é assim: todos os municípios só de Minas, todos os conselhos de todo o país para mobilizar na Conferência Nacional, ou também na Conferência Estadual. Uma forma de alavancar para a gente sair da mesmice, porque o discurso, entra ano e sai ano, é a mesma coisa. A assistência está

em tudo, quando vão lá os políticos precisarem de voto, a massa quem é? A maioria não é usuário? Não é isso? Então por que se pensa no último caso na assistência, na hora do investimento? Para tudo se precisa da assistência, mas na hora de investir é o último? Porque... por exemplo, na pandemia a gente tem um exemplo claro disso. A assistência foi super cotada, ninguém parou. Eu no meu município, não... nós não paramos. Mas na hora de vacinar, a assistência não entrou como prioridade. A saúde entrou, mas a assistência não entrou. Mas era prioridade; não podia fechar o CRAS, não podia fechar CREAS, não podia fechar o serviço. Aí na hora de investir, você está falando de 0,21%? É constrangedor. Chega a ser ridículo você falar que o investimento é 0,21% e que a maioria dos municípios não têm. No meu município eu tive que ouvir esses dias que ia sobrar de todo o investimento 6 milhões e não sabia quanto ia para a assistência. E quando eu perguntei ao prefeito: Quanto vai para a assistência?, ele desconversou. Então, assim, imagina um município de porte grande. E, mais uma vez, imagina os pequenos aí. Então, assim, quando é que nós nos vamos mobilizar de uma maneira que faça valer esse discurso? Porque o discurso... os textos são os mesmos, os pedidos são os mesmos. Assim, eu não sei vocês, mas eu já cansei de ver as mesmas coisas. E a ideia de mobilizarmos é de fazer diferente do que foi feito até aqui, porque... Eu estou falando muito o meu exemplo lá, porque é onde eu vivo e vejo, e estou, sim, insatisfeita. Lá é um lugar que eu me posiciono. Quem me conhece, sabe da minha insatisfação no meu município. Jennifer acompanha muito por conta do sindicato. Então, vocês vão me ouvir aqui sempre trazendo: Ah, meu município isso, meu município aquilo, porque de fato eu estou, assim, no nível de sobrecarga, de exaustão, tão grande que quando eu trouxe esses dias para a sociedade civil, eu cheguei a me emocionar. Não sei se vocês estão vendo. Estou até começando a ficar emocionada, porque eu imagino que eu sou uma diante de vários trabalhadores que estão em um nível de sobrecarga gigantesco. E não adianta falar assim: “Ah, o SUAS é para usuário”. É para usuário, mas não tem equipe suficiente, o serviço está uma porcaria, lixo. Eu estou falando deste material: é caneta, é falta de caneta, é falta de um café, você entende? Como é que você quer que um profissional vá trabalhar bem para atender o usuário? Me conta. Que horas que é pensado nisso? Não é pensado. E aí, quando você chega e escuta que é investido 0,21% no estado, imagina que não tem... E não tem um valor fixado para assistência com 20 anos de existência, a LOAS com 30 anos de existência? Gente, já ultrapassou o momento de a gente fazer uma mobilização escancarada. É algo para ontem. É algo para fazer valer o que a gente vem falando e repetindo. Está cansativa a repetição. E diferente do discurso, é perguntar: “Por quê?”. Porque tem emenda parlamentar, que é legal, mas, como disse Sandra, é legal, mas imoral. E agora, esse ano, toda emenda parlamentar que é recebida para as entidades que passa no conselho e na gestão, 10% ficará na assistência? É 10%. Vocês entendem o tanto que isso é medonho? Eu estou, assim... eu estou falando para vocês, eu estou suando de nervoso. Porque eu não consigo ver isso como algo que precisa ficar mais um ano se estendendo e a gente implorando. Não é implorar, porque a gente fala assim: A gente viabiliza o direito do usuário, e agora eu estou falando mesmo, assim, a questão do lado do trabalhador enquanto... e ponta no SUAS, e a gente esquece dessa questão de viabilizar o poder que o SUAS tem. Mas para isso não se faz nada sem dinheiro, orçamento. E onde é que está a discussão? Ah,

porque a discussão a gente fala, a gente só dialoga, mas não chega a lugar nenhum. Então, assim, eu acho que chegou no nível de que a gente precisa fazer uma mobilização grandiosa, não sei como. A ideia é pensar junto aqui do Conselho Estadual. Acho que todo mundo aqui tem ideias muito boas. Acho que unidos dá para pensar. A gente até dialogou sobre isso. As meninas querem complementar sobre a questão do FONACEAS, que a gente...? Então é isso, gente. Desculpa meu desabafo, mas, assim, é que eu estou no nível de um vulcão para explodir. **Elder, Sedese:** Obrigado, Macielle. Matheus. **MATHEUS, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Só registrar que a gente precisa aproveitar as oportunidades estratégicas e o momento histórico que nós temos, que é esse momento da conferência. E não faz sentido... e ontem ouvi da D. (ininteligível) falando: “Nossa, tem 30 anos que a gente faz conferência e a gente sempre com o processo de repetição, tudo do mesmo jeito”. A gente... é a turma fala que eu já trouxe aqui algumas vezes, no conselho, “a gente não vira a página, a gente continua com os mesmos cenários, com os mesmos desafios, e é uma coisa desalentadora”. E aí, por isso que é o desafio de colocar adolescente, porque como é que vai participar de um espaço que é tão desalentador para nós, que já somos adultos e estamos nesse sistema, nessa defesa há tanto tempo? E a proposta, tentando qualificar e a partir das nossas discussões, é pensar em aproveitar esse espaço da Conferência Nacional, onde nós vamos ter uma delegação de Minas Gerais, mas também comprometer o CEAS de Minas Gerais a fazer no espaço da Conferência Estadual um ato, um ato significativo e relevante para dizer sobre o nosso orçamento, para dizer que não dá mais, para dizer que chega. E agora? Quais são os próximos passos? Acho que até vai muito no sentido de uma resposta que traz muito para nós, a sociedade civil, que é: “Vocês pedem, pedem, pedem, pedem, mas vocês não dão caminhos para onde vocês querem pedir, o que vocês querem”. E aí é o desafio de a gente pensar assim. Não, a nossa resposta é: “Todo mundo está entendendo que a gente precisa”. E a gente precisa de uma mobilização grande, significativa, que chame a atenção e que seja do tamanho do... daquilo que a gente espera e do tamanho do problema. Então não faz sentido a gente, na formatação da conferência, como a gente já faz há tanto tempo, a gente não aproveitar as tantas pessoas que nós teremos aqui e nós, envolvidos e muito afetados com isso, de a gente não fazer um ato sobre orçamento, e esse ato a gente também aproveitar da Simone, que está no FONACEAS, nessa representatividade na presidência muito grande, que é reverberar para os outros estados, para os outros estados, e a gente fazer um movimento grande na Conferência Nacional para ir para o Congresso Nacional mesmo, para ir para aquele espaço, para aqueles parlamentares, e dizer: “A PEC 383 é uma questão de urgência, é uma questão de prioridade. Não dá mais para a gente esperar, não dá mais para a gente não ter as respostas e as respostas serem da mesma forma”. E até dentro do estado a gente pensar realmente o que a gente vai poder avançar, quais vão ser os frutos dessa nossa conferência para marcar realmente a coroação de fato. São 20 anos de SUAS. São 20 anos de SUAS e a gente vai fazer a conferência, e a gente vai terminar fazendo o mesmo? A gente não vai possibilitar oxigenar o nosso diálogo, e um diálogo potente, com um ato que chame todas as políticas? Porque as políticas, elas também têm que estar alinhadas a nós, para a gente ir para a rua mesmo e dar o nosso discurso e mostrar a nossa voz em defesa do orçamento que nós queremos,

nós precisamos e nós merecemos. Não faz sentido a gente, depois disso, pensar: “Nossa, a gente teve todo o processo burocrático e a gente não tem um avanço”. E esse avanço a gente pensa que é na mobilização, na mobilização social, coletiva, com todos esses corpos, essas mentes e esses corações em luta, em uma defesa intensa sobre orçamento. O orçamento que nós queremos, a gente está falando de vidas, a gente está falando de garantia de direitos, e não faz sentido a gente permanecer nesse estado de coisas da mesma forma. Não faz sentido. Ou a gente vira a página... Porque a gente está esperando a página ser virada. A gente quer assumir realmente o controle e virar essa página mesmo e aproveitar esse processo de conferência e essa celebração dos 20 anos de SUAS. Então, a proposta é a gente construir coletivamente um ato, uma mobilização na nossa Conferência Estadual, mas também com o apoio do FONACEAS, para que a gente consiga mobilizar todos os estados do país para fazer também um ato ainda maior na Conferência Nacional. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Então, só para complementar... Parabéns, Matheus. E aí, só para complementar, o encaminhamento então é fazer um ofício do CEAS requerendo que o FONACEAS faça esse pedido aos estados, né, junte-se a nós e faça um pedido do FONACEAS, então de todos os CEAS, requerendo uma programação para esse ato nacional na Conferência Nacional. E aí, eu acho que é de se pensar, ontem, depois, à noite, a gente estava na Frente Mineira, de também pensar isso na nossa Conferência Estadual. Eu acho importante a gente marcar também em ato na nossa Conferência Estadual, a gente pensando aí as possibilidades, tá? Mas o encaminhamento é esse, um ofício... gente, ofício para a gente aprovar, aí o presidente vai ver. Mas é... E aí, só como um asterisco no encaminhamento, eu acho que o Matheus tem que ficar em cima da do carro no ato nacional e falar o que ele falou aqui. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Então vamos votar os encaminhamentos propostos pela Macielle, Jennifer e Matheus. Conselheiros que aprovam o encaminhamento, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam? Abstenção? Uma abstenção. Próximo informe, FONACEAS 66, Brasília, Distrito Federal. **Luiz, Armi:** ARMI, Luiz Carlos. Com certeza a Simone e a Poli podem dar uma força, mas seguindo a própria orientação, né, que nós recebemos tanto da Mesa Diretora quanto na sociedade civil é que a gente deveria ser mais breve hoje nos informes, né, a gente ser um pouquinho mais objetivo nos informes. Então, a orientação que veio da Mesa Diretora e também da reunião da sociedade civil. Bom, eu participei do FONACEAS. Eu quero dizer que nesse período de participação no FONACEAS, o que eu tenho entendido como um grande avanço é a participação do Conselho Nacional de Assistência Social no FONACEAS. Então, assim, quando eu chego, no primeiro momento do ano passado, era uma solicitação do próprio FONACEAS que houvesse uma participação mais efetiva do Conselho Nacional de Assistência Social junto ao FONACEAS. E agora a gente vê essa participação direta, inclusive com a participação do presidente do Conselho Nacional e de mais uma pessoa nas palestras. Dizer que nós nos reunimos também para discutir a questão do Regimento Interno, né, que essa é uma pauta ainda que não conseguimos esgotar ela lá, infelizmente, né? Ela vai para o próximo FONACEAS, que é uma discussão muito ampla, todas as regiões estão nessa discussão do Regimento Interno do FONACEAS. Uma outra questão também dentro do FONACEAS é que eu pedi, né, solicitei à presidente lá se há possibilidade de a gente colocar a pauta, uma pauta lá, sobre as entidades, porque eu sinto falta de uma

discussão referindo às entidades junto ao FONACEAS, porque a gente vê a discussão muito forte de usuário, né, todas as questões relacionadas ao usuário, elas vêm se fortalecendo cada vez mais, e também de trabalhador. Trabalhador vem junto ali, naquelas solicitações, naquela discussão, naquela inclusão de pauta, mas nós, entidades... tem se falado muito pouco sobre isso. Tem... durante todas as atividades do FONACEAS a gente tira a carta, né, que é o encaminhamento. Esse encaminhamento da Carta de Brasília com certeza será encaminhado aí aos órgãos competentes. Então é isso, né, de uma maneira, assim, bem rápida, mas Simone e a Poli podem complementar. Mas, do meu ponto de vista, eu acho que o grande avanço do FONACEAS é a participação do Conselho Nacional de Assistência Social através dos seus representantes junto às reuniões. **Elder, Sedese:** Muito obrigado, Luizão. Agora, próximo, gestão de encaminhamentos da Plenária 306. Secretaria Executiva. A Simone só pediu para avisar que a carta de Brasília vai ser enviada para o grupo do CEAS para acesso a todos os conselheiros. **Edilene, Secretaria Executiva:** Edilene, Secretaria Executiva. Gestão de encaminhamento da 306ª Plenária. Origem da demanda: Comissão de. Foi uma deliberação, né, um encaminhamento da plenária passada, de a gente fazer uma planilha com os encaminhamentos que foram deliberados na plenária anterior e apresentar na plenária seguinte. Então essa é a apresentação dos encaminhamentos que foram feitos... Isso. E aí foram encaminhamentos da plenária e também das comissões temáticas, tá? Aí eu vou falar a origem e a ação, se foi concluída ou se ainda está em andamento. **Elder, Sedese:** Não. Só um momento, Edilene, que pelo que eu tinha entendido, vocês iam apresentar o modelo da planilha e depois encaminhar. Vocês querem ler a planilha inteira? Ah, tá. Mas. **Poliana, Secretária Executiva::** Poliana, Secretária Executiva. Porque a solicitação foi de que nós apresentássemos aqui nas próximas plenárias os encaminhamentos referentes às plenárias anteriores. **Elder, Sedese:** Ok. **Poliana Secretária Executiva::** Então é isso que a gente vai fazer nesse momento. **Elder, Sedese:** Tá bom. A Jennifer está sugerindo... às vezes a gente... Manda a planilha para o grupo, de toda forma, mas lê só os que não foram realizados ainda, porque os que já foram cumpridos, está tudo certo. O que vocês acham? Só os que não foram ainda. Ou estiverem em andamento. E manda a planilha para o grupo, por favor. **Stefany Secretaria Executiva:** Stéfany, Secretaria Executiva. Eu queria só sugerir então de, no lugar de ler tudo, ler só a ação e se ela foi concluída ou não. **Edilene, Secretaria Executiva::** “Ação: divulgação da *live*”-- comentar um pouquinho. “Ação: divulgação da *live* estadual sobre elaboração e monitoramento de deliberações da conferência aos CMAS”. Foi concluído. “Ação: atualização da planilha de status das deliberações das conferências para elaboração da apresentação do ato de conferir que será utilizado nas pré-conferências”. Está em andamento. “Entrar em contato com o CMAS de Montes Claros para confirmar capacitação que aconteceria no dia 28/5”. Concluído, e essa capacitação foi adiada para agosto. “Ação: fazer nova errata, enviar para o presidente assinar e, depois, encaminhar para publicação”. Foi concluído. “Enviar as resoluções para assinatura do presidente e, depois, para publicação”. Também foi concluído. “Ofício para CMAS, SMAS e COGEMAS pedindo apoio para o Seminário de Trabalhadores”. Foi concluído. “Ação: ofício para o SEGOV e ALMG solicitando retorno sobre alteração da Lei 12.262//1996”. Concluído. “Ofício para SEDESE e SEGOV solicitando a contratação de técnicos para a Secretaria

Executiva". Concluído. "Avaliação e monitoramento do PEAS em conjunto com a Comissão de Monitoramento e Política, se as ações estão sendo executadas (acompanhamento a curto, médio e longo prazo)". Em andamento. "Oficiar o CMAS para uma capacitação referente à Resolução CNAS nº 182/2025, que estabelece as orientações e diretrizes para elaboração dos planos de Assistência Social no ciclo de gestão vigente, se possível, para a próxima plenária". O ofício foi enviado, mas a gente ainda não obteve um retorno positivo do CNAS. "Reunir a Comissão de Normas e os membros do FONACEAS para validar as sugestões de alterações do Regimento Interno do FONACEAS, discutidas e apontadas em reunião extraordinária". Concluído. "Fazer o estudo da Resolução CEAS nº 642/2018 e avaliar se as denúncias serão disciplinadas em resolução específica". Em andamento. Foi concluído, né? Foi em andamento quando a gente estava fazendo aqui. "Decreto 47.045/2016, dispõe sobre viagem a ser... inclusão do novo parágrafo... do novo... do segundo parágrafo: 'Os membros do Conselho Estadual de Assistência Social que não sejam servidores ou empregados públicos no desempenho de suas funções, poderão ter ressarcidas as despesas de transportes'". Foi concluído. "Alterar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social". Foi concluído. "Confeccionar termos de posse para... confeccionar termos de posse para posse dos novos conselheiros". Foi concluído ainda na plenária passada. Foi isso. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Eu sugiro que todo mês vocês encaminhem essa planilha para o grupo antes da reunião, que eu acho que é até mais fácil. Por e-mail também? Por e-mail e pelo grupo do WhatsApp, que aí fica até mais fácil de o pessoal acompanhar. Acho que é até melhor do que fazer só a leitura aqui. **Poliana Secretária Executiva:** Poliana, Secretária Executiva. A gente apresentou ontem na Mesa Diretora, e aí, né, como está sendo o primeiro momento, foi pactuado lá de que nós iríamos apresentar aqui e enviar também hoje no grupo. Mas aí a gente faz dessa forma então. **Elder, Sedese:** Parabéns, Secretaria Executiva, pela organização. Encontro Preparatório Regional Salinas. Esse... quem é que vai dar esse informe? **Ernane, CMA Montes Claros:** Boa tarde. Ernane, CMAS de Montes Claros. Dizer o seguinte em relação ao evento preparatório lá em Salinas no dia 30: foi um evento onde que, de 19 municípios, estavam presentes 15, e 56 pessoas. Tivemos uma participação muito boa de todos, né? Eles interagiram. Foi uma metodologia que eu usei lá um pouco diferente para garantir a participação de todos, que todos tivessem um momento. Levantaram algumas questões em relação à questão da execução da conferência, né, dentro dos municípios, que é aquilo de tomarem cuidado, né? Tinham poucas pessoas do segmento... tinha mais do segmento governo, vamos dizer assim, e era uma solicitação das colaboradoras lá da SEDESE que a gente fizesse uma tratativa em relação a essa questão das secretarias, né, das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, que nós fizéssemos um holofote, uma propaganda da administração na conferência e que desmistificasse, ou que tirasse, que isso de fato existe nesses municípios ali naquela região, de que o segmento... o segmento... tinha gente do segmento governo lá usando a representatividade de usuário, gente. Lá dentro da... E isso foi bem tratado, sem gerar conflitos. Mas isso é uma coisa que perturba, né, os outros segmentos, não só... A gente fala isso aqui no conselho, mas lá apareceu... tinha uma profissional trabalhadora, ela trouxe isso, nós tratamos disso lá durante as discussões. Então, foi bem produtivo, e eu

falo porque de 15 municípios que estavam lá, depois desse encontro eu estou tendo contato e ligação com 13, né, trocando informações, até pela experiência que eu tenho lá em Montes Claros, na Secretaria de Desenvolvimento Social. O pessoal tem me procurado, tem procurado a minha chefia para outras coisas para além da questão de representatividade aqui do conselho. Então, eu acredito que foi um momento muito produtivo e valioso para a gente, e nessa representatividade do conselho lá no momento, está ok? **Elder, Sedese:** Muito obrigado, Ernane. Agora vamos para o encontro CEAS com CMAS de Juiz de Fora. **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Então, foi na terça-feira que eu fui para Juiz de Fora, e o encontro foi na quarta, né, dia 21. É isso mesmo, né? No dia 21, realizado lá em Juiz de Fora, foi feita uma solicitação de apoio aqui do CEAS. E a demanda que eles trouxeram foi em relação à Resolução 100, sobre principalmente o papel dos conselheiros, né, como é que o conselheiro deve atuar nos Conselhos Municipais, e aí aproveitando a oportunidade, nós tratamos também sobre a mesa de diálogo do art. 109 da NOB-SUAS, né, uma vez que a Comissão de Políticas levantou isso, sugeriu que em todos os eventos que a gente pudesse participar, que fosse levado isso. Então, eu representei a comissão nesse sentido e destrinchei sobre a mesa de diálogos da resolução NOB-SUAS, art. 109, fiz a defesa da importância de valorização dos trabalhadores. E também foi tratado o assunto sobre inscrição nos Conselhos Municipais, que era uma dúvida muito grande deles. Então, a gente... Foi um encontro de um dia inteiro. Eu ainda não tenho a quantidade de municípios que participaram nem quantidade de pessoas, porque foi corrido, né, foi tão recente, então não tive o retorno da regional ainda. Mas tiveram muitos municípios de pequeno porte com muitas dúvidas, com equívocos em relação principalmente ao papel da Política de Assistência Social. Então, assim, eu até brinquei com eles que precisaria de uns três encontros para esgotar todas as necessidades que eles tinham ali de sanar dúvidas, mas a gente fez o que foi possível. E eu estou achando, assim, muito bom a gente conseguir levar o CEAS para as regionais, como a gente tem feito esse ano, mesmo que não fossem ações programadas pela Comissão de Apoio, né, às vezes são solicitações que vêm das próprias regionais, mas a gente está conseguindo fazer o que é possível dentro da agenda, e eu acho isso muito importante. **Elder, Sedese:** Obrigado, Érica. Agora é o ponto sobre a Conferência Municipal de Assistência Social de Tiradentes. **Simone, Coletivo Flores de Resistência:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Eu estive lá na Conferência, né, de Tiradentes, que foi realizada dia 20, ou seja, terça-feira agora. A gente teve ali a participação de seis usuários, o restante era tudo trabalhadores e gestores, como sempre, né? Os usuários que nem sabiam que eram usuários, né, e alguns trabalhadores que nem se identificavam como trabalhadores, e outros gestores nem sabiam que eram trabalhadores (sic). Essa bagunça que a gente tem aí. Eu não vou falar aqui da parte bonitinha, porque não teve. Não tem como eu falar. Assim, pessoal, eu acho que eu já trouxe para sociedade civil, o Elder também já está ciente, né, eu bati uma bolinha com ele rapidão, a gente vai até tirar um ponto para trabalhar sobre isso. Não só Tiradentes, mas outros municípios, que a gente está entendendo que se Tiradentes, que é uma cidade, assim, rica, historicamente rica, está desse jeito, imagina... Mas eu vou relatar algumas coisinhas aqui. Acho que não é para criar tumulto, mas bem rápido. O que acontece? A secretária municipal lá primeiro, ela está dentro do CRAS, literalmente dentro do CRAS, junto com a sala com a

subsecretária... superintendente. Então, assim, imagina como é que são as condições desse trabalhador, né, de ponta ali. Já é o primeiro passo. Tem uma amizade. O lanche, eu acho que aquele povo não sabe que eles podem gastar o IGDSUAS etc., porque o lanche foi feito por elas, pelas trabalhadoras. Eu até mandei um vídeo, aí o meu amigo Luizão disse assim: “Nossa, mas o vídeo está tão bonito”. É, eu só mandei o vídeo. Eu não disse, né, o que aconteceu. Não teve almoço, e aí, assim, a gente está falando da sociedade civil, que eu acho que é primordial essa garantia, principalmente dos usuários, e estou dizendo de usuário com criança no colo e idosos, né? Então, o dia todo foi de pão, que está aquele vídeo maravilhoso que eu mandei para vocês. E aí no processo lá ia ter uma eleição, que eu acho que é o que é mais gargalo, o que mais me incomodou, uma eleição para nova composição do Conselho Municipal de lá de Tiradentes, e aí eu perguntei, assim, antes da eleição, eu perguntei: Quem são os candidatos? Como é que está? Aí o... hoje o presidente do CMAS, que é da APAE, ele disse para mim: “Uai, as pessoas aqui... desde quando eu cheguei é assim”, ele dá continuidade. “As pessoas simplesmente vão levantar a mão e dizer que querem ser candidatas”. E ali eu fiquei meia louca, literalmente, né? Quem me conhece aqui sabe que não foi nem com essa educação aqui, falei: Pelo amor de Deus, deixa eu subir naquele palco e conduzir esse negócio, que não vai acontecer isso, não. Não tem como. Não como conselheira, mas não como Simone, sabe, do segmento de usuário, eu não podia permitir uma situação daquela. E aí ele me perguntou: “O que eu faço?”. Eu falei: Você vai subir lá e vai cancelar, vai falar que você não vai poder fazer o processo eleitoral, que está equivocado, e a gente vai acionar o CEAS, sei lá se o CEAS vai acionar a SEDESE, mas precisa de fazer algo, né? E aí isso foi... aconteceu, fiz a proposta para a comissão, a Patricia está aqui, alguns outros membros, que a Comissão Eleitoral faça as reuniões, apresente logo aqui para que a gente paute e, em seguida, consiga auxiliar também Tiradentes para fazer essa eleição mais para a frente. Falei que eles podem prorrogar o prazo do mandato, para que façam as coisas corretas. E aí eu quero dizer, assim, às vezes a gente está pegando assim: “Ah, mas tem uma SEDESE”. Tem, (ininteligível), né? O rapaz lá, que eu não vou lembrar o nome, estava presente por um período, lá na conferência, depois ele sumiu no mapa também. Talvez ele também não seja da pasta da assistência, posso ficar pensando eu, sabe, então... Não sei, né? Não posso julgar a pessoa que está na representação ali, mas também eu acho que não é um dever somente da SEDESE, sabe? Eu acho que é um dever nosso também, como CEAS, é parar com essa palestrinha de grupo. É regional, coloca lá 56 municípios que entram mudos e saem calados, porque lá naquele momento eles estão coagidos, principalmente os trabalhadores com os seus gestores, como é que vai criticar essa forma de trabalho, e a gente começar a pontuar trabalhos Individuais, municípios individuais, sabe? Não sei se a gente tem perna para isso. Ou tem também, né? Acho que perna eu posso até não ter, mas boa vontade a gente tem. Então, por isso até que a gente solicitou de manhã a data do dia 23, para a gente ter esse momento mesmo, sabe, de como a gente vai conseguir acessar esses municípios, que eu fiquei pensando, né? Tiradentes, imagina nos outros municípios que eu nem sei o nome como é que está a situação, como é que estão esses processos eleitorais, como é que está essa lei do SUAS desses municípios, como é que está a composição desses Conselhos Municipais. E ainda o mais agravante é que esse Conselho Municipal não tem usuário. E

eu fiz essa pergunta para ele, assim, literalmente: Não tem usuário no seu conselho? “Não tem usuário. Eles não querem”. E como é que esse conselho está deliberando? Como é que esse conselho está agindo? Então, assim, é mais o momento que... Ele fica um informe, mas a vontade é de... que a gente tinha que entrar como pauta, mas eu pedi também que a gente entrasse como pauta na próxima, após a gente se reunir e trazer estratégias também, porque acho que só fazer pauta, falar, falar e não apresentar uma proposta não é cabível, né? Então a sociedade civil vai se reunir dia 23 de julho, e na próxima plenária a gente traz... Em julho, que acho que a gente pediu foi em julho, né? Julho? É. Então a gente pediu em julho, e aí a gente apresenta em agosto a proposta aí. Obrigada. **Elder, Sedese:** Obrigado, Simone. E é sempre muito triste ouvir relatos como esse. A Simone me ligou no dia, e a pior parte é que a gente sabe que não é só o caso de Tiradentes. Muitos municípios fazem práticas similares. A Érica estava até comentando de não fazer a eleição do conselho, de não ter usuário dentro do conselho, e precisa urgente de uma ação do CEAS, assim, do CEAS e das nossas comissões, para evitar que essas situações aconteçam. Ok então. Tem mais informes, gente? Lais. **Lais, Cmas Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Eu só queria registrar, porque a Frente Mineira em Defesa do SUAS e da Seguridade Social enviou uma nota para o CEAS, que até foi compartilhada no grupo. Eu acho que. Por e-mail também? Que vale a pena a leitura, porque a gente está trazendo a temática da conferência, e a gente fala alguns desafios principalmente sobre o financiamento, a gente fala da importância da participação popular nesse momento. Então, assim, a nota, ela foi muito bem construída. Então, eu acho que vale a pena a leitura dela. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Então, nós temos no nosso seminário, a Sandra está aqui, as trabalhadoras todas, nós temos nosso fórum, né, o seminário do Fórum Nacional da Assistência Social, a gente... das trabalhadoras e dos trabalhadores da Assistência Social dias 30 e 31, ou seja, semana que vem. Nós, duas plenárias atrás ou foi na plenária passada, né, foi a passada... foram apresentados alguns requerimentos e aprovados nessa plenária, e a gente gostaria de saber as respostas sobre o andamento dessa... dos nossos pedidos, né, que a plenária aprovou. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Só um ponto: foi discutido, na verdade, na Mesa Diretora. Não chegou a vir para a plenária, não. Na Mesa Diretora foram apresentados três pedidos: o pedido de apoio para pagamento de diárias, material e também para o lanche do seminário... não é seminário, não, né? **Jennifer, Psind:** Do seminário. **Elder, Sedese:** Do seminário, desculpa. Sobre as diárias, até na Mesa Diretora a gente discutiu que faria mais sentido os municípios pagarem, já que os trabalhadores têm o vínculo com o município, isso foi pacificado. E sobre a questão do material e do lanche, o que foi falado lá? A SEDESE não se opunha a dar o apoio, até que tem que apoiar mesmo, tanto é que apoiou o Fórum dos Trabalhadores, só que hoje a SEDESE como um todo tem um problema, que é o seguinte: nós estamos sem contrato de eventos. Não é só a SUBAS; é a SEDESE como um todo. Esse contrato de eventos, ele estava em processo de licitação. Naquela época, a licitação aconteceria no dia 9 de maio, e a gente falou: “Só a partir do dia 9 de maio, tendo a licitação, a gente vai ver se o pregão, ele vai fechar, né, se vão ter candidatos, se vai ter uma empresa vencedora, e tendo contrato...”. A partir do momento que a gente tem contrato, a gente consegue prover. Sem contrato, a gente não consegue prover. O pregão, ele não foi realizado dia 9, imagino que é porque teve algum recurso, ele foi

realizado na sexta passada. Ele iniciou na sexta passada e acabou de terminar, ele terminou nesse momento. Vou até pedir à Letícia para falar como é que foi a situação. Então, todos os eventos da SUBAS e da SEDESE como um todo, todos, gente, sem exceção nenhuma, todos foram adiados porque a gente não tinha contrato de evento. E está todo mundo esperando esse contrato. Inclusive, neste contrato estão previstas as nossas Pré-Conferências Regionais. Todas as 14 pré-conferências já estão previstas. Com as notícias que a Letícia vai trazer, a gente já vai saber que já temos contrato para a nossa pré-conferência. Só um momento. **Letícia, Sedese:** Letícia, SEDESE. Então, na verdade, o pregão aconteceu no dia 16. É logística da nossa Diretoria de Compras mesmo. Ele só foi publicado para acontecer no dia 16, e aí o pregão iniciou no dia 16, a gente sabia que tinham pessoas interessadas no pregão no dia 16, e aí eles declaram provisoriamente o vencedor, porque aí precisa passar pela fase de habilitação, que é o envio dos documentos. E aí esse contrato é um contrato grande. O preço estimado deste contrato era de 12 milhões, só para ter noção. Então não é um contrato simples de conferir. O processo é moroso mesmo, então ele finalizaria apenas hoje, depois de toda a documentação, que vai passar... passou pela análise da contabilidade, análise de conferência de documentos de habilitação, de capacidade técnica, essas coisas. E aí, hoje, agora, nesse momento, a gente viu que não teve mais intenção de recurso, e o processo, ele é fechado para ir para adjudicação e homologação da área competente, que é a nossa área de planejamento. E aí, o contrato é de todas as secretarias da SEDESE, inclusive das regionais, ele vai para análise agora, né? Tem um parecer técnico sendo feito pela nossa Superintendência de Planejamento, e aí assim que esse parecer técnico finalizar, ele vai para adjudicação. Após isso é que inicia o processo de assinatura do contrato. E o termo de referência, ele prevê que, após a assinatura do contrato, ainda a empresa... as empresas, né, porque foram cinco lotes: um lote da metropolitana e mais quatro lotes para atender toda Minas Gerais. Então, as empresas ainda têm cinco dias após a assinatura do contrato para iniciar a execução do serviço. Então, até conversei com a Sandra agora, perguntando se tinha como adiar o evento de... que é nos dias 30 e 31, para que a gente conseguisse fornecer o lanche, porque sem o adiamento eu acredito que não dê tempo, né, de assinatura e cumprimento de todos os requisitos da licitação. Então, a gente ainda não tem o contrato pronto. **Sandra, Sintibref:** Então, gente... Sandra, SINTIBREF. Ai, fiquei tão chateada com essa notícia. Não porque pode... não pode acontecer, que tudo pode acontecer, mas eu achei que talvez faltou comunicação para falar que o pregão ia continuar, sabe? Eu estou semanalmente monitorando com Poliana, e agora a gente tem cinco dias para dar conta de três conferências. Não tem como adiar. Tem palestrante já com passagem de fora que vai vir. Mas eu quero fechar esse parêntese aqui e chamar a atenção, assim, para vocês participarem. Vai poder ser pelo YouTube, né, a primeira... o primeiro dia, não os trabalhos dos grupos no sábado, porque vão ser duas palestras maravilhosas. Eu fui... tive a oportunidade de participar, da Profa. Salete, da Universidade da Bahia, e a outra é a Profa. Rosane, que o CFP, o Conselho Federal de Psicologia, que até indicou e está até garantindo a vinda dela, e a gente ficou... Então nós vamos ter que ir agora resolver entre as entidades, como nós vamos fazer isso, que são três *coffee breaks*, já está em 170, parece, 160, inscrições, até 200. Mas é chamar a atenção para você... né, quem puder participar. Vai ser muito bom. A

Profa. Salete tem um livro sobre assédio moral, e eu participei de uma palestra que as entidades dos trabalhadores foram convidados, que foi promovida pelo MDS, assim, fiquei muito encantada com a fala da Profa. Salete, eu até indiquei, porque a gente participou, enquanto entidade nacional, dessa palestra. E aí, assim, seria muito interessante as entidades e representantes de entidades, que o assédio moral também acontece nas entidades nossas que executam o SUAS e como também no serviço público. E, assim, é tudo muito tênue, muito difícil de a gente dar continuidade aí às vezes, quando têm uma denúncia, e a gente viu, assim, viu muitas informações novas a respeito do assédio. E então, estou fazendo o convite. E essa outra questão a gente vai ter que resolver. E eu... assim, eu só estou sentindo que faltou a comunicação de falar, porque na minha cabeça era dia 9... dia 16, aí depois eu , ok. Mas aí pelo menos se fosse continuar e ter esses trâmites e essas etapas, poderia ter sido informado, porque aí a gente já estaria correndo atrás agora, semana passada. Mas, enfim, vamos que vamos, estamos aí até... Espero que vocês participem, pelo menos, que vai passar... a palestra vai ser transmitida. Obrigada. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Só reforçar, né, assim, realmente é um baque para a gente, porque são 200 pessoas que a gente prevê aí, nós já temos 170 inscrições, e é um seminário nacional, né, gente? Então a gente realmente, assim, não... não há nenhuma possibilidade de a gente cancelar. Além do que, eu acho que todo mundo aqui compreende que Minas é muito visada, e isso é em todos os espaços. Então, assim, nós temos também nossos... né, nossas pessoas, assim, de fora que querem que não aconteça e que... né? E a gente não vai fazer isso. Minas faz, e Minas vai fazer, vai fazer bem-feito, e a gente vai acionar os nossos parceiros, né? Mas é realmente um baque, porque... Nós não estávamos contando com isso. Então, lanche, três lanches para 200 pessoas não é algo simples de se fazer de um dia para o outro, né, mas é isso. Deixo o convite para que vocês assistam. A gente tem algumas pessoas maravilhosas aí na Mesa de Abertura e nas palestras. Então, acho que vai ser muito importante para a gente. E mobilizem também, por favor, nos seus municípios os trabalhadores e as trabalhadoras para poderem estar participando com a gente, que a gente também vai falar aí da conferência, capacitar... Então, tudo que a gente está falando aqui sobre isso, né, sobre as trabalhadoras e os trabalhadores e o próprio usuário, que está lá na ponta sendo atendido por esse trabalhador e trabalhadora, a gente vai falar sobre isso, e nós sempre falamos sobre isso dentro do nosso fórum, né? Então, no seminário é um espaço para que a gente também leve para esse trabalhador da ponta e dos municípios todas as questões relevantes que nós discutimos aqui. Então, peço a ajuda de vocês nessa divulgação também. **Elder, Sedese:** Obrigado, Jennifer. Vou pedir só para vocês mandarem no grupo e também por e-mail as informações para quem quiser acompanhar, conseguir acompanhar. E assim que tiver a conclusão também, a assinatura do contrato, e já tivermos em condição de prover lanches e material, a gente também avisa o CEAS para vocês saberem que a situação já está resolvida, ok? Vamos então para o relato das comissões, começando com a Comissão de Apoio. **Luiz, Armi:** Esperando. Vai colocar aqui, Poli? Vai? Luiz, né, ARMI Serra dos Aimorés. Capacitação do Conselho Municipal de Assistência Social de Prata. Isac já passou o relato logo pela manhã, logo no início, né, Isac? Não? Passou. Três Pontas? Ah, de Três Pontas. Então, foi de Três Pontas... Ah, tá. É porque apareceu ali... A primeira, né, então, de Três Pontas. Beleza. Então, o Conselho

Municipal de Assistência Social de Prata solicitou capacitação, né, para o conselho. Os encaminhamentos são: capacitação presencial devido à grande demanda. Nós conversamos na Comissão de Apoio com a Edilene, ela passou mais algumas informações para a gente. O encaminhamento, né: solicitar do Conselho Municipal de Assistência Social o Regimento Interno, a lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social e a composição dos conselheiros, paridade e proporcionalidade; indicar um conselheiro da Comissão de Apoio e um da Comissão de Política. O que acontece? Na verdade, assim... Quando eu faço a leitura, eu não consigo levar muita informação, mas vamos lá. Inclusive, é o que a gente já vem discutindo não só na sociedade civil, mas também na Comissão de Apoio. A gente precisa entender que lá atrás nós tínhamos para essas capacitações dois representantes da Comissão de Apoio, dois representantes de outros... de outra comissão e dois representantes da Secretaria Executiva para a gente fazer as regionais. Foi aprovado aqui, deliberado em plenária. Só que depois, durante o processo, isso foi reduzido à metade. Então, devido a essa situação no Conselho Municipal de Assistência Social lá de Prata, onde tem, assim, várias preocupações, denúncias, enfim, a gente tem... teria o interesse de fazer essa capacitação presencial, e não fazer ela on-line, porque on-line a gente acredita que não vai dar o retorno que precisa dar lá na cidade de Prata. Então esse foi o nosso encaminhamento inicial, de solicitar primeiro o Regimento Interno e a lei de criação, porque entendemos também que nós estamos nesse processo de capacitação, mas se... o conselheiro, por mais capacitado que ele esteja, se ele tem um Regimento Interno que não está de acordo e a lei de criação, principalmente a lei de criação e, depois, o Regimento Interno, não adianta você ter um conselheiro capacitado que vai ler a lei e fala da representatividade lá e o prefeito não quer mudar. Se o prefeito não quer mudar, você não vai atingir o objetivo, por mais que esse conselheiro seja capacitado. Então a gente precisa entender primeiro a lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o Regimento Interno para que possamos entender a composição e ajudar na construção. A capacitação lá na cidade... na Regional de Montes Claros..A capacitação em Montes Claros, na Regional de Montes Claros, a gente tinha uma data prevista, né, mas chegou a informação de que devido a questão das conferências e pré-conferências, enfim, solicitou uma nova data, e nós colocamos... Fizemos o encaminhamento... Eu pensei que já tinha ido. Foi feito encaminhamento então para uma data prevista para o dia 27/8/2025 e indicar Ernane, né, que é o conselheiro que já está lá, e indicar um outro conselheiro da Comissão de Política e, claro, um representante da Secretaria Executiva para capacitação na Regional de Montes Claros na data do 27/8. Seria esse o encaminhamento. A denúncia referente à cidade de Uberlândia foi encaminhado o ofício para o Conselho Nacional de Assistência Social informando que foi encerrada, né? Depois de ter tramitado dentro da Comissão de Apoio, nós tivemos um entendimento. Então, foi construído um ofício e encaminhado, informando que foi encerrada essa denúncia. A capacitação agora de Três Pontas, né, Isac, já passou pela manhã. Em Manhuaçu tem uma orientação, que nós solicitamos também alguns documentos, porque foi uma solicitação, né, de uma entidade, para ver se ela se enquadra dentro da área de assistência social, mas solicitamos documentos para... né, Estatuto Social, plano de trabalho, toda essa documentação para a gente ter o entendimento de que o que realmente essa entidade faz e aonde é que ela pode

caracterizar o serviço dela, né? Oi? E ela não deu a devolutiva até agora. Obrigado, Isac. Temos aqui uma solicitação da Macielle para uma capacitação dos conselheiros municipais de Assistência Social lá em Teófilo Otoni. Ela quer fazer uma capacitação, já que ela está lá dentro do conselho, né, e a participação de Isac seria de forma on-line, e também de um representante da Secretaria Executiva para dar esse suporte na capacitação dos novos conselheiros da cidade de Teófilo Otoni. Agora, assim, diante de tudo aquilo que Macielle traz, viu, Macielle, diante de tudo que você traz à cidade de Teófilo Otoni para uma capacitação de conselheiros municipais de Teófilo Otoni, eu acho que deveria criar uma dinâmica, assim, um pouco mais diferente, porque você lá, só você, Isac de forma on-line e, de repente, a participação de um representante da Secretaria Executiva, eu acho muito pouco pela problemática de Teófilo Otoni. Eu acho que é uma grande oportunidade de ter mais representantes, né, do CEAS para contribuir nessa capacitação a questão de custo, mas talvez essa plenária poderia deliberar, né, participação de outros conselheiros aí para que se estivesse junto de você, dando esse suporte como CEAS mesmo, essa capacitação desses novos conselheiros, estudar também a lei de criação, né, a lei de criação... a lei lá do conselho, né, e o Regimento Interno, estudar lá também para ver se há brechas, né? Eu acho que seria a coisa mais bacana. Então é isso, né, e fica... pediu.. **Elder, Sedese:** Rosa, depois, Jennifer. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. Luizão, com todo respeito, Macielle, mas não... A Macielle não tem que fazer essa capacitação. Quem tem que fazer é um outro conselheiro. A Macielle é de lá. Gente, ela vai se expor. A gente tem que protegê-la, né? Eu acho que outro conselheiro deveria assumir essa capacitação junto com o Isac, até outros conselheiros talvez, né, mas fazer uma capacitação bem didática, qual é o papel de um conselheiro municipal, porque falar assim: "Capacitar conselheiros novos", ih, é muito assunto. A gente pode falar sobre Regimento Interno, orçamento, mas eu acho que tem que falar assim: "Qual é o seu papel como conselheiro? O que é realmente o papel de um Conselho Municipal dentro de uma Política de Assistência Social?", sabe? Porque os outros instrumentos, as outras matérias ele vai aprender, e a gente vai estar aqui para capacitá-lo. Acho que nesse primeiro momento é falar assim: "Qual é o seu papel em relação à Política de Assistência Social dentro do município?", sabe? É pegar... é nessa visão. E tira outro conselheiro para substituir a Macielle. **Luiz, Armi:** Hein, Rosa, só para... só para responder, Rosa, é uma solicitação da conselheira. Ela que trouxe essa solicitação junto à Comissão de Apoio, viu? **Rosalice, Cmssvp:** Ah! Entendi. **Macielle, Cmas Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS Teófilo Otoni. Deixa eu te explicar por quê. Teve eleição e entraram muitos conselheiros, e eu sei que a demanda lá é muito grande de falta de conhecimento do que é o conselho. De fato, eu sou uma pessoa já tida, assim, como a palavra... Posso falar? Polêmica. Porque eu questiono... Uma pessoa polêmica. Por quê? Porque, de fato, eu não aceito as coisas erradas. E já aconteceu mesmo, em gestão passada, de ter essa questão mesmo de assédio e tudo. Aí eu falo... fiquei de falar... eu falei com eles que eu faria a capacitação, uma vez que, estando no CEAS, eu estou com a compreensão um pouco melhor, mas que eu teria talvez um conselheiro do CEAS para estar comigo, né? Eu não confirmei, porque eu fiquei de trazer aqui primeiro, que foi... eu tinha trazido mês passado e reforcei esse mês. Mas pela questão do que vocês estão vendo, vocês têm mais

experiência que eu, então talvez outra pessoa. Jennifer quer. **Elder, Sedese:** Jennifer. **Macielle, Cmas Teófilo Otoni:** Já estou vendo ali. **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Macielle... Macielle, assim, é minha trabalhadora, né? Minha sindicalizada. Minha trabalhadora. : Minha trabalhadora. Então, assim... Porque eu-- Hã? Empoderar ela. Vou falar com ela... vou falar o seguinte: Macielle tem capacidade para ir em qualquer lugar do mundo e falar sobre... e dar uma capacitação sobre o CMAS, mas em Teófilo Otoni e na região de Teófilo Otoni, a gente tem que pensar, Macielle, o que... como é que vai ser essa visão e o que vai surgir lá. Então, pode ter trabalhadoras lá que vão questionar você exatamente sobre o que você está passando, né? Nós tivemos um momento aqui onde você se emocionou, e é um lugar de acolhimento e a gente vai acolher você, mas será que lá é esse espaço? Então, assim, é mais do que isso, gente. Aí aqui está falando de uma capacitação de CMAS, mas nós estamos em momentos de conferência, né, então nós temos... Uma coisa é o Ernane aqui, gestor, ir lá em Salinas, né, região ali do Norte de Minas, e fazer uma capacitação no lugar onde ele trabalha, outra coisa é um trabalhador lá, que está lá sofrendo assédio em Montes Claros também, lá no CRAS do Independência, que está caindo aos pedaços desde sempre, e ir fazer uma capacitação, mesmo que ele tenha conhecimento, né? Ali, ó. Ó lá a cara dele. Ou o CRAS do Maracanã, com um buraco na frente, entendeu, e ir lá e fazer essa capacitação, ou estar na conferência, por exemplo, onde vão surgir essas questões tanto dos usuários quanto dos trabalhadores. Então, assim, é uma questão de preservação. Eu acho que você pode ir em outras capacitações, em outros municípios, sabe, e outras pessoas aqui que têm capacidade também irem nesse lugar, sabe? E isso para a gente pensar também nas conferências, tá? Então não é sempre a pessoa mais adequada, a pessoa que está no município ou na região. Nós temos que levar isso em consideração, sim. **Elder, Sedese:** Quem é o próximo? É, então vamos sugerir um nome para fazer a capacitação. Microfone, Andrezza. Gente, vamos lá, falar no microfone. Tem alguma sugestão de outro conselheiro que queira fazer essa capacitação? **Luiz, Armi:** Olha, eu estou próximo em Teófilo Otoni, a 180 quilômetros. Eu sou o conselheiro mais próximo de Teófilo Otoni, mas Teófilo Otoni nós temos que entender que ela é uma referência para todos os municípios que estão em volta. Lá é como... Falar com Teófilo Otoni é como se você estivesse falando dentro da regional. Então, assim, eu, por exemplo, sozinho, eu, Macielle, eu não faria. Eu acho que precisaria de mais... pelo menos mais um. O Isac se colocou à disposição aqui. Então, assim, precisaria... E também da Secretaria Executiva. Teria que estar presente a Secretaria Executiva, e me coloco à disposição, estou bem próximo, Isac está colocando... se colocando à disposição aqui, mas precisaria da Secretaria Executiva também nessa capacitação. E só para fechar, porque eu tenho que ir, o meu ônibus é agora, às 17h, que é o único horário que eu consegui para hoje, Prata... a gente está solicitando também da plenária que pudesse ser presencial pela quantidade de denúncias que lá tem, e também Teófilo Otoni, né, presencial também. Então, Teófilo Otoni teria a presença de três conselheiros, que seria Macielle, Luizão e Isac, mais a Secretaria Executiva. **Elder Sedese:** Ok. **Luiz, Armi:** Presencial. **Elder, Sedese:** Então, presencial **Luiz. Armi:** É, ela estaria porque ela é conselheira estadual. Ela não precisaria-- **Elder, Sedese:** É, ela não-- Sim. **Luiz, Armi:** É, na representatividade. Ela estaria como participante.- **Jennifer, Psind:** Jennifer, PSIND. Macielle, você está no CMAS? Você foi

eleita? Ah, entendi. Então você vai como conselheira do CMAS. É. Porque é isso, sabe? Mas depois a gente conversa melhor. **Elder, Sedese:** É. Elder, SEDESE. Gente, nessa data é a data do FONACEAS. Muitos conselheiros disseram que-- **Luiz, Armi:** Aí não dá para mim. Então teria que ter outro conselheiro mais próximo lá. **Elder, Sedese:** A Jennifer poderia, mas seria a Jennifer e o Isac? **Luiz, Armi:** É, a Jennifer. Olha que maravilha. **Elder, Sedese:** Jennifer e Isac? Ok então. Mayra. Rosa. Cadê a Rosa? Então Jennifer e Isac, e se outro conselheiro tiver disponibilidade também, aí se manifesta, a gente... E alguém da Secretaria Executiva. E um membro da Secretaria Executiva. Ok. Então, fechamos esse ponto, gente? Que tem outros relatos de comissão. Tá. Ok. Próxima comissão então, Comissão de Normas. Adjunta. **Rosalice, Cmssvp:** É. Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, coordenadora adjunta da Comissão de Normas. Ontem... Primeiro, a Comissão de Normas, ela venceu já várias das partes do planejamento dela de revisão, dos nossos trabalhos, estamos de parabéns. E ontem só tinha uma pessoa na Comissão de Normas, então nós não fizemos reunião. Só tinha eu e a Poli, e aí nós não tivemos reunião. Mas a gente só teve um retorno de um ofício que nós encaminhamos para a SEDESE sobre a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, PEAB, porque ela tem que ser institucionalizada ainda. Então, havia um grupo de trabalho um tempo atrás que estava discutindo essa... a implementação dessa lei, só que esse grupo... por causa de mudanças de governo, esse grupo parou. Então, ainda eles estão retornando... assim, não estão retornando ainda os trabalhos, porque ele está sendo recomposto. Então só isso, Comissão de Normas. **Elder, Sedese:** Obrigado. Obrigado, Rosa. Agora a Comissão de Orçamento. **MATHEUS, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Comissão de Orçamento, falando pela primeira vez nesse momento enquanto coordenação adjunta da comissão, já que a Ester está em uma agenda do FNAS pelo Brasil. Nós não tivemos reunião porque nós... antes da... na semana anterior à plenária, a gente fez aquele momento que a gente até já sinalizou que a gente teve a retomada enquanto Comissão de Orçamento, que é a reunião que... junto com a equipe do FEAS, a gente tem a apresentação da prestação de contas. A gente teve a apresentação da prestação de contas do primeiro trimestre, a gente pôde fazer as nossas observações, pôde fazer todo aquele trabalho de também construir a metodologia de como vai ser apresentado na reunião de comissões conjuntas, para a gente poder também fazer as nossas defesas e apontar o nosso parecer. Então, a gente já fez isso, e acabou que ontem nós não tivemos a nossa reunião por também não termos outras pautas. Mas, recepcionar a Karla, que é representante governamental. Era uma pendência que nós estávamos, e aí à Karla, seja muito bem-vinda à Comissão de Orçamento. Vai iniciar os trabalhos conosco. Tenho certeza que vai ser muito bem acolhida e vai contribuir bastante com as nossas discussões. E é isso. A prestação de contas, ela já foi submetida à nossa comissão. Na próxima plenária, do mês que vem, ela vai ser apresentada para as comissões conjuntas e também virá para a nossa plenária. **Elder, Sedese:** Muito obrigado, Matheus. Comissão de Monitoramento. Eu mesmo vou fazer os informes. [Podem abrir a súmula, por favor?] O primeiro ponto foi sobre a capacitação que a gente fez sobre a elaboração e o monitoramento de deliberações de conferência. No dia 15 de maio, os membros da comissão participaram também. A apresentação ficou por conta da Laís e minha. No geral, o que a gente avaliou? A

capacitação foi... ela fluiu bem, a gente conseguiu passar o conteúdo. Algumas pessoas deram até um retorno positivo sobre o material, só que o nosso maior problema foi a participação. Era uma *live* para o estado inteiro que participaram 37 pessoas do estado todo, contando eu, Lais, Simone, Secretaria Executiva, Rosa... Pois é. Então, a gente teve pouquíssima participação dos municípios. Na hora das dúvidas, não sei se vocês perceberam, as pessoas que estavam participando acabaram tirando dúvidas de outros assuntos que não eram elaboração de deliberação, conversas paralelas entre duas pessoas, e a gente ficou decepcionado com esse desfecho, porque era um tema extremamente importante, que a gente entendeu que não chegou ao seu objetivo. Discutimos na comissão se a gente faria de novo, mas o problema é o *time*, né? A gente já está no mês de maio. Se a gente fosse fazer de novo, seria em junho, e a maioria das Conferências Municipais já vão ter acontecido. Mas, de toda forma, a gente decidiu enviar o material para todos os CMASs que foi utilizado e também colocar no site do CEAS para que as pessoas possam acessar. Mas é uma pena, porque a ação a gente entende que não chegou ao objetivo que ela deveria chegar. Aí temos que descobrir se foi questão de não ter tido muita divulgação, enfim, o que foi. Segundo ponto é o monitoramento das deliberações da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Ficou decidido que nós vamos mandar a planilha de monitoramento para a SEDESE na primeira semana de junho, para que ela responda durante o mês de junho, e com as informações, fazer a apresentação do ato de conferir, que vai ser utilizado em todas as pré-conferências. É isso. Muito obrigado. Agora, política. **Mayra, Apae-BH:** Mayra, APAE-BH, coordenadora da Comissão de Política. Nós passamos pelas nossas denúncias, né, detalhando. Chegou uma denúncia nova, então nós já demos encaminhamento. Então, são sete denúncias em andamento, então todas com os encaminhamentos atualizados. E inserimos uma pauta, que é o debate sobre a implementação da Mesa de Negociação do Trabalho, conforme o art. 109 da NOB-SUAS 2012, no âmbito estadual e municipal. E aí, então, o nosso encaminhamento é que a gente vai mandar um ofício para a SUBAS, convidando a Gabriela, da Gestão do SUAS, a Vigilância e Capacitação, para que a gente possa debater sobre essa pauta na reunião conjunta do mês de junho. Então vai ser um debate. Aí a ideia seria de ser de 13h às 14h na questão da reunião conjunta. E aí a gente também vai alinhar com eles como... o que a Comissão de Política já está pensando sobre esse assunto, que a gente já tem falado isso nas capacitações regionais, enfim. Então é isso. A Comissão de Política é isso. E estamos seguindo também o nosso plano de ação. Ah, então, é porque eu falei até. É porque o Luizão apresentou a questão de Prata, e a Érica chamou a atenção para um ponto muito importante, que eu acho que é até bom a gente alinhar aqui sobre essas questões, que é a capacitação. Eles solicitaram capacitação, Edilene explicou que eles estão com... dentro do nosso fluxo de demanda... do andamento da denúncia, eles estão com a gestão nova, então pediram essa capacitação também por isso, mas sempre alinhar que quando tiver essas solicitações de capacitação e tiver também esse fluxo de demandas, que a gente pode... de denúncia, que a gente possa estar acompanhando para ir atuando junto também. Então, já tem essa pauta da Comissão de Política, que é a questão da mesa de diálogo, então de a gente alinhar para além disso também. **Elder, Sedese:** Obrigado, Mayra. Então, alguém tem

mais algum ponto, alguma questão? Então, gente, muito obrigado. Estamos encerrando a Plenária 307.